

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM / LABORATÓRIO DE ESTUDOS
AVANÇADOS EM JORNALISMO

GLÓRIA MARIA VAGIONI TÉGA CALIPPO

**“ARQUEOLOGIA EM NOTÍCIA: PESQUISAS IMPRESSAS, SENTIDOS
CIRCULANTES E MEMÓRIAS DESCOBERTAS”**

***“ARCHEOLOGY IN THE NEWS: PRINTED RESEARCHES, CIRCULATING
MEANINGS AND DISCOVERED MEMORIES”***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção título de Mestre em Divulgação Científica e Cultural na área de concentração de Divulgação Científica e Cultural.

Thesis submitted to the Science and Culture Dissemination Postgraduate Program of the Language Studies Institute of the Campinas State University in order to obtain a Master's degree in Science and Culture Area: Dissemination in Science and Culture Dissemination

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bastos Cunha

Advisor Professor: Rodrigo Bastos Cunha

Campinas, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

T231a Téga-Calippo, Glória Maria V., 1980-
Arqueologia em notícia : pesquisas impressas,
sentidos circulantes e memórias descobertas / Glória
Maria Vagioni Téga Calippo. -- Campinas, SP : [s.n.],
2012.

Orientador : Rodrigo Bastos Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Divulgação científica. 2. Análise do discurso. 3.
Jornalismo. 4. Arqueologia. I. Cunha, Rodrigo Bastos. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos
da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Archeology in the news: printed researches, circulating meanings and memories discoveries.

Palavras-chave em inglês:

Science Dissemination

Discourse Analysis

Journalism

Archeology

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural.

Titulação: Mestre em Divulgação Científica e Cultural.

Banca examinadora:

Rodrigo Bastos Cunha [Orientador]

Cristiane Pereira Dias

Marcia Bezerra de Almeida

Data da defesa: 09-08-2012.

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural.

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 09 de agosto de 2012, considerou o candidato Glória Maria Vagioni Téga Calippo aprovado.

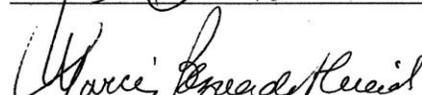
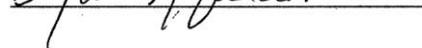
BANCA EXAMINADORA:

Rodrigo Bastos Cunha

RBCunha

Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias

Profa. Dra. Marcia Bezerra de Almeida

Prof. Dr. Paulo Eduardo Zanettini

Prof. Dr. José Horta Nunes

IEL/UNICAMP
2012

*Para meus pais,
Para o Flávio,
Para o amigo João.*

Agradecimentos

Para mim, é redundante dizer que nada se constrói sozinho. E, ao pensar na construção da minha dissertação, fiquei surpresa quando vi o tamanho da lista com os nomes de pessoas e instituições que devo agradecer.

Depois de um esforço descomunal que fiz para escrever nos moldes acadêmicos – não é nada fácil, a quem está acostumado a dizer tudo em 30 linhas, passar a escrever tudo em muitas páginas –, reservo-me o direito de escrever à minha maneira aqui, mesmo que isso signifique estender-me por algumas páginas ou ser excessivamente emocional.

Voltei no tempo. Percebi que essa construção não começou em 2010, ano do meu ingresso, mas sim lá atrás, quando ainda eu nem sabia que carreira seguir. Não. Quando eu ainda sabia menos do que sei da vida. Por isso, considero esse trabalho como um ciclo que termina, mas também como meu cartão de visitas para outro ciclo que se inicia. Aprendi muito até aqui, com muitas pessoas, e vejo a marca de cada uma delas nessas linhas. Essa é minha história, esse trabalho é carregado dessa história.

Assim agradeço às seguintes pessoas e instituições que contribuíram de alguma maneira para a realização desse trabalho:

Ao meu orientador, Rodrigo, primeiro quero agradecer por ter me escolhido. No Labjor, os alunos não tem nada previamente combinado com orientadores: dentre um leque de possibilidades, o Rodrigo escolheu orientar meu trabalho e fez isso com maestria de linguista e jornalista. Obrigada por ter tanta paciência com uma aluna que queria trabalhar com Análise do Discurso sem nunca ter lido nada mais a fundo sobre o tema. Obrigada pelas leituras que fizemos juntos, pelas infinitas observações feitas capítulo a capítulo, pelos e-mails imensos que escreveu para mim sobre teoria, enfim, sem o Rodrigo, eu nunca terminaria esse mestrado. Aprendi com sua paciência a ter mais paciência; a me retirar nas horas que não valia mais a pena brigar. Sinto-me honrada por ser sua segunda orientanda, por fazer parte do início de mais esse papel que já desempenha impecavelmente.

Aos membros do CEANS (Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática) talvez, pela primeira vez, as palavras me faltem e essas que uso não sirvam para expressar minha gratidão. Flávio Calippo, Gilson Rambelli, Leandro Duran e Paulo

Bava de Camargo, foram tão importantes na minha vida que não teria seguido o caminho que segui se nossos caminhos não tivessem se encontrado. Acolheram-me como a única não arqueóloga do grupo, acreditaram numa recém-formada jornalista. O começo dessa parceria não foi nada fácil, mas o encadeamento dela não poderia ter sido mais feliz. Com eles, aprendi boa parte do pouco que sei sobre Arqueologia. Tomei contato com o mundo do conhecimento científico e entendi o quanto o jornalismo pode atrapalhar esse conhecimento. Por meio deles, conheci todas as pessoas importantes na minha vida profissional até hoje. Graças a eles, pude participar de escavações feitas em sítios subaquáticos e de inúmeras palestras, cursos e congressos. Aprendi a brigar com eles pela proteção do patrimônio arqueológico subaquático. Agradeço imensamente a esses amigos que sempre me incentivaram, ensinaram e deram-me inúmeras oportunidades. Mais do que arqueólogos parceiros, passaram a eternos e fieis amigos.

Ao professor Pedro Paulo Funari, que sempre acreditou no meu trabalho, desde sempre. Também me recebeu de braços abertos nos tempos do CEANS. Desde então, vem acompanhando a minha caminhada, sempre de perto, para a minha sorte. Foi meu paciente orientador na Especialização; apoiou-me quando decidi tentar entrar no mestrado, mais que isso, dedicou um tempo ajudando-me a preparar meu currículo e a me preparar para a prova. Sempre tem um tempo para me ouvir, me aconselhar. Admiro muito sua imensa generosidade em abrir portas para tantos alunos e sou muito grata por ser um desses alunos. Tem uma grande importância e influência nessa minha caminhada, pessoal e profissional.

Ao Paulo Zanettini, por me aconselhar quando eu não mais acreditava na minha capacidade como jornalista. Por me incentivar a continuar nessa caminhada e confiar no meu trabalho. Por me dar muitas ideias presentes nessa pesquisa - ainda na fase em que eu escrevia o projeto - e discutir as minhas escolhas durante esse mestrado e até as últimas conclusões. Agradeço também pela chance de aprender muito, arqueologicamente e jornalisticamente, durante alguns trabalhos.

À Camila Morais Wichers agradeço pelo fornecimento dos dados, gráficos, figuras e tabelas relativas às portarias emitidas para licenciamento de obras no Brasil. Agradeço também por tudo que aprendi na convivência durante os vários projetos em que

trabalhamos juntas; Pela confiança em meu trabalho, pela paciência em esclarecer questões arqueológicas e museológicas, pelos conselhos e pela amizade.

À Zanettini Arqueologia pelo acesso ao relatório final sobre o sítio Casa Bandeirista do Itaim Bibi; pela oportunidade que me foi dada para trabalhar em muitos projetos que marcaram minha vida profissional; pela troca de conhecimentos e pelo universo acolhedor com que seus funcionários me recebem.

À arqueóloga mexicana Pilar Luna, por todo carinho, por tudo que aprendi e por todos os conselhos.

Aos professores do Labjor Cristiane Dias, Simone Pallone, Rafael de Almeida Evangelista e Maria Beatriz M. Bonacelli, agradeço pelo intenso aprendizado durante as disciplinas.

À professora Márcia Bezerra (UFPA) pelas referências bibliográficas, por me apoiar em meio a arqueólogos desconfiados, pelo incentivo e disposição em ajudar-me sempre.

Ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, especialmente à Prof. Dra. Marília Xavier Cury, por ter podido cursar a disciplina *Arqueologia, Comunicação, Educação e Recepção*.

Ao Laboratório de Arqueologia Pública (LAP/ UNICAMP), especialmente Aline Vieira e Pedro Paulo Funari, pelas parcerias e oportunidades de aprendizados.

A todos os funcionários do Centro de Estudos Avançados (CEAV/ UNICAMP), especialmente à Marli Silva.

Às professoras Vera Toledo Camargo e Maria Beatriz Rocha Ferreira, com quem, apesar da recente convivência, já aprendi muito e ainda vou aprender durante a caminhada que se inicia.

Aos professores da banca Cristiane Dias, Márcia Bezerra, Paulo Zanettini e José Horta Nunes, pela paciente leitura dessa dissertação e disposição em participar da defesa.

Ao Ricardo dos Santos Guimarães, Capitão-Tenente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil, pela colaboração no que diz respeito à recuperação de portarias de pesquisa e exploração emitidas pela Marinha e pela ajuda na compreensão de como essa questão funciona na Marinha do Brasil.

À Unicamp pela Universidade de excelência que é, pelo cuidado e respeito com os alunos. Tenho muito orgulho de carregar esse nome à minha formação.

Ao Labjor e funcionários agradeço pelo apoio e por muito que aprendi, não só academicamente falando, mas também lições, mesmo que duras, para a vida. Obrigada Alessandra e professora Suzana Dias, tudo que aprendi com vocês foi muito valioso!

À Coordenação de Amparo à Pesquisa (CAPES), pelos 24 meses de bolsa concedidos, mesmo que regras impostas aos 45 minutos do segundo tempo tenham me obrigado a devolvê-la antes do prazo e antes do término dos meus estudos. Foram 18 meses em que a bolsa colaborou muito para que eu chegasse até aqui.

Aos professores da Graduação Carlos Antonio Zanotti e Marcel José Cheida por terem me ensinado a pensar a notícia e, o mais importante, a ser ética.

Aos professores que tive durante dez anos estudando língua francesa, especialmente Thomas e Vânia; sem eles não conseguiria ler textos a respeito de Análise do Discurso em francês.

Às minhas amigas, Chris, Luciana e Marina. Com certeza essa amizade foi uma das melhores coisas desse Mestrado e que vou levar para a vida inteira. Agradeço por fazerem esses anos de convivência tão bons! Demos muitas risadas, conversamos muito e nos apoiamos em momentos difíceis. Muito obrigada Chris, pelas discussões incansáveis de AD, pela revisão final desse texto e pelas versões em inglês. . Muito obrigada Marina, pelas risadas, pelas risadas, pelas risadas... e também pelo apoio de amiga na hora que precisei, por fazer a disciplina JC 020 comigo e pelos conselhos de corrida. Muito obrigada Lú, pelo apoio de amiga, médica, psicóloga, etc, pelos almoços na sua casa e por fazer a disciplina JC 020 comigo. Sem essas muito queridas amigas, esse Mestrado não teria tido a menor graça!

Aos colegas do Labjor: Leila, Ana Paula, Vinicius, Olívia, Aline, Vivian, Cauê, Thiago e Ana Flora.

Ao Luiz Augusto Maltoni (*in memoriam*), por me mostrar o extraordinário e inquietante mundo do jornalismo. Só escolhi essa carreira porque ele levava-me para acompanhar as transmissões dos jogos de futebol que ele comentava quando trabalhava na Rádio Globo e na Rádio CBN de São Paulo.

Aos meus avós, incluindo minha avó do coração, Antônia. Todos eram filhos de imigrantes italianos, não chegaram nem ao término do primeiro grau e passaram a vida inteira trabalhando. Agradeço por terem criado meus pais da maneira que fizeram, pelo carinho inesquecível que tinham por mim e também por todas as vezes que me contavam deliciosas histórias da família, da cidade, de seus pais, da vida. Talvez nesses dias memoráveis tenha tido início o meu interesse pelo passado.

A meu pai, Adoniro, agradeço o apoio incondicional e incentivo, sempre. Por todos os esforços que fez para me dar um ensino de qualidade. Apesar dele não ter tido oportunidade de estudar tudo o que queria, conseguiu transmitir a importância do estudo e do conhecimento. Agradeço por me apoiar emocionalmente e financeiramente em todos os meus estudos e projetos; todos, assim como ele me ensinou a olhar, de alguma maneira, foram valiosos. Pelo valor que ele me ensinou a dar às pessoas, respeitar a todos e exigir o respeito de todos, pois ninguém é melhor que ninguém. Por me ensinar a ser honesta, acima de tudo, e solidária. Por me preparar para a vida, ensinado-me a ser forte e segura. Tenho muito orgulho de ser sua filha!

À minha mãe, Dirce, agradeço pelo carinho de mãe, por torcer por mim durante toda minha vida escolar - e todas as corridas e maratonas também! Quando pequena, não gostava de ir à escola e minha mãe fazia diversas coisas para amenizar meu “sofrimento”. Por isso, agradeço por estudar comigo todas as coisas que eu mais odiava de uma maneira que não pareciam tão ruins: tomava minha tabuada enquanto eu balançava ou andava de bicicleta. Agradeço por continuar sendo a minha companheira em tudo até hoje, mesmo quando estou mal humorada, cansada e/ou mal criada. Por deixar tudo e todos várias vezes para me fazer companhia pelo mundo. Pelos almoços, jantares, vestidos, enfim, por ser a melhor mãe do mundo!

Às minhas amigas Débora e Ivana (estendo meus agradecimentos às suas famílias). São mais de 15 anos de amizade. Passei minha adolescência com elas, dividi minhas inseguranças com o futuro, recebi muitos conselhos e muito carinho. Essa amizade já virou irmandade. Agradeço por ouvir todas as minhas reclamações e explicações, mesmo, muitas vezes, sem entender nada do que eu falava. Espero que me perdoem por minhas ausências e que continuem sendo minhas amigas por muitos e muitos anos.

À Rosa e Francisco, que, mais do que sogros, são compreensivos, amigos e carinhosos como pais.

À minha família do coração, todos os “Rizzis” e “Calippos”. Obrigada por me adotarem.

Aos meus sobrinhos Leonardo, Laura e Helena, e às minhas afilhadas Bianca e Daniela, por todos os abraços apertados, sorrisos, brincadeiras e travessuras que me proporcionaram tantas risadas, muitas vezes em momentos bem difíceis. À Laura agradeço, ainda, pelos bolos de chocolate. Vinte beijos em cada bochecha de cada um!

Ao Paulo, primeiro por me apresentar o mundo subaquático: Graças a ele aprendi a mergulhar, interessei-me por naufrágios e conheci a Arqueologia; depois por trabalhar dobrado nesses dois anos, por todos os galhos que quebrou para mim e por, mesmo com tudo isso, ainda ser meu irmão querido.

Aos meus familiares e amigos Luciana, Oton, Guta, Paulo, Valéria, Zé, Márcia, Camila, Bruna, Moussa, Fer, Gustavo, Patrícia Baptista, Raquel Funari, Paulo, Daniela, Leandro, Lorena, Felipe, Karen, Gilson, Karina, Anna, Ana Decôt, Luciana Alves, Louise Afonso, Gilmar e Ana que, de uma maneira ou outra, colaboraram.

Ao João e Mariângela, meus padrinhos. À Mariângela agradeço por todas as dúvidas de gramática sanadas, pelo seu interesse por meu trabalho e pela amizade sincera. Ao João agradeço por toda alegria de viver que me contagiava, por me ensinar a necessidade de não se preocupar com coisas desnecessárias. A lembrança alegre fica e a saudade também.

À Mônica Rizzi, pela maneira calorosa que me recebeu em Londres durante meus estudos antes desse mestrado. Foram meses inesquecíveis e o início de uma amizade valiosa.

À Ana Lígia, amiga e professora de inglês. Como professora, pela maratona de estudos para a prova de seleção desse mestrado, como revisora de vários abstracts. Como amiga, por me compreender sempre e pelos momentos de descontração.

Aos meus cachorros pelo amor incondicional e pela companhia durante os dias, noites e longas madrugadas solitárias na frente do computador.

Por último, agradeço ao meu marido Flávio, parte fundamental tanto do ciclo que termino quanto daquele que inicio. Agradeço por todos os papéis que desempenha na minha

vida hoje e por tudo que contribuiu quando era apenas meu colega de trabalho. Como professor, agradeço por ter me ajudado a escrever o projeto para esse mestrado, a revisar os trabalhos das disciplinas, por ler várias vezes essa dissertação, pelas discussões sobre Arqueologia e Jornalismo e por ser meu “pré-orientador”, na especialização e nesse Mestrado; Como amigo, agradeço pelas pessoas fundamentais que conheci, pelos conselhos sobre as regras de etiqueta do mundo acadêmico e sobre onde vale a pena investir esforços. Como marido, agradeço pela paciência que tem com minha impaciência, por compreender as minhas ausências, por entender todos meus delírios, por dizer sim todas as vezes que queria dizer não, por todas as vezes que acordou de madrugada, tomou chuva, passou sede, fome, frio e calor para me acompanhar nas corridas, pelo incentivo que dá a todos meus projetos, mesmo quando o deixei meses sozinho para estudar fora do país. Pelo apoio que deu para entrar no Mestrado e, agora que termino, para continuar caminhando. Enfim, agradeço por estar sempre ao meu lado, incondicionalmente, por fazer a minha vida ser como é e por contribuir, todo dia e de maneira decisiva, com o que ela ainda será.

*Eu vejo o futuro repetir o passado
Eu vejo um museu de grandes novidades
O tempo não para
Não para, não, não para*

Cazuza

Resumo

Neste trabalho, analisou-se o modo como o conhecimento arqueológico foi divulgado em matérias publicadas na Folha de S. Paulo antes e depois da entrada em vigor da lei federal que determina a realização de pesquisas arqueológicas para o licenciamento de obras. Por meio da seleção de 935 textos que tratam de arqueologia e temas correlatos, publicados entre os anos de 2000 e 2010, foi possível uma comparação quantitativa entre eles e os levantamentos, realizados por Wichers (2010) e Zanettini (2009), de portarias emitidas pelo IPHAN para a realização de pesquisas arqueológicas. Em um segundo momento, com a análise qualitativa dos textos, tendo como referencial teórico a Análise do Discurso de Linha Francesa, identificou-se que a *Folha* divulga uma Arqueologia muito aquém daquela praticada no Brasil. Para a AD, todo discurso tem suas condições de produção, entre as quais destacam-se na análise dos textos a memória, o cenário, mecanismos de antecipação do que os leitores pensam sobre o tema e a força dos discursos citados. O efeito de sentido gerado nas matérias da *Folha* é comumente ligado ao caráter aventureiro de uma Arqueologia praticada em lugares remotos, associando a importância dos achados à sua antiguidade, enfatizando mais as peças encontradas do que a história que elas contam ou as pessoas que as estudam e reforçando, mesmo quando se propõe a desmistificar, o imaginário ligado à caça ao tesouro. Enfim, com base em diferentes noções teóricas da Análise do Discurso, a conclusão é que pesquisas sobre civilizações antigas e grandiosas na Amazônia, seja para a *Folha*, seja para o senso comum, indiscutivelmente é ciência. Já a Arqueologia preventiva, que cresceu exponencialmente no Brasil após a portaria do Iphan, não aparece nos textos da *Folha* com a mesma força de ciência que a pesquisa acadêmica. E o resgate de peças por aventureiros ou empresários no fundo do mar, por sua vez, é eventualmente tratado na *Folha* como sendo tão ciência quanto a pesquisa acadêmica.

Palavras chave: Divulgação Científica, Análise do Discurso, Jornalismo, Arqueologia.

Abstract

In this study, it was analyzed how the archaeological knowledge was released in stories published in the newspaper *Folha de S. Paulo*, before and after the implementation of the federal law that determines the conducting of archaeological researches for building permits. Through the selection of 935 texts about Archeology and related topics, published between 2000 and 2010, it was possible to draw a quantitative comparison between them and the survey, done by Wichers (2010) and Zanettini (2009), of the ordinances emitted by *IPHAN*, for conducting archaeological researches. In a second stage, through the qualitative analysis of the texts, using the Discourse Analysis of the French tradition as a theoretical reference, it has been noted that *Folha* releases an Archeology below the one practiced in Brazil. For the Discourse Analysis, every speech has its conditions of production, among which stands out, in the analysis of the texts, the memory, the scenery, the anticipation mechanisms about what the readers think of the subject and the power of the cited discourses. The meaning effect raised in the stories is usually connected to the adventurous image of an Archeology conducted in remote places, associating the importance of the findings to their antiquity, emphasizing more the objects found than the story they tell or the people that study them and reinforcing, even when its purpose is to demystify, the fantasy connected to the treasure hunting. Based on different theoretical notions from the Discourse Analysis, the conclusion is that the researches about great ancient civilizations in Amazon, for the newspaper *Folha de S. Paulo* or for the common sense, it's undoubtedly science. The Preventive Archeology, which grew exponentially in Brazil after *IPHAN*'s ordinance, doesn't appear in *Folha*'s stories with the same scientific authority than the academic research. By the other hand, the recovery of objects in the sea bottom by adventurous people or by business people, it's eventually released by *Folha de S. Paulo* as been as much scientific as the academic research.

Keywords: Science Dissemination, Discourse Analysis, Journalism, Archeology.

Resumé

Dans cette étude, il a été analysé comment la connaissance sur l'Archéologie a été divulguée dans les articles du journal *Folha de S. Paulo* avant et après l'introduction de la loi fédérale qui détermine la obligation de la recherche archéologique pour obtenir les licences des constructions. Grâce à la sélection de 935 textes dont le sujet est l'Archéologie et les questions connexes, publiés au fil des ans de 2000 à 2010, il a été possible une comparaison quantitative entre eux et les licences acquises pour réaliser des recherches archéologiques délivrées par l'Institut de Patrimoine Historique et Artistique National, IPHAN, inventoriées par Wichers (2010) et Zanettini (2009). Dans une deuxième étape, l'analyse qualitative des textes, en utilisant la théorie de l'Analyse du Discours dite Française, il a été constaté que le journal *Folha de S. Paulo* montre une Archéologie loin de celle qui est pratiquée au Brésil. Pour AD, tout le discours a ses conditions de production, parmi lesquelles se détachent dans l'analyse des textes la mémoire, le scénario, les mécanismes d'anticipation et la force des discours prononcés. Les effets de sens dans les articles sont souvent liées à une Archéologie aventurière, pratiquée dans des endroits distants. On peut apercevoir aussi que les textes soulignent l'importance des traces archéologique et leurs ancienneté, dont les pièces sont plus important que l'histoire qu'elles racontent ou que les propres archéologues. D'autre part, les articles renforcent l'imaginaire lié à la chasse au trésor, même quand ils se proposent à la démystifier. Enfin, sur la base de différentes notions théoriques de l'Analyse du Discours, on peut conclure que la recherche sur les civilisations anciennes de l'Amazonie est, pour journal *Folha de S. Paulo* ou pour le sens commun, sans discussion, science. Déjà l'archéologie préventive, qui a grandi de façon exponentielle au Brésil après la nouvelle loi, n'apparaît pas dans les articles cités avec la même force de science que la recherche pratiquée par les universités brésiliennes. Et la récupération des pièces sous la mer, à son tour, est traitée comme science autant que la recherche universitaire.

Mots-clés: vulgarisation de la science, analyse du discours, journalisme, archéologie.

Lista de Figuras

Figura 1 –	Capa do suplemento Empregos de 08/06/2008	65
Figura 2 –	Conjunto de textos e imagens da reportagem “Fora das telas, consultoria se destaca”	67
Figura 3 –	Imagens da reportagem “Com as mãos no passado”	73
Figura 4 –	Conjunto de fotos que ilustram a matéria “Leme de 300 anos é retirado do fundo do mar”	147
Figura 5 –	Foto que ilustra o texto “Piratas do século 21”	148
Figura 6 –	Desenho que ilustra o texto “O mistério da ponta dos naufragados”	148
Figura 7 –	Imagem presente na matéria “Leme de 300 anos é retirado do fundo do mar”	149

Lista de Tabelas

Tabela 1 –	Matérias sobre Arqueologia de 2000 a 2010 na <i>Folha de S. Paulo</i>	39
Tabela 2 –	Portarias de pesquisa emitidas para o território brasileiro	42
Tabela 3 –	Número de Matérias – <i>Folha de S. Paulo</i>	46
Tabela 4 –	Matérias publicadas comparáveis com portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisa, ano a ano, por estado da federação	49
Tabela 5 –	Matérias sobre Arqueologia publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i> (2000-2010): mercado de trabalho e imagem da profissão	61
Tabela 6 –	Matérias sobre Arqueologia publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i> , de 2000 a 2010: novas regras para licenciar obras	82
Tabela 7 –	Matérias sobre Arqueologia preventiva – Casa Bandeirista do Itaim	98
Tabela 8 –	Matérias sobre Arqueologia acadêmica – Ocupação da Amazônia	112
Tabela 9 –	Matérias sobre bens arqueológicos submersos ou provenientes de sítios arqueológicos submersos	133

Lista de Gráficos

Gráfico 1 –	Número de licenças de pesquisa expedidas pelo IPHAN para arqueólogos em território brasileiro (janeiro de 2003 a dezembro de 2009).	36
Gráfico 2 –	Comparativo entre as matérias obtidas na <i>Folha de S. Paulo</i> , de 2000 a 2010, que se referem à Arqueologia: número total de textos relativos a matérias sobre arqueologia no mundo e no Brasil	40
Gráfico 3 –	Ano 2000, comparativo de matérias publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i> : Brasil x Mundo	41
Gráfico 4 –	Ano 2000, comparativo de matérias publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i> por assunto	41
Gráfico 5 –	Matérias publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i> , ano a ano, de 2000 a 2010	44
Gráfico 6 –	Matérias publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i> de 2000 a 2010 e Portarias emitidas de autorização e permissão pelo IPHAN entre 2003 e 2009	44
Gráfico 7 –	Matérias publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i> comparáveis com portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas arqueológicas	45
Gráfico 8 –	Matérias publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i> relativas às pesquisas de Arqueologia preventiva sob o aspecto de quem é o principal autor da pesquisa e a instituição à qual ele pertence, de 2000 a 2010	47

Lista de Mapas

Mapa 1 –	Distribuição das matérias publicadas na <i>Folha de S. Paulo</i> sobre Arqueologia no Brasil (2000 a 2010)	50
Mapa 2 –	Distribuição das pesquisas arqueológicas no Brasil (2003 a 2009) (WICHERS, 2010)	51

Sumário

Apresentação	1
Introdução	5
Objetivo geral	6
Objetivos específicos	6
Os capítulos	7
Capítulo 1 - Pesquisas impressas	11
Os textos na <i>Folha</i>	14
Como selecionar	16
Capítulo 2. Sentidos circulantes, memórias descobertas	19
Capítulo 3. Arqueologia no Brasil e o panorama atual: os números de 11 anos de divulgação na <i>Folha de S. Paulo</i>	31
Brasil <i>versus</i> mundo	39
Pesquisas <i>versus</i> matérias	42
Arqueologia preventiva <i>versus</i> Arqueologia acadêmica	45
Matérias por estado <i>versus</i> pesquisas por estado	49
Considerações	56
Capítulo 4. Mercado de trabalho e a imagem da profissão	59
A cor da informação	70
Imagens e fontes	71
Considerações	76
Capítulo 5. Novas regras para licenciar obras	79
O licenciamento arqueológico pode determinar o custo dos imóveis	86

Os verbos nos discursos citados	91
Considerações	94
Capítulo 6. Arqueologia preventiva: A Casa Bandeirista do Itaim Bibi	95
A pré-destruição	98
A destruição	99
O que não foi notícia	105
Considerações	106
Capítulo 7. Arqueologia acadêmica: A Amazônia	109
A Amazônia habitada: a antecipação, o cenário e a força dos discursos	112
Considerações	118
Capítulo 8. Arqueologia subaquática ou caça ao tesouro?	121
A Arqueologia feita embaixo d'água	123
O Brasil e a Convenção da UNESCO	128
O que a <i>Folha</i> publicou?	132
Editorias e Assuntos	133
Condições de produção	138
- A memória	139
- O cenário	143
- A antecipação	146
- A força dos discursos	150
Considerações	154
Conclusão	157
Referências Bibliográficas	163
Anexos – Extra corpus	169

Anexo 1 - Texto publicado na seção “notícias” do site do Ministério Público Federal	171
Anexo 2 - Liminar emitida pela 12ª Vara Federal	173
Anexo 3 - Notícia sobre Termo de Compromisso - site do Ministério Público Federal	179

CD Anexo – *Corpus* analisado

Apresentação

Quando comecei a trabalhar com a Arqueologia, nem sabia que estava trabalhando com vestígios materiais que eram o objeto de estudo dessa ciência. Logo no Trabalho de Conclusão de Curso - TCC da minha graduação em Comunicação Social – Jornalismo, cursada na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), concluída em 2002, por meio de um documentário, contei, com a ajuda dos colegas do grupo, a história de um naufrágio, baseada nos documentos escritos na época do afundamento. Fazendo a pesquisa para esse trabalho, acabei tendo contato com o arqueólogo Gilson Rambelli, hoje professor da Universidade Federal de Sergipe. Ele abriu meus olhos para um mundo, ao meu ver, muito mais rico e interessante: o mundo das histórias contadas a partir de objetos. Nunca havia pensado em duvidar dos documentos escritos, ou que eles, por vezes, contavam histórias conflitantes com aquelas que os vestígios materiais poderiam contar. Estava nascendo aí meu interesse pela Arqueologia.

Depois disso, foram alguns anos trabalhando, como colaboradora/assessora de imprensa do Centro de Estudos em Arqueologia Náutica e Subaquática (CEANS) da Unicamp, a convite do Professor Gilson Rambelli e do Professor Pedro Paulo Funari, tratando, sobretudo, da divulgação da Arqueologia feita embaixo d'água no Brasil. Não que isso tenha sido algo fácil, pois entender uma ciência a ponto de se ter a segurança necessária para falar e escrever sobre ela é uma tarefa árdua. Alguns cursos, disciplinas, congressos e, até, escavações depois, tinha a segurança que um jornalista precisa ter para falar de Arqueologia. Não sou, nunca fui, nem pretendo ser arqueóloga, mas o fato de ter algumas certezas quando me refiro a essa ciência facilita muito meu trabalho como um todo.

No meio desse processo, cursei Especialização em Divulgação Científica no Núcleo José Reis da USP, quando fui contemplada com uma bolsa Mídia Ciência¹.

¹ A bolsa Mídia Ciência é pertencente ao Programa José Reis de Incentivo ao Jornalismo Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Com duração de seis meses, prorrogáveis por mais seis, o divulgador, não necessariamente um jornalista, propõe-se a divulgar projetos de instituições de pesquisas, sempre com orientação de um cientista e de um jornalista, promovendo a formação de profissionais capazes de transformar informações científicas em textos acessíveis ao público leigo.

Desenvolvi um projeto de divulgação do CEANS/Unicamp, sob a orientação científica do arqueólogo Prof. Pedro Paulo Funari – contanto também, ainda que informalmente, com a orientação dos arqueólogos Gilson Rambelli, Leandro Domingues Duram, Flávio Rizzi Calippo e Paulo Fernando Bava de Camargo – e jornalística de Eustáquio Gomes, coordenador da Assessoria de Comunicação da Unicamp, o qual me possibilitou publicar notícias e reportagens no Jornal e no Portal da Unicamp. Durante os 12 meses de bolsa, tive a oportunidade de escrever e publicar muito material de divulgação da Arqueologia subaquática e, a partir dessa experiência, concluí a especialização com a monografia intitulada “Divulgação científica até debaixo d’água: a Arqueologia subaquática e a imprensa”.

Acredito que meu interesse pela carreira acadêmica tenha surgido nessa época, pois tive tempo para pensar nas práticas de divulgação que estava fazendo e até refletir o quanto eficazes elas estavam sendo. Mas era pouco, pois é evidente que eu sozinha não tinha o controle de tudo que era divulgado sobre a Arqueologia subaquática na imprensa nacional. Por vezes, deparava-me com textos veiculados nos meios de comunicação de massa que se referiam à Arqueologia subaquática não como uma ciência, mas sim como uma aventura ou atividade comercial, feita por mergulhadores, não arqueólogos, que se encantavam com peças de naufrágios e retiravam-nas irregularmente para fazer parte de coleções particulares ou usavam esse patrimônio em benefício próprio, vendendo esses artefatos. Por que a aventura ou caça ao tesouro se destacava mais na mídia do que as pesquisas científicas?

Não consegui achar a resposta para isso na minha monografia de especialização. Pior, à medida que, posteriormente, comecei a também me envolver com trabalhos de divulgação da Arqueologia feita em terra, a convite da empresa Zanettini Arqueologia, percebi que essas pesquisas também não ganhavam destaque na imprensa, apesar delas estarem em crescimento constante graças à vigência no país de leis que obrigam o relatório de Licenciamento Ambiental para a execução de obras a também contemplar o Licenciamento Arqueológico.

É claro que muitos dos meus questionamentos também nasceram e foram provocados graças a longas conversas a respeito de Arqueologia e jornalismo com o

arqueólogo Paulo Zanettini, que também já trabalhou como jornalista nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. A minha inquietação era (e é) então saber: o que, como e quanto de Arqueologia é publicado nos meios de comunicação de massa no Brasil?

Entrei no Mestrado com a ideia de ter uma resposta para essa pergunta e, além disso, entender o que os arqueólogos pensam sobre comunicação e propor uma espécie de “Guia” para eles se comunicarem com a imprensa. Claro que nem mesmo esse imenso inventário, ou seja, saber como e quanto de Arqueologia é publicado em jornais e revistas, seria possível ser feito numa pesquisa de Mestrado. Assim, meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Bastos Cunha, ajudou-me a colocar os “pés no chão” e planejar uma pesquisa de Mestrado que investigasse a Arqueologia na imprensa e, além disso, fosse executável. Achamos, desta maneira, que recuperar o que foi publicado em 11 anos no jornal *Folha de S. Paulo* (de 2000 a 2010) sobre Arqueologia seria uma boa amostra numérica e, a partir desse levantamento, poderíamos selecionar o *corpus* para uma análise qualitativa, à luz da Análise do Discurso de Linha Francesa.

Introdução

A implantação da Portaria 230 do IPHAN, em dezembro de 2002, passou a exigir que o licenciamento ambiental contemplasse também a pesquisa a respeito de nossas heranças culturais e de nossas origens, descobertas por meio da pesquisa arqueológica. A medida acabou impulsionando um grande crescimento no que diz respeito a essas pesquisas no Brasil; gerou a criação de empresas especializadas na realização dos licenciamentos de obras; as Universidades também passaram a se adequar para poderem, assim como as empresas privadas, realizar os licenciamentos; a demanda por profissionais arqueólogos aumentou; foram criados cursos de graduação em Arqueologia, anteriormente apenas uma disciplina de pós-graduação (Mestrado e Doutorado). Enfim, a Arqueologia no Brasil ampliou sua atuação, as pesquisas ganharam espaço dentro e fora das Universidades e, assim, se configurou um mercado de atuação, de trabalho, o campo da Arqueologia.

A citada Portaria, além de exigir as pesquisas arqueológicas antes e durante a execução das obras, estabeleceu também que a sociedade deveria ser compensada por possíveis danos causados ao patrimônio arqueológico – no Brasil, configurado como um bem público, sob a tutela da União, segundo a Constituição do Brasil de 1988 –, e com isso, medidas que visam a um retorno à sociedade dos resultados obtidos nas pesquisas se tornaram obrigatórias com sua entrada em vigor. Assim, a Arqueologia passou a ser mais evidente, chegou à população em forma de palestras, cartilhas escolares, cursos diversos, visitas guiadas aos sítios, museus criados com a cultura material proveniente de pesquisas realizadas para licenciamentos², dentre muitas outras ações que ajudaram a disseminar essa ciência, o que exigiu o envolvimento de profissionais de diversas áreas tais como Educação, Museologia, Turismo, Comunicação, e, de outro lado, acabou por envolver os arqueólogos com processos educativos, museológicos, de turismo, de comunicação e até de marketing. Muito desses processos se aprendeu e ainda se aprende na prática, mas muito já se tornou tema de monografias, dissertações e teses, realizadas em programas de graduação e pós-graduação da própria Arqueologia, mas também das diversas áreas envolvidas – Educação, Museologia, Turismo, Comunicação, entre outras.

² O Museu Água Vermelha, em Ouroeste – SP, é um exemplo.

Porém, surge uma lacuna em todo esse processo, que já dura quase 10 anos: como funciona a comunicação da Arqueologia voltada aos meios de comunicação de massa, mais precisamente à imprensa? O que é divulgado? De que maneira? Como os leitores são incitados a entender Arqueologia?

Objetivo Geral

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar o processo de comunicação por meio do qual o conhecimento arqueológico é divulgado em reportagens e notícias publicadas na *Folha de S. Paulo*.

Objetivos específicos

Para analisar o processo de comunicação da Arqueologia na *Folha* fiz uma seleção de matérias publicadas sobre Arqueologia no jornal, entre os anos 2000 e 2010. Esse *corpus* inicial foi composto por 935 textos.

Após essa seleção, os 935 textos foram analisados quantitativamente, buscando averiguar se o número de textos publicados que fazem referência às pesquisas realizadas em outros países é superior aos textos publicados que fazem referência às pesquisas brasileiras no período consultado na *Folha de S. Paulo*.

Posteriormente a essa segunda seleção, chegou-se ao número de 376 textos sobre Arqueologia no Brasil publicados na *Folha*. Porém, nem todos eram comparáveis às portarias de autorização e permissão emitidas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pois muitos deles tinham como assunto a Arqueologia, mas não eram sobre pesquisas arqueológicas, mas sim sobre cinema, televisão, turismo, exposições, entre outros.

O número de textos selecionados da *Folha* após esse critério de exclusão foi então 174 comparáveis com portarias, sendo esses comparados com o levantamento de portarias emitidas pelo IPHAN realizado por Zanettini (2009) e Wichers (2010).

Sendo que a seleção final para a Análise do Discurso contém 48 textos, os quais a versão digital, tal qual foram publicados na versão impressa do jornal, pode ser vista no CD anexo. As matérias estão nele organizadas por data na qual foram publicadas.

Na posterior análise qualitativa dos textos, mobilizei noções e conceitos da Análise do Discurso de linha francesa com os objetivos de examinar os traços das condições de produção presentes nos discursos; apurar quais são as vozes presentes nos textos jornalísticos; averiguar a presença de memórias nos textos jornalísticos; verificar como os autores das reportagens e notícias selecionadas usam-se do mecanismo de antecipação para gerar efeitos de sentido em seus leitores; encontrar traços de relações de forças por meio de discursos relatados e observar como eles funcionariam como artifícios que autenticam relatos jornalísticos, produzindo a falsa ideia de que esses relatos seriam transmissores imparciais da verdade e descrever como os verbos de comunicação são utilizados para articular o discurso jornalístico com o discurso relatado, gerando efeitos de sentidos.

Os capítulos

No **Capítulo 1 - Pesquisas impressas**, procurei justificar o porquê da escolha da *Folha de S. Paulo* para essa pesquisa e apresentar como fiz a divisão dos textos entre os capítulos de 4 a 8 – selecionados a partir do levantamento descrito no Capítulo 3 – nos quais realizo a análise qualitativa.

No **Capítulo 2 – Sentidos circulantes, memórias descobertas**, procurei delinear as noções teóricas da Análise do Discurso as quais são utilizadas para os procedimentos de análise de notícias e reportagens publicadas na *Folha de S. Paulo*. Foram abordadas questões referentes às condições de produção do discurso, tais como a influência do público alvo (mecanismo de antecipação) e da memória. A questão do discurso jornalístico heterogêneo, seu diálogo com outros discursos (dialogismo) e as diferentes vozes (polifonia) presentes nele, também foi abordada. Além disso, abordei o fato de como as relações de forças serviriam para reforçar a ideia dos textos jornalísticos como transmissores de verdade. Por outro lado, também procuro observar como os verbos de

comunicação são utilizados para descrever as citações entre aspas, ou seja, o discurso do entrevistado relatado pelo jornalista, para demonstrar que são propositadamente escolhidos de modo que o jornalista faça a articulação do discurso relatado com o seu próprio discurso, gerando efeitos de sentidos.

No **Capítulo 3 - Arqueologia no Brasil e o panorama atual: os números de 11 anos de divulgação na *Folha de S. Paulo***, exponho os resultados obtidos a partir do levantamento quantitativo que fiz para ter um panorama parcial do que é divulgado na imprensa quando o assunto é Arqueologia. Para isso, selecionei 935 textos que abordavam questões relativas a essa ciência, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, ao longo dos anos de 2000 a 2010, que apareceram na ferramenta de busca da versão digital do jornal. Esses textos foram comparados quantitativamente às licenças para a realização de pesquisas arqueológicas emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, levantadas por Wichers (2010) e Zanettini (2009).

No **Capítulo 4 – Mercado de trabalho e imagem da profissão**, as três matérias analisadas sinalizam que, entre outros pontos, nesse conjunto de textos é possível constatar que a arqueologia retratada é aquela que “detém a chave para o mistério insolúvel, para a verdade escondida por trás das mais antigas, majestosas e esplêndidas maravilhas do passado” (CLACK & BRITAIN, 2007, p.15) e as reportagens acabam deixando de mostrar à população que a Arqueologia possui facetas mais interessantes e que vão muito além “do achado mais antigo, do artefato mais raro ou que essa ciência seria feita em locais remotos, muito longe da realidade da maioria das pessoas” (CLACK & BRITAIN, 2007, p.15).

No **Capítulo 5 – Novas regras para licenciar obras**, analiso a matéria “Morumbi tem sítio lítico com mais de 2.000 anos” e outros dois textos publicados em conjuntos com ela no suplemento Imóveis da *Folha*: “Estudo arqueológico será obrigatório” e “Construtoras e imobiliárias estão apreensivas”. Os textos se referem exatamente a diretrizes municipais que poderiam ser implementadas, baseadas em leis federais já vigentes na época (a matéria não especifica as leis), para o estudo arqueológico em terrenos onde ocorreriam construções. Além dessas matérias do suplemento Imóveis, depois da implantação da Portaria 230 do IPHAN, a matéria cujo título é “Escavação na

Grande SP acha peças raras”, de janeiro de 2004, é a primeira que aborda claramente a necessidade de licenciamento prévio de uma obra. Na mesma linha, já em julho de 2010, o texto “Arqueólogo escava área de condomínio”, acaba sendo também importante, pois explica detalhadamente o que pede a portaria do IPHAN.

Após a primeira seleção dos 935 textos, passando para os 376 que contém matérias sobre o Brasil e chegando aos 174 com a exclusão daqueles que são sobre cinema, turismo, etc. O estado de São Paulo é aquele com o maior número de matérias sobre pesquisas arqueológicas realizadas em seu território: são 63, ou seja, 35% de todas as matérias publicadas sobre Arqueologia no período de 2000 a 2010 na *Folha de S. Paulo*. Como cerca de 68% das matérias selecionadas para São Paulo foram geradas a partir de pesquisas para o licenciamento de obras, optei por escolher matérias com esse cunho sobre alguma pesquisa realizada em São Paulo. Assim, no **Capítulo 6 – Arqueologia preventiva: A Casa Bandeirista do Itaim Bibi**, analiso, então, as matérias que tratam do sítio arqueológico “Casa do Itaim Bibi”.

O **Capítulo 7 – Arqueologia acadêmica: A Amazônia** trata das matérias publicadas a respeito das pesquisas arqueológicas de cunho acadêmico realizadas na Amazônia, pois essas se desatacaram quantitativamente no levantamento apresentado no Capítulo 3. Além disso, a Floresta Amazônia é um assunto que é destaque na imprensa nacional e internacional, assim como a discussão a respeito da sua ocupação e da antiguidade das sociedades ali presentes.

O **Capítulo 8 – Arqueologia subaquática ou caça ao tesouro?** é o mais extenso, pois a Arqueologia subaquática é um caso a parte da Arqueologia brasileira. Para explicar as condições de produção dos textos na *Folha*, explico um pouco da história da Arqueologia subaquática e as leis às quais essa ciência se submete no Brasil. Depois, por meio da análise das matérias, abordo questões relativas ao sentido que a Arqueologia feita em outro ambiente, o submerso, acaba tendo nos textos selecionados na *Folha*.

Capítulo 1

PESQUISAS IMPRESSAS

Sendo um registro taquigráfico da História, o jornalismo sofre necessariamente o primeiro impacto dos fatos. Até por isso convém que ele seja reexaminado periodicamente, a fim de aferir se sua atividade está sendo capaz de projetar alguma luz para além da efervescência dos acontecimentos, se seus critérios estão sendo os melhores para franquear uma leitura ao mesmo tempo fidedigna, reveladora e útil, se não da realidade, ao menos da sua superfície diária.

Folha de S. Paulo

Quando pensei em verificar de que maneira a Arqueologia brasileira é comunicada pela grande imprensa do País, deparei-me com a falta de estudos sobre a questão, ou a existência apenas de estudos pontuais, como o desenvolvido por Maria Lúcia Sabaa Srur Moraes (2009), jornalista do Museu Paraense Emílio Goeldi, sobre a cobertura jornalística da Arqueologia na Amazônia, ou como a dissertação de mestrado do historiador Bruno Sanches Ranzani da Silva (2011), da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre a divulgação da Arqueologia subaquática, mas sob a ótica da Arqueologia Pública³, e de experiências pessoais de alguns arqueólogos⁴.

Precisava, assim, ter um panorama geral para verificar como e o que é divulgado sobre as pesquisas arqueológicas brasileiras. O levantamento dos textos que fazem referência à Arqueologia, publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, ao longo dos anos de 2000 a 2010, que descrevo adiante, no Capítulo 3, mostrou-se ainda mais relevante quando tomei conhecimento das pesquisas quantitativas a respeito das portarias emitidas para a realização de pesquisas arqueológicas no Brasil desenvolvidas por Wichers (2010) e Zanettini (2009). Os números recolhidos por eles demonstravam que as pesquisas arqueológicas no Brasil passavam também a configurar um mercado em expansão, visto que, em 2002, foi implantada a Portaria IPHAN nº 230. Essa lei, além de exigir que todos os projetos de licenciamento ambiental devem passar a incluir o licenciamento arqueológico, tornou necessária, como medida de mitigação dos impactos, a realização de uma série de ações de socialização e divulgação do patrimônio arqueológico afetado, dentre as quais muitas relacionadas de maneira direta a ações de divulgação científica (cartilhas, revistas, páginas na Internet, jogos, programas de computador, artigos e matérias em

³ A Arqueologia Pública é uma linha que agrega “pesquisas acerca das relações entre a ciência arqueológica e as mais diversas comunidades do contexto nacional e internacional. A proposta desta linha de pesquisa é criar uma rede de diálogos entre pesquisadores e comunidades, permitindo a troca de experiências nos campos teóricos e práticos no que se refere aos aspectos políticos desta ciência, bem como sobre as estratégias democráticas de cooperação comunitária e Arqueologia”. Fonte: www.nepam.unicamp.br/nepam/lap acessado em 10/07/2011.

⁴ Paulo Zanettini, por exemplo, foi editor de cultura do *Jornal da Tarde*, redator de política na *Folha de S. Paulo* e também atuou no desenvolvimento e consolidação da revista *Horizonte Geográfico*. É autor de livros infantis como o *Manual do Horácio* e o *Manual da Emília*, lançados pela Editora Globo, ambos com temas ligados à Arqueologia.

diversos veículos de comunicação, entre outras) que visam à educação não formal da população que se encontra na área de abrangência dos empreendimentos.

Assim, também em virtude da Portaria citada, iniciar esta pesquisa de Mestrado por uma primeira parte quantitativa passou, então, a ser uma medida necessária para saber se a divulgação da Arqueologia estava também em franca expansão, assim como o mercado, mesmo que eu já suspeitasse, devido ao meu contato direto com as pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil, que muito estava sendo pesquisado, mas pouco estava sendo divulgado ao grande público.

Outra questão pertinente para o desenvolvimento do meu trabalho foi a seguinte: dentre os diversos assuntos presentes na imprensa sobre Arqueologia, qual deles eleger para se fazer a análise qualitativa, à luz da Análise do Discurso de linha Francesa?

A partir da análise quantitativa realizada sobre as matérias publicadas na *Folha de S. Paulo*, pude mapear que assuntos estavam mais em pauta no jornal, o que me deu pistas para quais textos escolher, dentro do universo levantado, para compor o *corpus* de análise qualitativa.

Além de tudo isso, o intuito também foi apresentar⁵ esses dados quantitativos aos arqueólogos brasileiros para que eles se sensibilizem e, quem sabe, adotem uma postura pró-ativa quanto à divulgação de suas pesquisas nos meios de comunicação de massa, não só atendendo às medidas obrigatórias relativas à divulgação das pesquisas, presentes na Portaria 230, que envolvem apenas as comunidades afetadas pelas obras.

Os textos na *Folha*

Assim como Zamboni (1997, p. 11), entendo a Divulgação Científica como um “resultado de um efetivo trabalho de formulação discursiva, no qual se revela uma ação comunicativa que parte de um ‘outro’ discurso (o científico) e se dirige para ‘outro’ destinatário (o público leigo)”, muito diferente de ser meramente “um processo de

⁵ A primeira parte dessa pesquisa de mestrado referente à análise quantitativa já foi exposta, como comunicação oral, no III Encontro de Estudantes de Arqueologia do Nordeste, realizado em maio de 2011, em Teresina / PI, e no XVI Congresso Mundial da UISPP e XVI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em Florianópolis / SC, em setembro de 2011.

recodificação, isto é, a transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada”, como sugere BUENO (1984, p.19).

Na seleção dos textos que iriam compor o *corpus* do estudo qualitativo à luz da Análise do Discurso, procurou-se, em um primeiro momento, ou seja no momento da seleção dos temas recorrentes presentes no levantamento quantitativo feito na *Folha*, de 2000 a 2010, por aqueles que, além de serem formulações discursivas sobre pesquisas arqueológicas, são também, como Cunha define, uma parte específica do amplo leque de possibilidades da divulgação científica, ou seja, pertencem à vertente do jornalismo científico, pois “seguem a construção composicional típica dos discursos jornalísticos” (CUNHA, 2005, p.32).

No entanto, verificou-se que, dentre os 376 textos que tratavam de Arqueologia no Brasil, muitos não poderiam ser tratados como típicos textos de divulgação científica. Porém, não poderiam ser deixados de fora da análise pois se referiam, de uma maneira ou de outra, ao patrimônio arqueológico brasileiro.

Assim, além de textos de divulgação científica, foram selecionados aqueles que possuem características típicas de textos jornalísticos, tais como: o primeiro parágrafo é o lide – responsável por resumir as informações contidas em todo o texto, “apontar a singularidade da história, (...) oferecer o contexto em que ocorreu o evento, provocar no leitor o desejo de ler o restante da matéria” (PENA, 2005, p.43). O lead responde às perguntas básicas da notícia jornalística: o que, quem, quando, onde, como e por quê. Os textos possuem, na maioria das vezes, fotos acompanhadas por legendas.

Já as declarações entre aspas – ou “declarações textuais”, segundo a *Folha* (2010) –, apesar de não serem exclusivas dos textos jornalísticos, mostram-se aqui fundamentais, pois aparecem como forma de reforçar o discurso construído pelo jornalista, ou seja, “a fala de um cientista, seja na forma de discurso direto ou indireto, é um dos fatores que conferem credibilidade ao discurso jornalístico” (CUNHA, 2005, p. 39). Assim como a *Folha* (2010) coloca em seu Manual: “reproduzir declarações textuais confere credibilidade à informação, dá vivacidade ao texto e ajuda o leitor a conhecer melhor o personagem da notícia” (FOLHA, 2010, p.39).

Outra característica dos textos jornalísticos é a presença de títulos acompanhados por linhas finas, que completam o título e instigam a leitura do texto todo; disposição das informações em ordem decrescente de importância no texto, ou seja, “um relato que (...) escala em ordem decrescente os elementos mais importantes, (...) em uma montagem que os hierarquiza de modo a apresentar inicialmente os mais atraentes, terminando por aqueles de menor apelo” (PENA, 2005, p.48), o que Zamboni chama de “reversão da superestrutura do texto científico”, ou seja, “as conclusões das pesquisas” (ZAMBONI, 1997, 9 161).

Para a seleção final do *corpus* para a análise do discurso, optei por apenas as reportagens e notícias, deixando de fora textos de outros gêneros do jornalismo – como entrevistas, notas, editoriais, comentários, artigos, resenhas, colunas, crônicas, caricaturas e cartas, segundo a classificação de José Marques de Melo (1985). As reportagens são “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 49), e as notícias correspondem ao “relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (Ibid., 1985, p. 49). Como entendo que imagens também podem ser compreendidas como texto, como sugere Orlandi (2008), pretendo, ainda, analisar qualitativamente as fotos que eventualmente ilustram algumas das reportagens ou notícias do *corpus* selecionado. Isso porque as imagens são parte importante das matérias e, muitas vezes, acabam sendo “a primeira coisa – muitas vezes a única – que o leitor vê na página. Se a foto e a legenda tiverem qualidade, o leitor poderá passar a dar atenção aos títulos e outros elementos da página” (FOLHA, 2010, p. 78).

Como selecionar?

O *corpus* da primeira parte do trabalho, para a análise quantitativa, continha 935 matérias sobre Arqueologia publicadas na *Folha de S. Paulo*, entre 2000 e 2010. Entretanto, estabeleci novos critérios para a seleção das matérias que seriam analisadas qualitativamente, na segunda parte da dissertação, à luz da Análise do Discurso. O primeiro, foi separar aquelas que se referiam apenas ao contexto brasileiro (376); depois,

cheguei em 174 textos que eram comparáveis com as portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas pelo IPHAN.

No entanto, contrariamente do que eu havia previsto, não consegui selecionar apenas as matérias que eram sobre pesquisas, sendo comparáveis com a Portaria 230. Essa seleção serviu apenas para uma comparação quantitativa, mostrada no capítulo 3. Isso porque, às vezes, questões relevantes sobre Arqueologia foram justamente observadas em textos que não poderiam ser comparados com as portarias (como aqueles sobre o patrimônio cultural subaquático, presentes no capítulo 8, ou sobre a imagem da profissão, presentes no capítulo 4).

Assim, parti de critérios temáticos para definir a seleção final dos textos para iniciar a segunda e principal parte desta pesquisa de mestrado, que consiste em analisar as matérias à luz da Análise do Discurso de linha francesa.

Primeiramente, como a discussão a respeito de possíveis diferenças entre projetos de Arqueologia preventiva feitos para a realização de licenciamentos ambientais e projetos acadêmicos de pesquisas arqueológicas está hoje em dia presente na Arqueologia brasileira, e pensando também a respeito da inconstância no número de matérias publicadas a respeito de pesquisas de cunho acadêmico e para licenciar obras, adotei como um dos critérios o fato de ser importante selecionar um grupo de textos sobre pesquisa de Arqueologia preventiva e, em outro grupo, textos sobre pesquisa acadêmica. Para isso, dois temas se mostraram representativos: um em que prevalece a pesquisa acadêmica, a ocupação da Amazônia, cuja seleção inicial culminou em 17 textos; e outro de pesquisa de Arqueologia preventiva, a casa bandeirista do Itaim, que apareceu em cinco matérias.

Em segundo lugar, pensei em um terceiro grupo composto por textos escritos na época da discussão da entrada em vigor da Portaria 230 do IPHAN ou de suas consequências, abordando de forma clara o que essa Portaria passava a exigir. Seguindo essa linha de abordar outras temáticas que não sejam apenas as da pesquisa acadêmica e da pesquisa preventiva, um quarto grupo contém textos que têm como tema o mercado de trabalho e a imagem do arqueólogo.

Por fim, um tema que se mostrou bastante presente no levantamento realizado com as matérias publicadas na *Folha* foi a Arqueologia subaquática, que nada mais é do

que a pesquisa arqueológica feita embaixo d'água (RAMBELLI, 2002). Apesar disso, parece que muitas matérias observadas no período não trazem essa definição; por isso, pareceu ser necessário selecionar textos com essa temática num quinto grupo para investigar os sentidos que circulam na divulgação sobre essa área.

Capítulo 2

SENTIDOS CIRCULANTES, MEMÓRIAS DESCOBERTAS

O sentido não está dentro do texto, o sentido é uma interação entre o texto e os parceiros da comunicação.

Dominique Maingueneau

Trabalhando na interface imprensa/arqueólogos nos últimos oito anos, posso contar nos dedos as vezes em que ouvi um arqueólogo dizer que havia ficado satisfeito com a matéria publicada na grande mídia, para a qual ele havia, de alguma maneira, contribuído. Entretanto, é impossível lembrar-me de quantas vezes ouvi reclamações dos arqueólogos a respeito de comparações com Indiana Jones, de valorização de restos grandiosos de civilizações – como pirâmides, ruínas de cidades inteiras, etc – e, por outro lado, do desinteresse por pequenos cacos de cerâmica, ruínas de uma casa, pedaços de pratos, xícaras, lâminas de machado em pedra, ou seja, objetos que são traços de culturas, aqui definidas como “todas as atividades e interesses característicos de um povo” (KUPER, 2002, p.59), presentes em nossa sociedade até hoje, que são tão ou mais importantes que destroços de grandes obras, pois aqueles, sim, fazem parte de nosso próprio patrimônio e traçam a trajetória dos povos que já passaram por este território.

Alguns conceitos considerados “errados” pelos cientistas que são citados nos textos de divulgação da Arqueologia não são frutos da inspiração momentânea dos autores, não aparecem ao acaso. Eles fazem parte das experiências vividas, da história que cada um carrega. E essa história, quando falamos de Arqueologia, não é individual, mas muita coisa que se diz sobre o assunto está imbuída na própria sociedade.

Dessa maneira, partindo do panorama geral que será apresentado no Capítulo 3, realizado para verificar o que foi divulgado sobre Arqueologia brasileira em 11 anos de matérias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, a proposta qualitativa desta dissertação, com o apoio da Análise do Discurso, é tentar ver como se constroem os sentidos em relação à Arqueologia nos discursos sobre ela, que circulam em reportagens e notícias publicadas no jornal.

A Análise do Discurso será usada, então, para entender, não a língua nem a fala, mas sim o discurso (ORLANDI, 2007a), aqui compreendido como o lugar onde se dão “efeitos de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2007a, p.21), pois “é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação” (ORLANDI, 2007b, p.12).

Como o texto funciona? Como se diz? Quem diz? Em que circunstância? Essas perguntas permitem que comecemos a pensar o texto em seu funcionamento, entender

“como o texto produz sentidos através de seus mecanismos de funcionamento” (ORLANDI, 2007b, p 88), pois tais perguntas vão colocar o texto em relação às suas condições de produção, a instância verbal de produção do discurso: o contexto sociohistórico, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si e do outro e do referente⁶.

Quando lemos um texto em um jornal, na Internet ou em uma revista, quando ouvimos uma reportagem no rádio ou quando vemos uma matéria na televisão, podemos entendê-los como textos, ou seja, como textualizações do discurso que resultam das relações interdiscursivas. A partir da análise do texto, é possível chegar ao discurso, ou seja,

o discurso se constitui pelo trabalho com e sobre os recursos de expressão que produzem determinados efeitos de sentido em correlação com posições e condições de produção específicas. Frequentemente, se não sempre, essa investitura dos recursos de expressão não é clara para o locutor ou para o ouvinte-leitor – quer dizer, os interlocutores podem não ter acesso consciente às manobras que executam e os efeitos que assim (se) produzem. (POSSENTI, 2009, p 16).

O texto não significa por si, é uma unidade de sentido em relação à situação discursiva. Ele pode ter alguns sentidos, mas nunca não terá nenhum (POSSENTI, 2009, p 130) ou qualquer sentido, pois há sentidos possíveis, identificáveis por meio de marcas presentes no texto. Sentidos circulam nas entrelinhas dos textos, não são dados, “são constituídos no discurso” (BRANDÃO, 1995, p.62). O sentido de um texto é resultado de uma enunciação,

não é apenas a contraparte do significante, ele é um efeito do aparecimento do significante em condições dadas. Mas ele não é (...) puramente um efeito do significante, mas um efeito da enunciação do significante em situações históricas mais ou menos precisas (POSSENTI, 2009, p 134).

⁶ Cristiane Dias: comunicação pessoal em agosto de 2010.

Nenhum efeito de sentido surge nele próprio, na superfície do texto. Há um “caráter necessariamente histórico dos sentidos” (POSSENTI, 2009, p 146). Nenhum discurso produz sentido por si só e esse seria “o modo de funcionamento típico do discurso: retomar um sentido” (Ibid., 2009, p 139).

Como condição constitutiva do sentido, o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, propõe o “caráter dialógico do discurso” (CUNHA, 2009, p. 23), o que quer dizer que

todo enunciado dialoga com enunciados precedentes e é voltado a um interlocutor (ouvinte ou leitor), sendo sempre suscetível a enunciados-respostas, se constituindo, portanto, em uma parte, um elo na cadeia de enunciados (Ibid., 2009, p. 23).

Baseada nesse princípio, Authier-Revuz estabelece a noção de que todo discurso é heterogêneo, onde várias vozes, de diferentes maneiras, aparecem no discurso:

Os heterogêneos (...) devem-se, portanto, ao fato de que o dizer toma forma na sua relação com o dizer outro, apreendido, em termos de “dialogismo”, heterogeneidade, não coincidência:
– *interdiscursiva*, de um lado, com a exterioridade do meio, do já-dito dos outros discursos,
– *interlocutiva*, de outro lado, com esse outro dizer específico de – ou emprestado a – aquele a quem alguém se dirige. (AUTHIER-REVUZ, 2011, p.06)

A memória também faz parte da produção do discurso, “a maneira como a memória ‘aciona’, faz valer, as condições de produção é fundamental” (ORLANDI, 2008, p.30), pois “há sempre exterioridade constitutiva: o interdiscurso, a memória, um ‘já dito’ anterior e exterior à existência de qualquer dizer” (ORLANDI, 2007b, 138). Quando pensamos a memória em relação ao discurso, ela é tratada por Orlandi (2008) como interdiscurso, ou seja, segundo essa autora, é o

saber discursivo, a memória do dizer e sobre a qual não temos controle. Trata-se do que já foi dito a respeito de um assunto qualquer, mas que, ao longo do uso, já esquecemos como foi dito, por quem e em que

circunstâncias e que fica como um já dito sobre o qual nossos sentidos se constroem (ORLANDI, 2008, p.180).

Já Maingueneau (1997) também acredita ser o interdiscurso o constituinte do discurso sobre o qual os sentidos se constroem, sendo que para ele, “toda formulação discursiva é associada a uma memória discursiva, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações” (MAINGUENEAU, 1997, p.115).

Na imprensa, mesmo que o autor do texto negue, suas escolhas podem ser vistas no destringir das linhas e, também, na escolha das imagens ilustrativas das matérias. São essas escolhas, todo esse contexto no qual os textos jornalísticos são construídos, que nos induzem a ver certas coisas ou deixar de ver outras, pois a “mídia é o lugar de interpretação, ela rege a interpretação para imobilizá-la” (ORLANDI, 2007b, p. 16), não é um “simples ‘meio’ de transmissão do discurso, mas (...) imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer” (MAINGUENEAU, 2008, p.71).

Nos textos, os “efeitos de memória tanto podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação quanto de esquecimento, de ruptura de denegação do já-dito” (BRANDÃO, 1995, p.79). É essa memória que

separa e elege, dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa outra conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos (Ibid., 1995, p.79).

Por outro lado, o autor de uma matéria jornalística, “o responsável por uma formulação que faz sentido” (ORLANDI, 2007b, p.97) – o texto, ou seja, “uma unidade significativa” (ORLANDI, 2010, p.22) –, pode usar as palavras e articular o discurso de modo que seu interlocutor interprete-o “de um modo, ou de outro, segundo o efeito que (o autor) pensa em produzir em seu ouvinte” (ORLANDI, 2007a, p.39). É o que Orlandi (2007a) chama de “mecanismo de antecipação”.

Parte constituinte da condição de produção do discurso jornalístico é o público alvo, que determina que tipo de linguagem o jornalista utilizará, acompanhada, obviamente, do sentido que o jornalista pretende sugerir que seu leitor/ouvinte interprete; da linha editorial do jornal, da própria ideologia do jornalista, o que nos permite dizer “que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2007a, p.39). É o que Orlandi chama de “relações de força”: quando um jornalista escreve alguma coisa no jornal *Folha de S. Paulo*, esse discurso “vale (significa mais)” do que quando o mesmo escreve em seu *blog*, por exemplo – mas isso também pode depender do “nome” do jornalista, do seu prestígio e de sua “fama”.

As relações de força ainda podem ser encontradas nas citações entre aspas também presentes no texto jornalístico, que, de acordo com o Manual de Redação da *Folha*, seriam “responsáveis pela credibilidade da notícia”. Elas dariam a referida credibilidade ao discurso, pois viriam de pessoas autorizadas a falar sobre determinado assunto. Para Maingueneau (1997), o fato de um primeiro locutor se abrigar em um outro discurso seria uma maneira de “sugerir o que se pensa, sem necessitar responsabilizar-se por isso” (MAINGUENEAU, 1997, p.86) e, além disso, o locutor citado aparece como a “autoridade que protege a asserção”.

Essas formas de discurso relatado, ou seja, o que gramaticalmente se chama de discurso direto e discurso indireto, presentes nos textos jornalísticos, são “traços característicos do discurso midiático, no qual se inclui o campo jornalístico”, como sugere ZAMBONI (1997, p. 62). Por discurso direto entendemos a citação entre aspas aparentemente transcrita da forma como foi proferida pelo entrevistado citado no texto jornalístico – mas que certamente passam por edição – e

não se contenta (o discurso direto) em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, mas ainda simula restituir as falas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado (MAINGUENEAU, 2008, p.140).

Já o discurso indireto pode ser entendido como “uma forma de discurso relatado que reproduz não as palavras tais como proferidas pelo enunciador do discurso, o conteúdo

deste dizer” (ZAMBONI, 1997, p.65), mas paráfrases do que ele disse ao entrevistador. O enunciador pode transcrever de diversas maneiras, com suas próprias palavras, o que ouviu do seu entrevistado, pois o que é relatado não são as palavras exatas – como foram ditas –, mas sim o conteúdo do pensamento do entrevistado (MAINGUENEAU, 2008). Maingueneau (1997) afirma que o fato do discurso ser direto não quer dizer que ele seja “nem mais nem menos fiel que o discurso indireto, são duas estratégias diferentes para relatar uma enunciação” (MAINGUENEAU, 1997, p.85). Essa é a mesma opinião de Michel Charolles, para o qual as frases do discurso direto e indireto são “duas manifestações sintáticas diferentes de uma mesma estrutura semântica subjacente”⁷ (CHAROLLES, 1976, p.86).

Grillo (2004) chama o discurso relatado de discurso citado e defende que ele “funciona como testemunha autenticadora do relato jornalístico” (GRILLO, 2004, p. 110). Para a autora, as diversas formas de discurso citado, que vão “desde a narração das falas até o discurso direto” (Ibid., 2004, p. 111), além de atestarem as informações da imprensa, mostram as suas fontes e revelam

o quanto o jornal descreve os acontecimentos a partir dos discursos daqueles que fizeram ou fazem parte. Essa participação nos acontecimentos se acompanha de um declarar-se participante que assume as diversas formas de discurso citado, o que constitui o processo de ‘faturalização’, enquanto estratégia que identifica o relato jornalístico a um mundo de acontecimentos preexistentes à imprensa, ao expor fontes – testemunhas cuja ‘corporalidade’ do discurso cria uma ponte com o acontecimento (Ibid., 2004, p. 111).

O discurso citado, então, precisaria de verbos de comunicação – assim chamados por M. Charolles –, pois eles teriam uma importância particular, “na medida em que sinalizam o ato linguístico e servem para o estruturar”⁸ (CHAROLLES, 1976, p.83). Já para Maingueneau, “não é possível negligenciar os verbos destinados a introduzir o

⁷ “deux manifestations syntaxiques différentes d’une même structure sémantique sous-jacente” (tradução minha).

⁸ “dans la mesure où ils signalent l’acte linguistique et servent à le structurer” (tradução minha).

discurso relatado” (MAINGUENEAU, 1997, p.88), pois eles seriam determinantes para a interpretação da citação, tanto no discurso direto como no discurso indireto:

à semelhança do discurso direto, a escolha do verbo introdutor é bastante significativa (no discurso indireto), pois condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado (MAINGUENEAU, 2008, p.150).

Charolles (1976, p.93) afirma que, com exceção dos verbos dizer, articular, declarar e exprimir, que são considerados neutros⁹, os verbos introdutores do discurso relatado conduzem a “pressupostos”, a saber:

- De valor de verdade do enunciado citado: desvendar, revelar, ser avisado/informado, afirmar;

- De referência à ocorrência temporal da comunicação: responder, replicar, retrucar, repetir, remoer;

- Que dependem da opinião atribuída ao enunciador, face ao que se diz: reconhecer, confessar, prevenir, advertir;

- De ocorrência temporal da comunicação, sendo uma resposta embativa a um enunciado primeiro: retrucar, replicar, contradizer, responder, chamar atenção;

Ducrot (1972) chama de “‘verbos de opinião’ aqueles que servem ao locutor para informar o destinatário a respeito das crenças de uma terceira pessoa” (DUCROT, 1972, p.278). Ele separa-os, de acordo com critérios semânticos, quando um verbo expressa

⁹ Alguns verbos e trechos aqui transcritos tiveram sua tradução, feita por mim, aproximada para o português, tendo o sentido mais próximo àquele que o autor se referiu. Assim, seguem abaixo os verbos na versão em francês, na ordem em que aparecem em todo trecho citado de Charolles, 1976, p. 93

Dire, articuler, déclarer, exprimer...sont neutres.

Présuppositions renvoyant à la valeur de vérité de α .

Devoiler, reveler, apprendre, pretendre.

Présuppositions renvoyant à la l'occurrence temporelle de la communication

Repondre, repliquer, retorquer, repeter, ressasser.

Présuppositions renvoyant au rapport de x_1 ou x_2 avec x .

avouer, confesser, prevenir, avertir.

Présuppositions renvoyant à la l'occurrence temporelle de la communication e à la nature de x .

Objecter, repliquer, retorquer, repondre, faire observer.

“1) um julgamento pessoal fundado em uma experiência¹⁰”, cujos verbos representativos seriam considerar, achar, estimar, julgar, ter a impressão; “2) uma experiência da própria coisa”, com os verbos considerar, achar, estimar; “3) uma predileção original”, verbos considerar e achar; “4) o locutor mostra-se certo de sua opinião”, expressa por meio dos verbos considerar, estimar, julgar, ter a certeza de; “5) o locutor apresenta sua opinião como produto de uma reflexão”, através dos verbos considerar, estimar, julgar, pensar.

No entanto, Ducrot (1972) aponta três problemas suscitados por esses verbos: num primeiro grupo, o autor coloca os “verbos de opinião e de argumentação” e, para ele, esses verbos “não servem para relatar uma opinião, mas sim a maneira porque uma opinião foi apresentada por alguém” (DUCROT, 1972, p.278). Em um segundo lugar, Ducrot aponta que colocar esses verbos na primeira pessoa do presente do indicativo, quando, no discurso jornalístico, estamos falando dos verbos nas frases em discurso direto, “levanta problemas particulares quando esses verbos acarretam pressupostos de verdade ou falsidade” Ibid., 1972, p.281). O autor coloca como terceiro problema suscitado pelos verbos de opinião o caso do uso dos verbos “*s’imaginer, se figurer que*” – “X imagina, acha, está imaginando que” (Ibid., 1972, p.285), sendo o correspondente em português, bastante utilizado, o verbo acreditar. Para o autor, o uso de tais verbos acaba consistindo em dizer que o autor do discurso citado acredita no enunciado, mas que ele seria falso.

Assim sendo, nas reportagens e notícias selecionadas a partir do levantamento quantitativo inicial, serão examinados os traços das condições de produção presentes nos discursos, apurando quais são as vozes presentes nos textos. Além disso, espera-se identificar como os autores das reportagens e notícias selecionadas usam-se do mecanismo

¹⁰ Alguns verbos e trechos aqui transcritos tiveram sua tradução, feita por mim, aproximada para o português, tendo o sentido mais próximo àquele que o autor se referiu. Assim, seguem abaixo os verbos na versão em francês, na ordem em que aparecem em todo trecho citado de DUCROT, 1975, p.83

Le verbe implique un Jugement personnel fondé sur une expérience.

Considérer, trouver, estimer, julger, avoir l’impression.

Le verbe implique une expérience de la chose «elle-même».

Le verbe implique une prédication originelle.

Le locuteur se présente comme certain de l’opinion exprimée dans la complétive

Etre sûr.

Le locuteur présente son opinion comme le produit d’une réflexion

Penser.

de antecipação para gerar efeitos de sentido em seus leitores e, ainda, como as relações de forças, reveladas por meio tanto da questão da autoria dos textos como pelos discursos relatados, influenciariam nos relatos jornalísticos e como esses funcionariam como ferramentas para autenticá-los, usando-se também de verbos de comunicação.

Capítulo 3

ARQUEOLOGIA NO BRASIL E O PANORAMA ATUAL: OS NÚMEROS DE 11 ANOS DE DIVULGAÇÃO NA *FOLHA DE S. PAULO*

Acompanho os noticiários em nossos principais periódicos e o que vejo? Que a múmia mais antiga do mundo já foi descoberta centenas de vezes, que a imprensa escrita devota pouco espaço às descobertas feitas em território nacional.

Paulo Eduardo Zanettini

A Arqueologia é uma ciência social que estuda, sem limites cronológicos, as sociedades humanas por meio de sua cultura material e imaterial, buscando compreender as relações sociais e as transformações na sociedade (FUNARI, 2003, p.15). Sua origem está no imperialismo do século XIX, quando as potências europeias e os Estados Unidos buscavam riquezas explorando outros territórios (Ibid., 2003, pp. 09-10).

No Brasil, o pioneiro foi o botânico dinamarquês Peter Wilhem Lund, também paleontólogo amador, que, entre 1834 e 1844, pesquisou mais de 800 grutas na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, dentre as quais, naquela denominada Sumidouro, encontrou ossos fossilizados de animais extintos em conjunto com restos humanos (PROUS, 1992). No entanto, o desenvolvimento da Arqueologia no Brasil só veio a se consolidar com atividades desenvolvidas no Museu Nacional do Rio de Janeiro e, já após a instauração da República, com a atuação de pesquisadores, embora especialistas em outras áreas de conhecimento, no Museu Paraense¹¹, em Belém, e no Museu Paulista, em São Paulo (FUNARI, 2003).

A partir da Segunda Guerra Mundial, Paulo Duarte, “intelectual e político famoso do estado de São Paulo” (PROUS, 1992, p.13), um dos fundadores da Universidade de São Paulo – USP, propicia o início das pesquisas arqueológicas universitárias, criando, em 1952, a Comissão de Pré-História na USP, mais tarde denominada Instituto de Pré-História, baseado em instituição semelhante de Paris. Da França também foram trazidos Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire, que formaram os primeiros arqueólogos acadêmicos brasileiros (FUNARI, 2003). Também como “resultado da atuação de instituições científicas, da pressão exercida por José Loureiro Fernandes, Luis de Castro Faria e Paulo Duarte” (WICHERS, 2010, p. 115) em 1961, foi promulgada a Lei Federal de Proteção ao Patrimônio Cultural Arqueológico, “ainda hoje o principal instrumento legal de preservação dos vestígios arqueológicos” (FUNARI, 2003, p. 26).

¹¹ O Museu Paraense torna-se Museu Paraense Emílio Goeldi somente em 1900. O zoólogo suíço e naturalista Emílio Goeldi assumiu em junho de 1894 a direção do Museu Paraense e contou com o apoio do Governo Federal para transformá-lo num centro de pesquisa de renome internacional. Assim, na virada do século, em homenagem a Emílio Goeldi, o governador Paes de Carvalho alterou a denominação do Museu Paraense para Museu Goeldi. Fonte: http://www.museu-goeldi.br/institucional/linhatempo/lt_fs.htm, acessado em 05/5/2011.

Com o golpe Militar de 1964, a Arqueologia universitária humanista¹² foi praticamente trocada pelo Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA.

Clifford Evans e Betty Meggers, do *Smithsonian Institution*, foram os principais pesquisadores do período, organizando o Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica - PRONAPA, reunindo o Museu Paraense Emílio Goeldi, o SPHAN e a maior parte dos profissionais do Sul e do Nordeste. No que concerne às instituições do período destaca-se também a participação, no PRONAPA, de profissionais do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, do Instituto de Arqueologia Brasileira criado em 1961 no Rio de Janeiro, no Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte também criado em 1961, do Instituto Anchieta de Pesquisas no Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (WICHERS, 2010, p. 117)

O PRONAPA “pretendia promover durante os anos de 1965–1971 prospecções e testes (escavações rápidas) visando elaborar, sem demora, um quadro geral das culturas brasileiras” (PROUS, 1992, pp. 15-16), mas acabou promovendo uma Arqueologia “defasada, sem nenhuma preocupação interpretativa, deixando de lado qualquer pretensão universitária” (FUNARI, 2003, p. 26).

Hoje a Arqueologia existe no Brasil como uma atividade de graduação¹³ e pós-graduação e os arqueólogos atuam em duas grandes áreas: Arqueologia histórica, cujo objeto de estudo são os sítios arqueológicos com vestígios de culturas posteriores à chegada dos colonizadores europeus; e Arqueologia pré-histórica, cujo objeto de estudo são os sítios arqueológicos com vestígios de atividades humanas antecedentes ao ano de 1500 (FUNARI, 2003).

¹² Quando se fala em Arqueologia humanista, pode-se entender como uma ciência preocupada em entender o homem e a sociedade e não estudar os objetos desvinculados das questões humanas. É uma arqueologia muito ligada à Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais.

¹³ Segundo Bezerra (2008), o primeiro curso de graduação em Arqueologia foi criado em 1975 pelas Faculdades Integradas Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Esse curso entrou em processo de extinção no ano 2000. Hoje são nove cursos de graduação em Arqueologia no Brasil, nas seguintes instituições: Universidade do Estado do Amazonas /UEAM, Universidade Federal de Rondônia /UNIR, Universidade Federal do Piauí /UFPI, Universidade do Vale do São Francisco /UNIVASF, Universidade Federal de Sergipe/ UFS, Universidade Federal de Pernambuco /UFPE, Universidade Católica de Goiás /UCG, Universidade Federal de Pelotas/UFPEL e Fundação Universidade do Rio Grande /FURG (BEZERRA, 2008, p 140).

De outro lado, a implantação da Portaria 230¹⁴, de 17 de dezembro de 2002, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pode ser considerada como um marco para a Arqueologia brasileira. Isso porque se observou um aumento exponencial no número de pesquisas realizadas em território nacional. Ela foi especialmente dedicada à regularização dos procedimentos de Arqueologia preventiva¹⁵ no licenciamento ambiental, estabelecendo o compasso necessário entre as licenças ambientais – licença prévia, licença de instalação e licença de operação do empreendimento¹⁶, e a preservação do patrimônio arqueológico. Segundo Zanettini¹⁷ (2009),

essa Portaria foi elaborada com a finalidade de compatibilizar a pesquisa arqueológica e salvaguarda do patrimônio arqueológico durante o licenciamento de empreendimentos potencialmente causadores de impactos ao meio ambiente (loteamentos, parques industriais, linhas de transmissão, rodovias, barragens, redes de água e esgoto, dentre outros). Ela fornece as diretrizes para a avaliação dos riscos potenciais e exige que sejam propostas soluções que minimizem os danos aos recursos arqueológicos identificados numa determinada região, desde a etapa inicial de projeto até a inauguração das obras (ZANETTINI, 2009, p. 25).

Assim, tendo a Portaria 230/02 como marco, Zanettini (2009) e Wichers (2010) sistematizaram os dados a respeito da emissão de portarias para a realização das pesquisas arqueológicas no Brasil, No gráfico 1, apresento os dados de Zanettini (2009):

¹⁴ Informações sobre a legislação vigente que concerne a Arqueologia no Brasil podem ser obtidas na obra “Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico”, publicada pela Superintendência do Iphan em São Paulo e organizada por Rossano Lopes Bastos e Marise Campos de Souza em 2010.

¹⁵ A chamada Arqueologia preventiva é aquele setor da Arqueologia que está diretamente envolvido com o licenciamento ambiental de empreendimentos que podem vir a gerar impactos sobre o patrimônio arqueológico. Neste setor, empresas de Arqueologia, arqueólogos independentes e instituições públicas atuam no sentido de avaliar, mitigar e compensar a sociedade em geral por esses impactos, diferentemente das pesquisas de cunho acadêmico.

¹⁶ A Licença Prévia (LP) deve ser solicitada na fase de planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento. Ela atesta a viabilidade ambiental do empreendimento, mas não autoriza o início das obras. A Licença de Instalação (LI) autoriza o início de implantação do empreendimento, sendo concedida depois de atendidas às condições da Licença Prévia. A Licença de Operação (LO) autoriza, após as verificações necessárias, o início do funcionamento do empreendimento/obra. É concedida depois de atendidas as condições da Licença de Instalação.

¹⁷ Paulo Eduardo Zanettini é historiador, Mestre e Doutor em Arqueologia (MAE/USP).

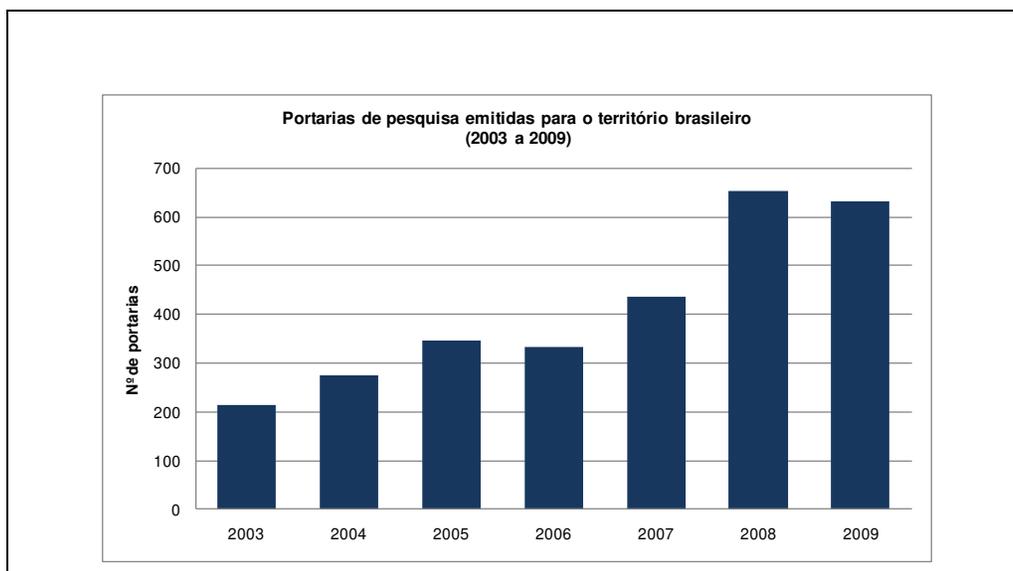


Gráfico 1 - Número de licenças de pesquisa expedidas pelo IPHAN para arqueólogos em território brasileiro (janeiro de 2003 a dezembro de 2009). Fonte: Diário Oficial da União (citado em ZANETTINI, 2009, p 76).

Vale dizer que este gráfico é um panorama geral do que vem sendo pesquisado no país no período indicado, já que tanto para realizar pesquisas de Arqueologia preventiva como para realizar pesquisas acadêmicas, os arqueólogos devem, de forma obrigatória, submeter ao IPHAN o “projeto científico que tencionam desenvolver, acompanhado de outros documentos que comprovem a idoneidade do proponente, os meios de custeio para sua realização e destinação final dos acervos gerados pela pesquisa” (Zanettini, 2009). Em seguida, o IPHAN, órgão brasileiro responsável pela “autorização e permissão para realização de pesquisas arqueológicas, seu acompanhamento e fiscalização; e a implementação de diversas ações de socialização do patrimônio arqueológico” (IPHAN, 2011), emite as portarias, representadas quantitativamente no gráfico acima, autorizando a realização das pesquisas.

No período examinado por Zanettini, foram emitidas 3422 portarias de pesquisa arqueológica para o território nacional, englobando portarias de autorização, permissão, prorrogação e renovação, além de portarias voltadas à publicação de normas e orientações. Como mostra o gráfico, existe um aumento relativamente constante no decorrer dos anos no que tange à emissão das portarias de pesquisa, sobretudo, no biênio 2007/2008, com um crescimento de 34% dos estudos arqueológicos. De acordo com o trabalho citado, grande

parte dessas portarias (98%) está associada ao licenciamento de empreendimentos, configurando um novo campo de atuação da Arqueologia, o da Arqueologia preventiva.

Segundo Zanettini (2009), o aumento das pesquisas arqueológicas também está diretamente relacionado ao anúncio e início, pelo Governo Federal, de seu Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, em 2007. Esse plano tem envolvido a implantação de empreendimentos de grande porte, tais como hidrelétricas, termelétricas, rodovias, ferrovias, portos, linhas de transmissão, obras de saneamento básico e outras iniciativas de relevância econômica e social, que, para serem realizadas, necessitam também do licenciamento arqueológico.

Partindo do princípio de que o número de pesquisas realizadas no Brasil cresceu de forma tão evidente, o número de textos publicados nos meios de comunicação de massa, os quais, a partir de agora, chamarei também por “matérias”¹⁸, sobre Arqueologia, poderiam ter acompanhado, mesmo que timidamente, essa tendência, ainda que o espaço físico destinado às matérias que tratam de ciência não tenha se alterado significativamente nos jornais de grande circulação. Para verificar tal possibilidade, fiz um levantamento¹⁹ das matérias que fazem referência à Arqueologia, publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*.

Primeiramente, para definir um texto como “uma matéria de Arqueologia”, partiu-se do conceito formulado por Funari, segundo o qual, “a Arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2003, 15). E, ainda, de acordo com Rambelli²⁰, “a Arqueologia é uma ciência social que estuda a

¹⁸ No jargão do jornalismo, “matérias” são textos jornalísticos que podem ser de diferentes gêneros, como notícia, nota, reportagem, entre outros, ou seja, trata-se de um “termo genérico usado para qualquer texto que se produz para jornal” (FOLHA, 2010, p. 82).

¹⁹ A título de conferência, pedi ao Banco de Dados da *Folha de S. Paulo* para orçar a mesma pesquisa, procurando no arquivo as mesmas palavras. Recebi, então, um e-mail dizendo que o valor da pesquisa seria de R\$ 2129,20 (dois mil, cento e vinte e nove reais e vinte centavos) mais despesa de envio de um CD com o arquivo em PDF das 936 páginas, ou matérias, localizadas por eles, um valor, portanto, inviável para o desenvolvimento desta pesquisa. Vale dizer que fazendo manualmente a mesma pesquisa encontrei um total de 935, praticamente o mesmo número.

²⁰ O Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFSE) é o arqueólogo brasileiro pioneiro em pesquisas subaquáticas no país. Considero importante colocar aqui a definição de “Arqueologia” desse pesquisador, pois, como será amplamente discutido em um capítulo à parte, no Brasil há leis que diferenciam conceitualmente a Arqueologia subaquática e a Arqueologia praticada em terra. Paralelamente a esse fato, existem matérias jornalísticas que seriam consideradas pela comunidade científica como textos sobre ações de caça ao tesouro

vida das sociedades passadas por meio de seus restos materiais encontrados em seus devidos contextos” (RAMBELLI, 2002, 129).

Em segundo lugar, a escolha da *Folha* se deu porque é um jornal com sede em São Paulo, estado com o maior número de pesquisas arqueológicas realizadas em seu território, de acordo com Wichers (2010), mas também é um jornal de circulação nacional, podendo, inclusive, noticiar as pesquisas arqueológicas realizadas em todo território brasileiro. Além disso, trata-se da maior publicação diária do tipo impresso do Brasil em tiragem, com 295.558 exemplares por dia, em média, de acordo com a Associação Nacional de Jornais²¹.

Desse modo, comecei o levantamento a partir do ano de 2000, dois anos antes da vigência da Portaria 230 e ano em que o Brasil completou 500 anos do descobrimento, fato que poderia influenciar o número de matérias históricas e/ou arqueológicas. Foram 11 anos pesquisados, visando também à comparação com os levantamentos de portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas arqueológicas realizados por Wichers (2010) e Zanettini (2009), os quais contemplaram os anos de 2003 a 2009. Terminei o levantamento em 2010, ano no qual pude acompanhar de perto o que estava sendo pesquisado e comparar com o que estava sendo publicado. Assim, para o levantamento quantitativo, que reuniu 935 textos, selecionei aqueles de todos os gêneros jornalísticos que apareceram na ferramenta de busca da versão digital do jornal, quando procuradas as palavras Arqueologia, Arqueológico, Arqueólogo, Escavação (e variações de gênero e número), para designar a área do conhecimento ou qualificar o sítio de pesquisa ou os objetos pesquisados. Portanto, a pesquisa foi realizada por meio do *site* www.folha.uol.com.br, entre os meses de agosto de 2010 e fevereiro de 2011.

ou de exploração comercial do patrimônio arqueológico submerso, mas tais ações acabam sendo classificadas pelos jornais como pesquisas científicas de Arqueologia subaquática. .

²¹ Dados obtidos da Associação Nacional de Jornais. Disponível em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 05/04/2011.

Brasil versus Mundo

Os textos foram primeiramente classificados por local de realização da pesquisa (Brasil ou mundo). Separadas as matérias que se referiam ao Brasil, essas foram classificadas como passíveis de comparação com as portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas pelo IPHAN, ou seja, se realmente se tratavam de pesquisas arqueológicas, as quais foram divididas²² em pesquisas de Arqueologia preventiva e pesquisas acadêmicas. Na Tabela 1 a seguir, apresento um apanhado geral desse levantamento:

Tabela 1 – Matérias sobre Arqueologia de 2000 a 2010 na *Folha de S. Paulo*.

Ano	Total de matérias	Matérias sobre arqueologia no mundo	Matérias sobre arqueologia no Brasil	Comparáveis com portarias de autorização e permissão		Não comparáveis com portarias de autorização e permissão ²³
				Relativas ao licenciamento de obras	Relativas a pesquisas acadêmicas	
2000	130	48	82	5	15	62
2001	72	45	27	7	4	16
2002	85	57	28	7	10	11
2003	90	61	29	7	13	9
2004	85	57	28	11	6	11
2005	86	47	39	8	11	20
2006	101	62	39	9	13	17
2007	61	44	17	5	3	9
2008	56	30	26	3	7	16
2009	83	51	32	11	3	18
2010	84	55	29	11	5	13

Assim, a primeira afirmação que podemos fazer observando a Tabela 1 é que, exceto no ano 2000, o número de matérias que tratam de assuntos relacionados à Arqueologia no mundo sempre foi superior àquelas relativas ao Brasil, assim como sugerem Amorim e Massarani a respeito da “predominância de pesquisas provenientes do exterior nos jornais (...), particularmente de países do dito primeiro mundo” (AMORIM & MASSARANI, 2008, p. 80), mesmo depois de 2003 quando, suponho, o número de

²² Tal separação foi realizada com o auxílio do arqueólogo Flávio Calippo.

²³ Muitos textos encontrados tinham como assunto a Arqueologia, mas não eram sobre pesquisas arqueológicas, mas sim sobre cinema, televisão, turismo, exposições, entre outros.

publicações já deveria começar a refletir o crescimento no número das pesquisas, já que a portaria 230 do IPHAN foi instituída em dezembro de 2002.

No Gráfico 2, a seguir, a barra a azul, representa os textos relativos a acontecimentos no Brasil e a verde, os textos relativos a acontecimentos no mundo.

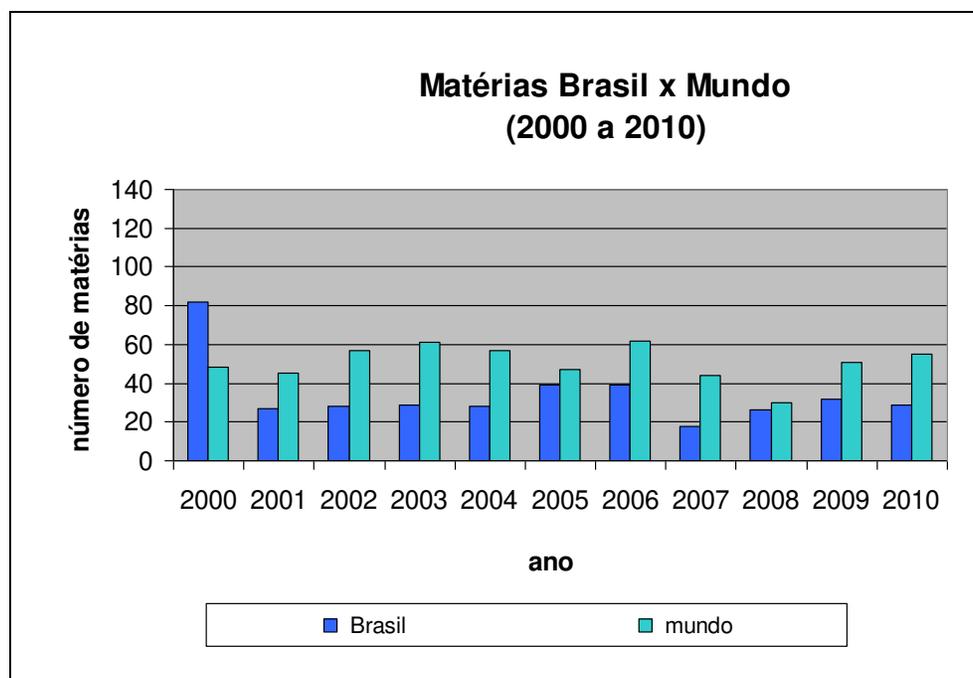


Gráfico 2. Comparativo entre as matérias obtidas na *Folha de S. Paulo*, de 2000 a 2010, que se referem à Arqueologia: número total de textos relativos a matérias sobre Arqueologia no mundo e no Brasil.

No ano 2000, fica evidente não só que o número de matérias sobre a Arqueologia no mundo foi menor que aquelas sobre o Brasil, mas também que, de modo geral, o assunto Arqueologia fez-se mais presente no total de textos publicados neste ano, comparado com os demais anos (ver Gráfico 3 adiante). Tais fatos podem ser explicados pelo grande número de matérias relativas às comemorações dos 500 anos do Brasil, o que, possivelmente, desencadeou também várias discussões sobre essa ciência, como nas matérias “Historiadores e aventureiros disputam naufrágios”, “União tem posse dos

objetos”²⁴ – ambas publicadas em 19/03/2000 –, “Encontro analisa a Arqueologia no Brasil”, de 13/04/2000; “Evento analisa a Arqueologia no país”, de 14/04/2000; “Arqueologia no país é tema de debate”, de 17/04/2000; “Pesquisadores estão pessimistas com a Arqueologia brasileira”, de 19/04/2000; e “Arqueologia tateante”, de 29/10/2000. Podemos visualizar esse quadro para o ano 2000 nos Gráficos 3 e 4 a seguir:

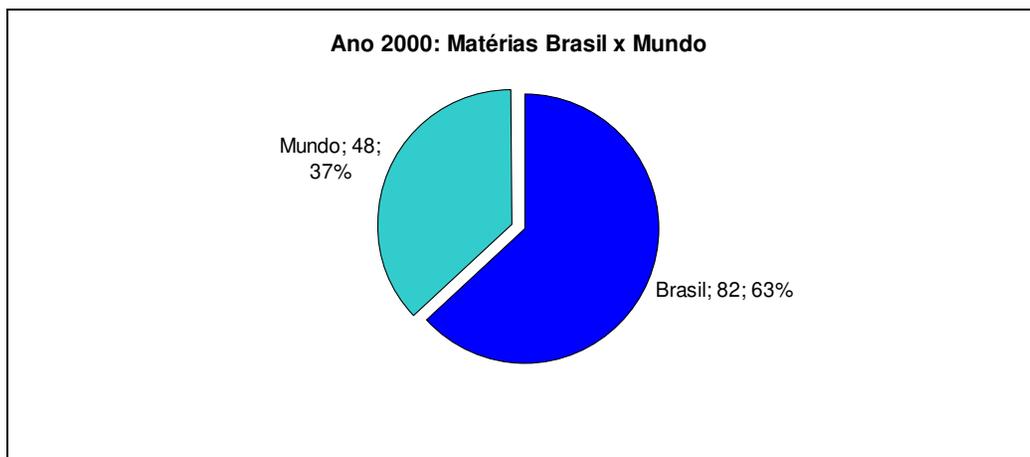


Gráfico 3: Ano 2000, comparativo de matérias publicadas na *Folha de S. Paulo*: Brasil x Mundo.

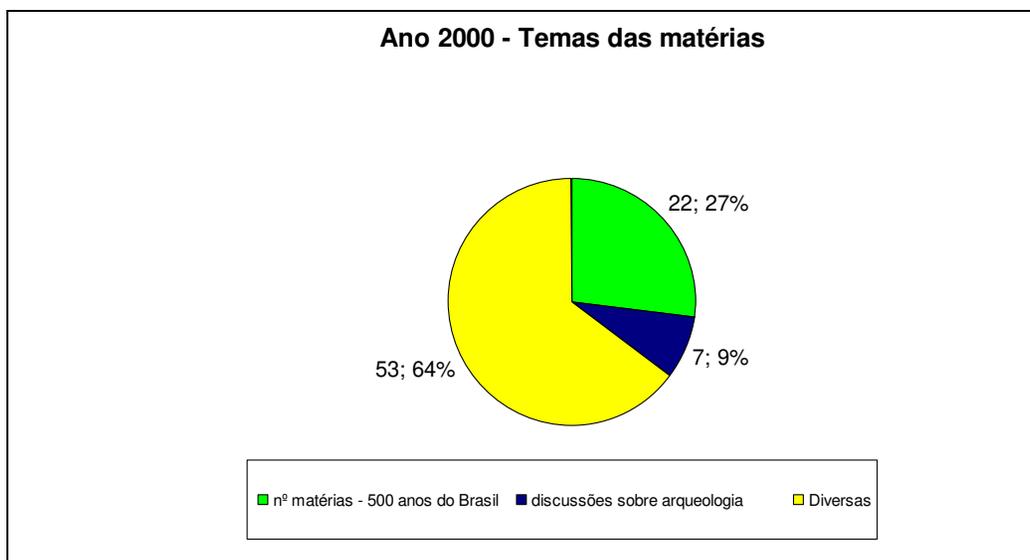


Gráfico 4: Ano 2000, comparativo de matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* por assunto.

²⁴ As matérias relativas à Arqueologia subaquática, como essas duas citadas, serão detalhadamente analisadas e discutidas no Capítulo 8.

No Gráfico 4 , nota-se que mais de 25% das matérias publicadas foram relativas às comemorações dos 500 anos do Brasil e 9% sobre discussões cujo tema era Arqueologia.

Pesquisas versus matérias

Com o objetivo de se comparar numericamente as matérias publicadas na *Folha* com o número de portarias emitidas, reproduzo a Tabela 2, a seguir, sistematizada por Wichers²⁵ (2010):

Tabela 2 – Portarias de pesquisa emitidas para o território brasileiro.

Ano	Total de portarias emitidas	Total de portarias de autorização e permissão
2003	269	214
2004	327	275
2005	397	346
2006	397	333
2007	507	436
2008	771	653
2009	754	631
Total	3.422	2.888

(Adaptado de WICHERS, 2010, p 197)

Segundo a autora, a primeira coluna corresponde a todas as portarias de pesquisa emitidas pelo IPHAN e publicadas no Diário Oficial da União entre janeiro de 2003 e dezembro de 2009, totalizando 3.422, mesmo número já apontado acima na menção ao trabalho de Zanettini (2009). Porém, esse total corresponde a portarias de autorização, permissão, prorrogação e renovação, além de portarias voltadas à publicação de normas e orientações. Por isso, os números contidos na segunda coluna são aqueles que considero relevantes para a comparação direta com as matérias publicadas na *Folha*, pois correspondem apenas às portarias de autorização e permissão, totalizando 2888 portarias, e, dessa maneira, referem-se à realização de pesquisas arqueológicas propriamente ditas, tendo muito mais chance de gerar matérias jornalísticas.

²⁵ Camila Azevedo de Moraes Wichers é historiadora, Mestre em Arqueologia (MAE/USP), Doutora em Museologia (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal).

Além disso, voltando à coluna “comparáveis com portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas arqueológicas” da Tabela 1 e comparando-a, portanto, com a segunda coluna da Tabela 2, o crescimento relativamente constante observado na segunda, a partir de 2004, não foi constatado na primeira. Visualmente, podemos notar a seguir, no Gráfico 5, a inconstância no número de publicações de matérias cujo assunto são pesquisas arqueológicas no Brasil. Mas, é possível enxergar um leve crescimento a partir de 2004 em torno de 11% na publicação de matérias, diferente da ordem de 17-20% em emissão de portarias ao ano, em média, como sugere Zanettini (2009). Também não é possível notar crescimento algum das matérias publicadas no biênio 2007/2008, período no qual Zanettini observou um pico de crescimento de 34% na emissão das portarias. O autor também sugeriu, em artigo publicado no início de 2009, que o total de portarias de autorização e permissão emitidas deveria

ultrapassar em 2009 o montante atingido em 2008. Em 2010, talvez venhamos a assistir a um novo *boom*, sobretudo, se levarmos em conta que apenas 50% das verbas alocadas para o PAC do Governo federal foram efetivamente utilizadas até o momento (ZANETTINI, 2009, p 77).

No entanto, ao observarmos o Gráfico 5, é possível notar que, entre 2003 (ano pós publicação da portaria) e 2006, há uma oscilação, mas dentro de uma média próxima a 20 matérias por ano. Excluindo o ano de 2000, porque é uma exceção, a média anual de matérias publicadas é de 15 (somando as matérias de 2001 a 2010 e dividindo por 10).

O período de 2007 a 2010 apresenta tendência de crescimento, de fato, mas a partir de uma base muito pequena, com pico abaixo da média anual do período de 2002 a 2006, estando, junto com o ano de 2001, abaixo da média geral do período.

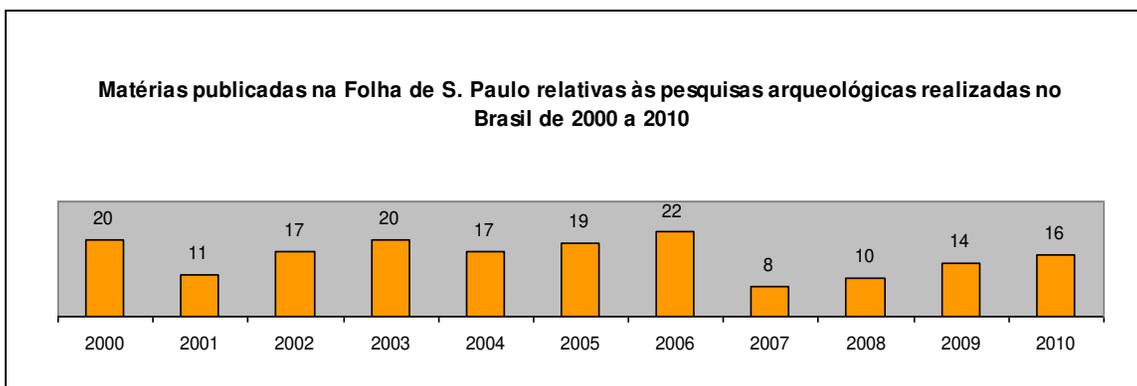


Gráfico 5. Matérias publicadas na Folha de S. Paulo, ano a ano, de 2000 a 2010.

O Gráfico 5 também mostra que o número de matérias publicadas chega a ser ínfimo perante o número de pesquisas realizadas, quando comparados os mesmos anos dos dois levantamentos, e não acompanha, portanto, o crescimento das pesquisas realizadas no Brasil. Isso fica bem mais claro se colocarmos o número de portarias de autorização e permissão, contido na segunda coluna da Tabela 2, e o número de matérias publicadas comparáveis com portarias de autorização e permissão, correspondente à somatória da quinta e sexta colunas da Tabela 1, em um único gráfico, o Gráfico 6, a seguir:

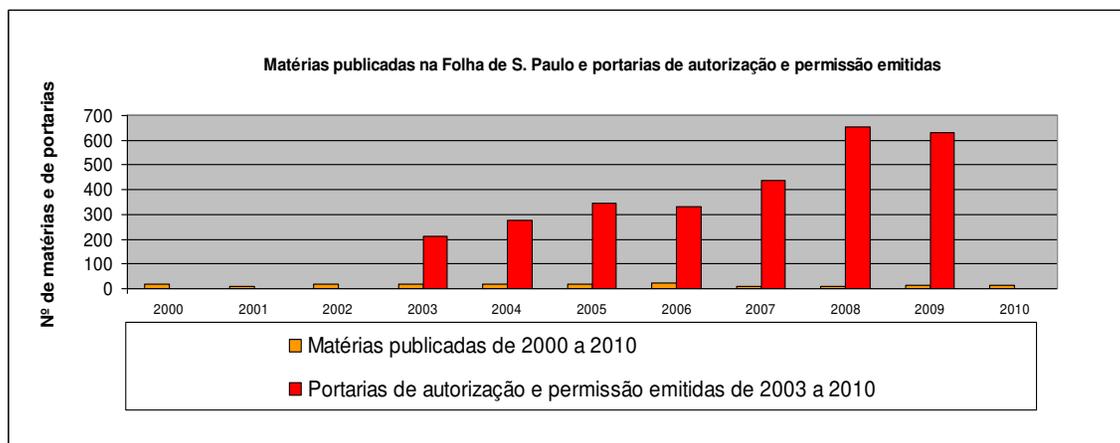


Gráfico 6. Matérias publicadas na *Folha* de 2000 a 2010 e Portarias emitidas de autorização e permissão pelo IPHAN entre 2003 e 2009.

Arqueologia preventiva versus Arqueologia acadêmica

Outra discussão presente na Arqueologia brasileira é a questão da cientificidade ou não da Arqueologia preventiva. Ou seja, o quanto do que é exigido por lei é realizado já que, supostamente, o tempo concedido para a consumação das pesquisas de Arqueologia preventiva não seria o ideal, pois haveria a questão da pressão pela necessidade da realização da obra. Ao contrário, as pesquisas acadêmicas teriam o tempo compatível com a necessidade, já que não sofrem as pressões das construções. Não quero aqui me prolongar em relação a essa discussão, pois esses temas fogem do escopo da minha pesquisa. Faço essa menção apenas para, em primeiro lugar, chamar a atenção ao fato de que por meio dos números que recolhi na *Folha*, não há a possibilidade de chegar a nenhuma conclusão a respeito de quais projetos têm maior visibilidade na imprensa, se os de Arqueologia preventiva ou os de Arqueologia acadêmica e, em segundo lugar, porque quis verificar se as matérias seguiam a tendência sugerida por Zanettini (2009), de acordo com o qual a maioria das portarias de autorização e permissão emitidas entre janeiro de 2003 e início de dezembro de 2009 seria voltada “ao atendimento de demandas geradas pelo mercado (licenciamento ambiental)”. Vejamos o Gráfico 7:

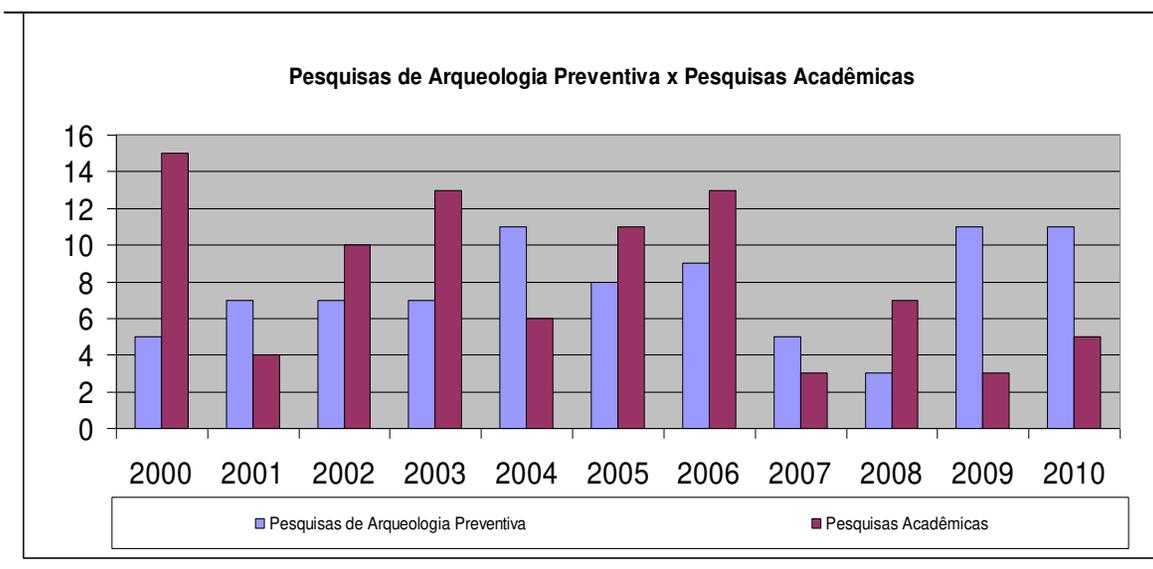


Gráfico 7. Matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* comparáveis com portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas arqueológicas.

No período analisado, os anos 2000, 2002, 2003, 2005, 2006 e 2008 possuem maior número de matérias publicadas a respeito da Arqueologia acadêmica. Já nos anos de 2001, 2004, 2007, 2009 e 2010, há mais matérias relativas às pesquisas de Arqueologia preventiva. Na Tabela 3 a seguir, que reproduz os dados da Tabela 1 relativos a matérias comparáveis com portarias de autorização e permissão, fica interessante notar que, assim como não há uma constância no número total de matérias publicadas no decorrer dos anos, também não se pode dizer que é constante o número de matérias sobre a Arqueologia preventiva ou Arqueologia acadêmica, nem mesmo que é crescente ou decrescente:

Tabela 3 - Número de Matérias – *Folha de S. Paulo*.

Ano	Relativas ao licenciamento de obras	Pesquisas acadêmicas
2000	5	15
2001	7	4
2002	7	10
2003	7	13
2004	11	6
2005	8	11
2006	9	13
2007	5	3
2008	3	7
2009	11	3
2010	11	5

Aparentemente não há uma explicação para esses números apresentados acima. Apenas podemos observar que o ano 2000 é o que tem o maior número de textos publicados sobre pesquisas acadêmicas em todo o período analisado, matérias talvez impulsionadas pelas comemorações dos 500 anos do Brasil – apesar desse número ser quase igual aos obtidos nos anos de 2003 e 2006; nos anos de 2007 e 2008, há um declínio nos textos publicados sobre pesquisas de Arqueologia preventiva; em 2009 e 2010, o número de matérias publicadas sobre pesquisas de Arqueologia preventiva é muito maior que o número daquelas sobre pesquisas acadêmicas. Talvez, aqui, haja de fato um reflexo do crescimento das portarias emitidas, já que, de acordo com Zanettini (2009), atualmente

as pesquisas de Arqueologia preventiva respondem por 98% das portarias de autorização e permissão emitidas pelo IPHAN.

Também é interessante notar que algumas dessas matérias classificadas como relativas a pesquisas de Arqueologia preventiva possuem como principal entrevistado um arqueólogo pertencente a alguma Universidade. Ou seja, são matérias que tratam efetivamente de pesquisas realizadas para o licenciamento de obras, porém quem foi contratado para fazer esse trabalho foi uma Universidade, geralmente pública, como podemos observar no Gráfico 8, a seguir:

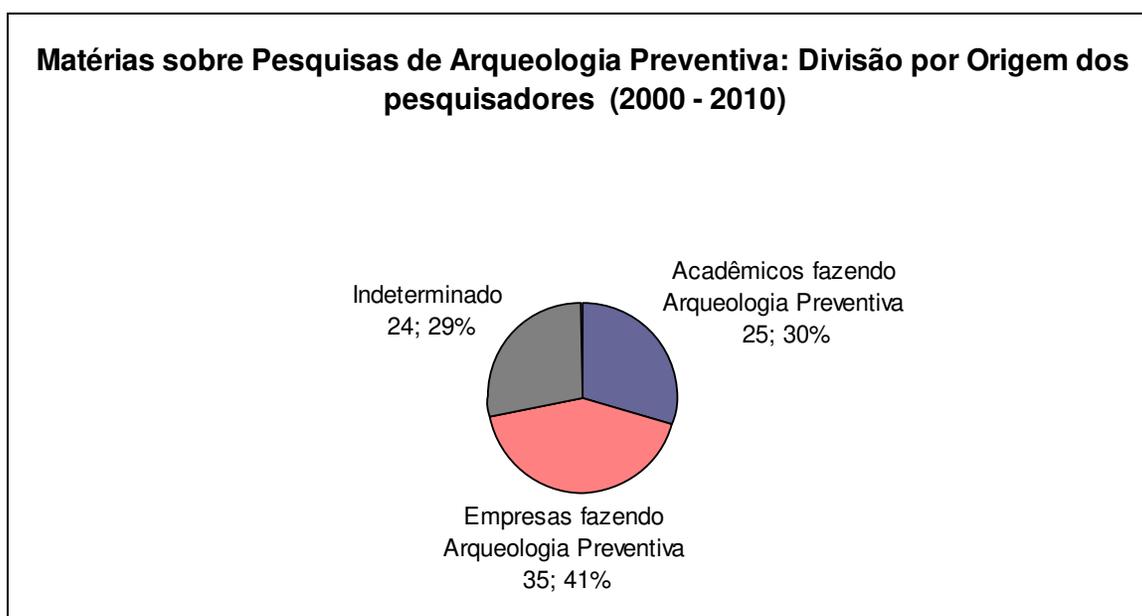


Gráfico 8. Matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* relativas às pesquisas de Arqueologia Preventiva sob o aspecto de quem é o principal autor da pesquisa e a instituição à qual ele pertence, de 2000 a 2010.

No Gráfico acima, a categoria ‘Indeterminado’ é relativa aos textos nos quais não foi possível determinar com exatidão se os pesquisadores citados representavam uma empresa ou uma Universidade. Pensando apenas naquelas matérias em que foi possível determinar a que tipo de instituição os entrevistados pertenciam, é possível dizer que o número de pessoas pertencentes ao meio acadêmico que aparecem em matérias que tratam de pesquisas de Arqueologia preventiva é bastante representativo (30%). Ou seja, é plausível especular que esse dado tenha origem em três aspectos: primeiro, as assessorias

de comunicação das instituições de ensino provavelmente tiveram uma atuação no sentido de divulgar as pesquisas realizadas, mesmo se tratando de pesquisas de Arqueologia preventiva.

Segundo, os profissionais envolvidos nas pesquisas possivelmente já são ‘fontes’ anteriormente consultadas para a elaboração do discurso jornalístico. As fontes são locais ou pessoas que o jornalista busca para obter informações e construir seu texto. No caso das pessoas, são aquelas que, geralmente, o jornalista acostumado a cobrir um determinado tema, no caso ciência, costuma procurar para saber se há algum fato relevante para se tornar notícia, ou seja, há um relacionamento um pouco mais estreito entre jornalista e fonte. É o caso do professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Eduardo Góes Neves, que é comumente procurado para falar de Arqueologia amazônica.

Em relação à confiabilidade, a *Folha* classifica suas fontes segundo uma classificação decrescente de confiabilidade, que vai do “Tipo zero” até o “Tipo 4”. A fonte “Tipo um” é classificada pela *Folha* como “ a mais confiável nos casos em que a fonte é uma pessoa. (...) tem histórico de confiabilidade (...). Fala com conhecimento de causa (...) e não tem interesses imediatos na sua divulgação”, (FOLHA, 2010, p. 38). Acredito que é nesta categoria que se encaixam os arqueólogos pertencentes a instituições de ensino que foram fontes para matérias que tratam de projetos de Arqueologia preventiva.

A questão da confiabilidade também pode ter relação com o terceiro aspecto que sugiro para justificar a presença de muitas matérias sobre Arqueologia de contrato encontradas nesse levantamento que foram feitas a partir de entrevistas com arqueólogos pertencentes a alguma Universidade, pois pensando sob a ótica da Análise do Discurso, é coerente afirmar que pode haver um traço de relação de força, já que uma pesquisa de arqueologia preventiva realizada por uma Universidade tem mais ‘peso’ quando repórter busca legitimar, dar credibilidade a seu discurso e, dessa maneira, afirmar a suposta característica do discurso jornalístico como transmissor imparcial da verdade.

Matérias por estado versus pesquisas por estado

Voltando, ainda à Tabela 1, proponho fazer também um recorte e uma reflexão em relação ao número de matérias publicadas de acordo com o estado da federação onde as pesquisas arqueológicas foram realizadas, o que procuro sistematizar na Tabela 4 a seguir:

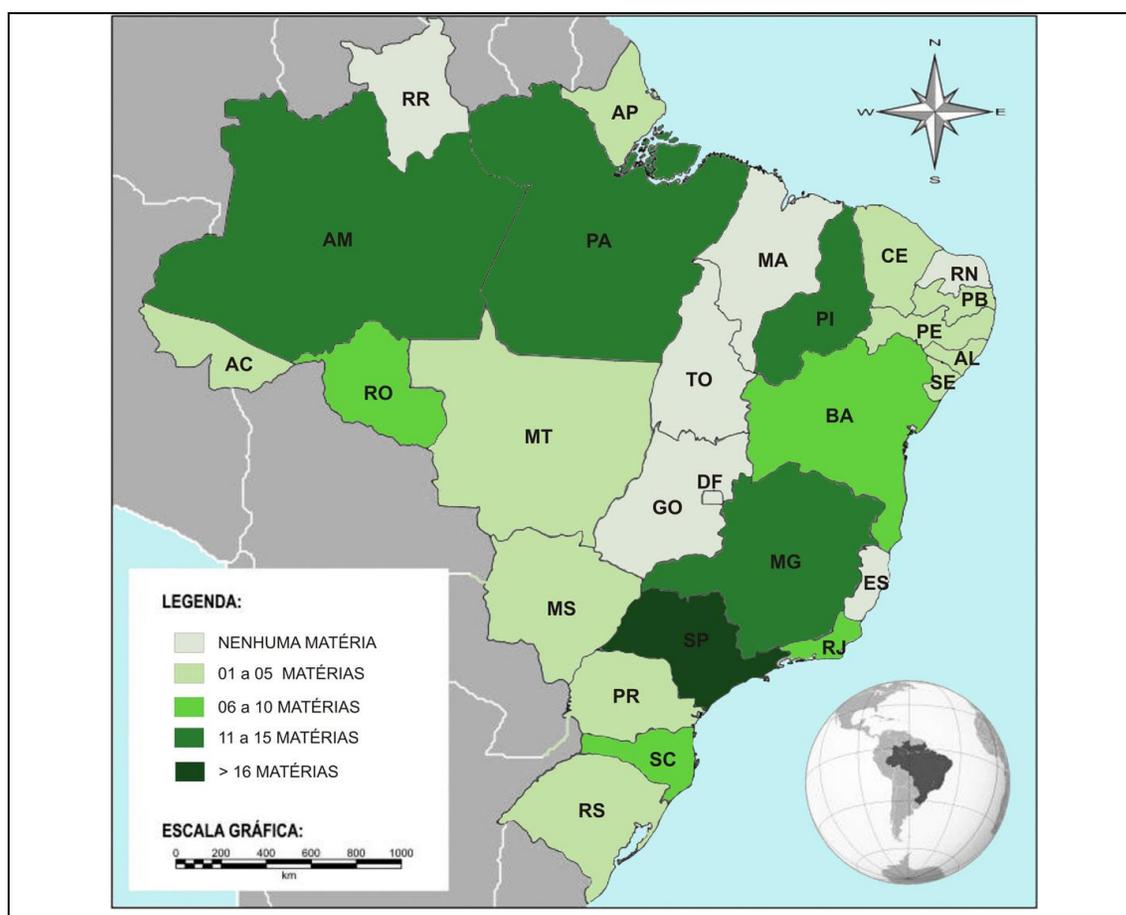
Tabela 4 - Matérias publicadas comparáveis com portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisa, ano a ano, por estado da federação.

		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL	
ESTADO	AC								1			2	3	
	AL						1						1	
	AM	1	3	1	3		1	3	1	1		1	15	
	AP			1				2					3	
	BA	3		1		1		1					6	
	CE							1					1	
	MG	2		4	3	1	1	1		1	1		14	
	MS								1					1
	MT			2	1									3
	PA	2		2	1	1	3	2	1		2			14
	PB	1		1										2
	PE				2								1	3
	PI	2			2	4			4	1			2	15
	PR	1											1	2
	RJ		1		1	3	1		1	3				10
	RO											2	5	7
	RS		1											1
	SC	1				1	2	2					1	7
	SE			1										1
	SP	6	6	4	6	5	8	6	2	5	9	3		60
vários	1			1	1	2							5	
TOTAL		20	11	17	20	17	19	22	8	10	14	16	174	

Cabe dizer que a categoria “vários” corresponde a matérias nas quais vários estados foram citados, como por exemplo, aquelas que se referem ao licenciamento das áreas da Rodovia Transnordestina, que passa por diversos estados do Nordeste brasileiro.

De maneira geral, para o período analisado, como já foi apontado em outro momento, o estado de São Paulo é a unidade da federação que mais obteve matérias publicadas a respeito de pesquisas arqueológicas realizadas em seu território (60), seguido de Amazonas e Piauí (15) e, com 14 matérias, os estados do Pará e Minas Gerais. Pelo

Mapa 1, a seguir, fica evidente que as áreas das regiões Sudeste e Norte do país destacam-se em relação ao número de matérias publicadas, sendo que, mesmo que timidamente, é possível também notar estados com matérias publicadas na região Nordeste e Sul. Há estados da federação que não tiveram nenhuma matéria publicada. São eles Maranhão, Tocantins, Goiás, Rio Grande do Norte e Espírito Santo, mesmo que, de acordo com Wichers (2010), tenham sido realizadas pesquisas arqueológicas entre 2003 e 2009 em seu território. Já no caso do estado de Roraima, Wichers não constatou pesquisas realizadas no período e, assim, isso também acabou se refletindo no levantamento dos textos publicados na *Folha*.



Mapa 1 – distribuição das matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* sobre Arqueologia no Brasil (2000 a 2010).

A título de comparação, observemos o Mapa 2, a seguir, elaborado por Wichers (2010, p. 204), que separou as portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas arqueológicas por estado da federação:



Mapa 2 – distribuição das pesquisas arqueológicas no Brasil (2003 a 2009). (WICHERS, 2010)

No Mapa 2 reproduzido acima, a autora demonstra que há concentração de portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas nos estados de Mato Grosso, Goiás, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir desses dados, podemos sugerir que o número de pesquisas realizadas em um estado não reflete na publicação de matérias veiculadas na *Folha*, isso porque os únicos estados que tiveram o número de textos publicados coerente – não numericamente ou proporcionalmente, apenas tendencialmente – com o número de autorizações para pesquisas emitidas foram São Paulo

– cabe novamente dizer que o fato do jornal ser paulista, apesar de ter circulação nacional, pode ter influenciado esse dado – e Minas Gerais.

Restringido minha análise aos estados que mais obtiveram publicações no período, observo que na região Norte, de acordo com Wichers (2010), o maior número de portarias de autorização e permissão emitidas, entre 2003 e 2009, ficou com o estado do Pará (84). Já o maior número de matérias para a região Norte foi sobre pesquisas realizadas no estado do Amazonas (15), apenas uma a mais que as que mencionam o Pará (14). Se olharmos para os números de matérias publicadas nos dois estados (total de 29), veremos que a maioria delas não é gerada por pesquisas de Arqueologia preventiva (que representam apenas sete matérias, correspondendo a 24,2% do total), mas sim por pesquisas acadêmicas (que somam 22 matérias, correspondendo a 75,8% do total).

O número maior das matérias sobre pesquisas acadêmicas poderia ter sua raiz no fato de a maioria das portarias de autorização e permissão emitidas para ambos estados ser para pesquisas acadêmicas. Isso porque eles são ocupados pela região da Floresta Amazônica, a região do País com maior quantidade de áreas protegidas, tendo mais de um terço de seu território enquadrado em um regime de proteção, seja na forma de unidades de conservação, terras indígenas, terras quilombolas ou áreas militares²⁶; assim, suponho que o número de obras na região seria limitado, apesar de projetos de grandes hidrelétricas, como a usina Belo Monte, no Pará.

Outro ponto que daria visibilidade às pesquisas de cunho acadêmico é o fato de que há grande número de pesquisas na área que são realizadas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição que cultiva a iniciativa de divulgar suas próprias pesquisas, o que pode ser constatado por meio da manutenção permanente de seu *Serviço de Comunicação*, onde está inserida a *Agência Museu Goeldi*, que presta serviços de assessoria de imprensa, entre outras atividades, o que colaboraria para uma maior visibilidade de suas pesquisas, e se reflete, inclusive no número de matérias publicadas na *Folha*. Outro fator que justificaria a predominância de pesquisas acadêmicas seria o interesse científico na região. Para completar, é importante ressaltar, ainda, que o interesse da *Folha* se mostrou bastante

²⁶ Informações retiradas do *site* <http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/amazonia/amazonia/print>, em 18/07/2011.

grande quando o assunto é a ocupação da Floresta Amazônia, sua antiguidade e o modo de organização das sociedades antigas (15 dentre as 29 matérias tratavam do tema).

Outra observação sobre a região é que Wichers verificou “um aumento das portarias para o estado de Rondônia (...) nos anos de 2007 e 2008, (...) esse fenômeno está associado à implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos e infraestrutura correspondente” (Wichers, 2010, p. 199). Tal fato pôde também ser observado no levantamento das matérias, pois o estado obteve, em todo período analisado, publicações apenas em 2009 e 2010, portanto após o início da realização das obras. As sete matérias encontradas sobre pesquisas em Rondônia tratam exatamente de sítios arqueológicos descobertos por ocasião da construção das hidrelétricas citadas.

O Piauí foi um estado brasileiro que também se destacou com o número de matérias publicadas sobre pesquisas arqueológicas em seu território. Porém, Wichers constatou que na região Nordeste, foi a Bahia que registrou o maior número de portarias de autorização e permissão emitidas (200), embora no levantamento da *Folha*, apenas seis matérias publicadas sobre a Bahia tenham aparecido. Em relação às matérias referentes ao Piauí, constatamos que todas as 15 são sobre pesquisas de cunho acadêmico e a respeito do Parque Nacional da Serra da Capivara.

Esse parque está localizado nos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias, na região sudoeste do estado, e possui como atrativo cultural um grande conjunto formado por 912 sítios arqueológicos, fazendo com que a UNESCO declarasse-o Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1991²⁷. É na região da Serra da Capivara que existem as datações mais antigas para a ocupação humana no continente americano (100 mil anos), segundo a arqueóloga Niède Guidon, principal pesquisadora da área.

Cabe dizer que Niède Guidon se mostrou a principal entrevistada em quase todas as matérias selecionadas e mais da metade delas discutiam a antiguidade do homem americano, a partir de datações da Serra da Capivara. Suponho que tanto a própria arqueóloga quanto o parque da Serra da Capivara sejam, talvez, o que há de mais conhecido no Brasil pela população quanto o assunto é Arqueologia.

27 Informações retiradas do site <http://www.fumdham.org.br/>, em 18/07/2011.

Aqui, vale pontuar que, apesar de seu nome sugerir, Niède Guidon é brasileira e natural de Jaú/SP²⁸, e essa informação torna-se importante quando refletimos sobre as matérias a respeito de Arqueologia publicadas na *Folha* sob a ótica da Análise do Discurso. Isso porque o fato de Niède Guidon ser brasileira e não se importar com a frequente atribuição a ela da nacionalidade francesa, é um traço de relação de força que o jornal e/ou a própria arqueóloga usariam para legitimar seus discursos, pois a cientista seria uma autoridade inquestionável em virtude de ser uma pesquisadora estrangeira, ou seja, as pesquisas de um cientista estrangeiro teriam maior valor que aquelas realizadas por um brasileiro. Também é possível que esta dedicação da *Folha* em noticiar as pesquisas de Niède Guidon, ainda que as datações da cientista para os sítios dessa área sejam controversas no meio científico, seja um reflexo da “busca pelo antigo” na mídia, como sugere Wichers:

Os resultados obtidos na Serra da Capivara (as datações) (...) ocupam, frequentemente, espaços na mídia e em grandes exposições de Arqueologia, evidenciando que a busca pelo ‘antigo’ ainda marca as mentalidades expressas na Arqueologia musealizada brasileira (Wichers, 2010, p. 225).

Mudando o foco dessa discussão para os estados de São Paulo e Minas Gerais, que aparecem com 60 e 14 publicações na *Folha*, respectivamente, no levantamento feito por Wichers, a região Sudeste, à qual esses dois estados pertencem, é aquela com o maior número de pesquisas, com 1234 portarias do IPHAN, “o que corresponde a quase metade das portarias de autorização e permissão emitidas no período para o Brasil” (WICHERS, 2010, p 201), um dado refletido no levantamento da *Folha* que pode ser observado no Mapa 1.

Para o estado de São Paulo, a autora contabilizou 635 portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas no período de 2003 a 2009. No levantamento de matérias publicadas na *Folha*, o estado também contou com o maior número (60), ou seja,

28 Informações retiradas de http://www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoenteHome=10987&forward=HOME_DEPOIMENTO_VER_GERAL em 26/09/2011.

34,5% de todas as matérias do período de 2000 a 2010. Wichers afirma que o estado também representa “pelo menos 14% das pesquisas efetuadas no território nacional” (WICHERS, 2010, p 202). Não que haja compatibilidade entre portarias de autorização e permissão emitidas e matérias publicadas, mas podemos sugerir uma certa tendência.

É verdade também que, pelo fato de a *Folha* ter sede em São Paulo, é possível que o número de matérias publicadas sobre as pesquisas realizadas em solo paulista seja explicado pelo que se chama de “proximidade”, um dos critérios que os jornalistas utilizam para decidir o que é ou não notícia: “quanto maior a proximidade geográfica entre o fato gerador da notícia e o leitor, mais importante ela é” (FOLHA, 2010, p.44) – embora a *Folha* não divulgue se a tiragem de seus exemplares é maior no estado de São Paulo, é possível deduzir que o maior número de leitores desse jornal de circulação nacional seja paulista, principalmente, entre os moradores da capital do estado e de sua região metropolitana.

Apesar disso, o que é interessante notar é que 68% das matérias selecionadas para São Paulo foram geradas a partir de pesquisas para o licenciamento de obras, ficando as acadêmicas com 32%. Wichers não dividiu as portarias que levantou por finalidade acadêmica ou licenciamento de obras, porém ela sugeriu que

a configuração contemporânea da realidade arqueológica brasileira está fortemente imbricada aos processos de crescimento econômico. Dessa forma, os estados que apresentam maior dinâmica econômica, acompanhada de um maior lastro no cumprimento da legislação, foram os mais pesquisados entre 2003 e 2009, evidenciando uma concentração de pesquisas no eixo Sul-Sudeste (WICHERS, 2010, p 202).

Já o estado de Minas Gerais, de acordo com Wichers, o segundo da região Sudeste em emissão de portarias de pesquisas, possui 14 matérias publicadas no período sobre pesquisas realizadas em seu território. Dessas, a maioria (13) se referem a pesquisas acadêmicas (apenas uma teve como tema um projeto de Arqueologia preventiva), dentre as quais apenas uma não tem como assunto as pesquisas realizadas em Lagoa Santa, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. O local começou a ser pesquisado por Peter Wilhelm Lund, na primeira metade do século XIX, e, entre 1973 e 1976, a arqueóloga

Annette Laming-Emperaire “concentrou escavações no abrigo de Lapa Vermelha. Após onze metros de escavação, estava achado: o esqueleto de uma jovem do sexo feminino posteriormente denominado Luzia, por Walter Neves, e datado com idade aproximada de 11,5 mil anos” (PINHEIRO, 2009). Então, quando Walter Neves apresentou ao mundo Luzia, o esqueleto acabou ficando famoso como a brasileira mais antiga da pré-história. A ossada provocou discussões a respeito de como e quando ocorreu o povoamento da América, fazendo com que o assunto “homens de Lagoa Santa” e Luzia tivessem grande destaque na imprensa nacional e, até, internacional.

Considerações

Comparando o levantamento das portarias de pesquisas arqueológicas emitidas pelo IPHAN de 2003 a 2009, realizado por Zanettini (2009) e Wichers (2010), com o levantamento das matérias que fazem referência à Arqueologia, publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, entre os anos de 2000 a 2010, podemos concluir que as matérias encontradas na *Folha* no período acompanham apenas tendencialmente as pesquisas realizadas no Brasil. Isso porque se verificou tal tendência somente em aspectos concernentes ao pico de crescimento na emissão das portarias no biênio 2007/2008 e a tendência de aumento na publicação de matérias a partir de 2007. Também concluimos que a falta de pesquisas realizadas no estado de Roraima refletiu-se na falta de matérias publicadas sobre esse estado; que as obras de hidroelétricas no estado de Rondônia geraram a publicação de matérias sobre essas obras; e que há coerência em relação ao número de pesquisas realizadas no estado de São Paulo e o número de matérias publicadas.

Porém, o número de matérias publicadas no período sobre pesquisas realizadas no mundo ainda é esmagadoramente maior se comparado às matérias que abordam as pesquisas feitas no Brasil, o que poderia ser explicado, talvez, pela publicação de matérias provenientes de agências internacionais de notícias, como a Thomson Reuters, Agence France-Presse, entre outras. A única exceção pôde ser observada no ano 2000 (82 matérias sobre Arqueologia no Brasil e 48 no mundo), porém esse número foi bastante influenciado

por textos relativos às comemorações dos 500 anos do Brasil (22), que também pode ter dirigido as pautas a matérias com temas correlacionados.

Além disso, quantitativamente, o número de textos publicados na *Folha de S. Paulo* não vem acompanhando o grande crescimento das pesquisas em Arqueologia realizadas no Brasil – fica muito longe, aliás. É preciso considerar que a *Folha* já tem um espaço pré-determinado para as matérias do caderno Ciência; porém, acredito que não há uma regra para a ocupação desse espaço, ou seja, se o jornalista se deparar mais constantemente com interessantes sugestões de pauta sobre as pesquisas arqueológicas, se houver uma postura proativa pela qual o assunto Arqueologia possa chegar até o jornalista da redação, o mesmo espaço disponível será mais vezes ocupado por matérias sobre Arqueologia. Porém, analisando as tabelas e os gráficos sobre o levantamento das matérias publicadas na *Folha*, podemos notar que não há uma constância nas publicações: em um ano elas aumentam e em outro, diminuem, não sendo possível obter qualquer tipo de explicação para isso por meio de comparação entre os dados do meu levantamento e os dados obtidos por Zanettini (2009) e Wichers (2010) sobre o número de pesquisas realizadas. No entanto, é preciso ter em mente que

no âmbito da divulgação científica, embora a Portaria 230/02 tenha permitido uma ampliação da relação entre prática arqueológica e sociedade, estabelecendo a obrigatoriedade das ações de educação patrimonial em todos os processos de licenciamento arqueológico, não podemos deixar de apontar certo reducionismo, uma vez que a comunicação e divulgação científica envolvem processos para além das ações educativas enquadradas na metodologia da educação patrimonial (TEGA-CALIPPO; WICHERS & ZANETTINI, 2011).

Em relação à divisão entre pesquisas acadêmicas e de Arqueologia preventiva, foi possível verificar (Gráfico 7) que ora há mais matérias que tratam de pesquisas relacionadas ao licenciamento de obras, ora há mais matérias sobre pesquisas acadêmicas. Aqui não se pode notar uma tendência de crescimento das publicações a respeito das pesquisas de Arqueologia preventiva após a entrada em vigor da portaria 230 do IPHAN, em 2002. Mas é preciso dizer que, nos últimos dois anos, nota-se que o número de textos sobre pesquisas de Arqueologia preventiva acabou sendo, em 2009, o triplo e, em 2010, o

dobro do número de textos sobre pesquisas acadêmicas. Talvez, aqui, observe-se o início da tendência das matérias acompanharem o tipo de pesquisa, já que os projetos de Arqueologia preventiva correspondem hoje a grande parte dos estudos arqueológicos realizados no país – 98% do total (Zanettini, 2009).

Podemos fazer especulações para tentar explicar o porquê de o número de publicações na *Folha de S. Paulo* não ter acompanhado o crescimento das pesquisas, tendencialmente falando – insisto no “tendencialmente”, pois jamais o número de matérias publicadas irá se equiparar com o número de portarias de autorização e permissão emitidas. Ouso dizer que, talvez, o número de textos reflita a falta de interesse pela divulgação por parte dos arqueólogos, mas também pode ser reflexo da falta de conhecimento desse universo (Arqueologia, pesquisas acadêmicas e preventivas, onde obter fontes) por parte dos jornalistas, que acabam se interessando pelas mesmas pesquisas científicas, como aquelas realizadas em Lagoa Santa, Serra da Capivara ou Floresta Amazônica, ou se preocupam apenas em formular matérias que possam retratar o caráter “antigo” e grandes descobertas. Talvez por isso a palavra “antigo” e suas variações estejam quase sempre presentes nas linhas dos textos publicados na *Folha* sobre as pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil, assim como Zanettini observou em 1991, o que, mais de duas décadas depois, ainda pode ser aplicável às matérias selecionadas neste levantamento: “(...) acompanho os noticiários em nossos principais periódicos e o que vejo? Que a múmia mais antiga do mundo já foi descoberta centenas de vezes, que a imprensa escrita devota pouco espaço às descobertas feitas em território nacional” (ZANETTINI, 1991, p.4).

Capítulo 4

MERCADO DE TRABALHO E IMAGEM DA PROFISSÃO

Pode-se lançar mão de vários recursos para dizer a mesma coisa, por um lado, e, por outro, com os mesmos recursos, pode-se dizer mais de uma coisa.

Sírio Possenti

No levantamento feito sobre o período de 2000 a 2010 na *Folha de S. Paulo*, apresentado no Capítulo 3, foram encontradas três matérias cujo assunto é o mercado de trabalho ou a imagem da profissão de arqueólogo, as quais estão organizadas na Tabela a seguir:

Tabela 5 - Matérias sobre Arqueologia publicadas na Folha de S. Paulo (2000-2010): mercado de trabalho e imagem da profissão.

Título	data	Onde foi publicada?
Com as mãos no passado	19/05/2008	Suplemento ²⁹ Folhateen
Fora das telas, consultoria se destaca	08/06/2008	Suplemento Empregos
Arqueologia de contrato passa por boom no país	19/10/2010	Caderno ³⁰ Ciência

O que surpreende é a diversidade de locais no jornal nos quais as matérias foram encontradas, apesar do jornal contar com um caderno específico para a divulgação de textos sobre ciência. Apenas uma das matérias foi publicada no caderno³¹ Ciência. Tal fato é confirmado por estudos sobre a presença de matérias sobre ciência e tecnologia na mídia impressa brasileira (Vogt et. al. 2003), onde já era constatado que

a cobertura científica realizada pela *Folha de S. Paulo* não tem caráter autônomo no sentido de ocupar um lugar próprio e definido na superfície impressa (...) ou seja, as matérias de C&T não estão agrupadas num caderno específico, mas espalhadas pelo conjunto da superfície do jornal. (VOGT et al, 2003, p. 139).

Pontuada a questão das editorias, começo com a reportagem “Com as mãos no passado”, que foi publicada dentro do suplemento semanal Folhateen, cujo público alvo são

²⁹ A *Folha* não define suplementos, mas usa essa nomenclatura para: Tec, Equilíbrio, Turismo, Folhinha, Folhateen, Ilustríssima, Veículos, Empregos, Imóveis, Negócios e The New York Times International Weekly. Fonte <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/suplementos.shtml>, acessado em 01/06/2012.

³⁰ A *Folha* define cadernos diários como “cada um dos conjuntos de folhas dobradas, com no mínimo quatro páginas, que compõem o jornal. A Folha usa intensivamente o recurso de criar cadernos e subcadernos para atender a interesses específicos de seus leitores, seguindo uma tendência do jornalismo contemporâneo conhecida como segmentação”. Fonte http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_c.htm, acessado em 01/06/2012. Ela elenca os seguintes cadernos: Poder, Mundo, Mercado, Cotidiano, Saúde, Ciência, Folha Corrida, Esporte e Ilustrada.

Fonte http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml, acessado em 01/06/2012.

³¹ Utilizarei suplementos e cadernos segundo a nomenclatura dada pela *Folha*.

os adolescentes³². Logo na linha fina³³ do texto, o autor assume que os leitores acreditariam que a atividade de um arqueólogo é aquela realizada pelo personagem do cinema, ou seja, ele acaba regulando sua argumentação baseado na memória histórica do que os leitores acham que é ser arqueólogo. O repórter acaba, então, acionando primeiramente a memória histórica dos leitores para depois contradizê-la; ele “coloca-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras” (ORLANDI, 2007a, p.39), esperando, dessa maneira, surpreender os leitores com um sentido diferente de Arqueologia.

Assim, todo processo argumentativo do texto acaba sendo uma espécie de jogo: primeiro aciona nos leitores a memória histórica a respeito do que seria a prática da Arqueologia. Observe o seguinte trecho da matéria:

Não acredite em filmes como os de Indiana Jones; a profissão de arqueólogo está longe daquela ação alucinada que se vê nos cinemas.

Depois, o jornalista utiliza-se dessa memória histórica para contradizê-la, descrevendo, em seguida, o que realmente faria um arqueólogo. Veja o trecho abaixo:

Na prática, a arqueologia estuda os povos que já habitaram a terra, analisando objetos como vestimentas, adornos e armas e também restos mortais como ossadas humanas e de animais. A partir desses vestígios, os profissionais brasileiros tentam entender como era o modo de vida de uma população, em uma determinada época, que pode ser muito antiga (pré-histórica) ou posterior ao ano de 1500 (histórica), quando o Brasil foi descoberto.

Esse mecanismo de antecipação a respeito dos sentidos de arqueologia que os leitores têm faz-se presente, ainda, no trecho em que há a descrição do “material escolar” utilizado pelo arqueólogo. Veja:

O material escolar para as aulas de Arqueologia também não é nada convencional e tampouco conta com chapéu e chicote, os inseparáveis companheiros de ‘Indy’. Na real, os alunos usam colheres de pedreiro, peneiras, pincéis, bússola, fita métrica e sacos plásticos para armazenar objetos coletados.

³² A *Folha* classifica o caderno como “o mais importante canal de leitura do jovem”. Fonte: <http://www.publicidade.folha.com.br/web/fspCadernoFolhaTeen.jsp>. Acessado em 05/10/2011.

³³ A *Folha* define a linha fina como a “frase ou período sem ponto final, que aparece abaixo do título e serve para completar seu sentido ou dar outras informações. Funciona como subtítulo. Usa letras menores que as do título e maiores que as do texto”. Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_1.htm. Acessado em 05/02/2012.

A escolha de “material escolar” para se referir aos instrumentos utilizados pelo arqueólogo acaba refletindo também o interesse do autor em associar as palavras do seu texto com o universo teen da escola, ou seja, aproximar o trabalho do arqueólogo ao público alvo do caderno Folhateen.

Zamboni (1997) considera que “nenhuma palavra é virgem ou neutra, dado que as palavras estão carregadas, habitadas, contaminadas pelos discursos onde circulam e adquiriram significação” (ZAMBONI, 1997, p. 113). Ao escolher, dessa maneira, essas palavras, o jornalista também assume que os leitores achariam que um arqueólogo usaria “chapéu e chicote” como material de trabalho.

Além disso, ao classificar o “material escolar” entre convencional e “nada convencional”, isso implica em o autor atribuir à profissão um caráter “nada convencional”. Esses pressupostos são

impostos ao ouvinte, que não é solicitado, mas constrangido a aceitá-los. Semelhante constrangimento, por outro lado, é implícito: diz apenas respeito ao fato de não poder-se, sem admitir os conteúdos pressupostos, prosseguir o diálogo iniciado pelo locutor. Fundamenta-se, pois, somente numa convenção geral do discurso, que quer que respondamos às palavras de que fomos o destinatário; (...) Resulta enfim do caráter implícito da restrição que ela não possa fixar-se limites temporais, ou simplesmente visar ao seu próprio fim, pois isso exigiria sua própria denúncia. (DUCROT, 1972, p. 178)

Ser arqueólogo é, assim, exótico, já que o arqueólogo não utiliza objetos – de acordo com o que o jornalista espera que o leitor pense (antecipação, Orlandi, 2007a) – comumente associados a material escolar. Ele conta, portanto, que seu público alvo tenha a ideia de que o arqueólogo seja “o aventureiro, o escavador, o descobridor e o caçador de tesouros” (CLACK & BRITAIN, 2007, p.15).

É por isso também que a matéria tem um estreito “diálogo” (BAKHTIN, 1997) com o filme "Indiana Jones e o Reino da Caveira de Cristal", que tivera sua estreia naquela mesma semana em que o texto foi publicado. Eu até arrisco a dizer que ela só foi produzida

porque o filme chamou a atenção dos jornalistas envolvidos, ou seja, o filme foi o gancho³⁴ que gerou a matéria.

Para Maingueneau, “o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. Para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros – outros enunciados que são comentados, parodiados, citados, etc.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 55). Assim, o jornalista busca no filme um efeito de sentido para toda sua argumentação, recorrendo frequentemente a ele para construir sua reportagem.

O primeiro parágrafo do texto é inteiramente sobre o filme, caracteriza o arqueólogo personagem da ficção como o “mais malandro e querido de todos os tempos” e conta que neste filme ele “vem até a Amazônia enfrentar mortos e vivos, em busca de mais uma lendária relíquia arqueológica”, induzindo o leitor a atribuir, portanto, ao arqueólogo do filme que busca relíquias, adjetivos como malandro, simpático e corajoso.

No segundo parágrafo, o jornalista associa a atividade de arqueólogo mostrada pelo filme com a decisão de algumas pessoas de se tornarem arqueólogos justamente pela imagem da profissão que o filme passa. Observe:

Quem já assistiu a alguns dos filmes e gostou, certamente já teve vontade de sair pelo mundo em busca de aventuras como as de Indiana.
--

A referência ao filme volta no terceiro parágrafo, quando também há uma associação com outro filme, “A múmia”. Mas, dessa vez, o diálogo com as duas ficções serve para dizer que a atividade de um arqueólogo não tem relação alguma com aquela que os personagens dos filmes realizam, pois os arqueólogos retratados nas ficções, tanto em “A múmia”, quanto em “Indiana Jones”, segundo a reportagem, teriam atitudes, na realidade, condizentes com outro tipo de profissionais: “seriam os chamados caçadores de relíquias e na realidade estão mais para bandidos do que para mocinhos”.

³⁴ Trata-se de um acontecimento, uma notícia, que pode gerar reportagens com diversas abordagens. A *Folha* chega a escrever em seu manual que “todas as reportagens devem partir do gancho jornalístico” (FOLHA, 2010, p.24).

É muito interessante fazer um paralelo entre essa primeira matéria desse grupo e a segunda, “Fora das telas, consultoria se destaca”. Trata-se de uma reportagem que ocupa uma página inteira do suplemento Empregos da *Folha*, com uma chamada na capa do caderno acompanhada por uma grande fotografia. Na imagem (ver Figura 1 abaixo), em primeiro plano, há várias peças e, em segundo plano, pessoas observando por meio de um microscópio; a legenda diz: “Vanessa de Carvalho Benedito e Milton Bortoleto analisam peças no laboratório”.

É também interessante observar que o texto da linha fina da capa, logo após o título, destaca somente a profissão de arqueólogo e remete o leitor que quiser saber sobre o assunto às páginas dois e três; mas, lendo a página 3, é possível constatar que os textos presentes nela não são a respeito da profissão de arqueólogo, e sim sobre outros profissionais que lidam com patrimônio material e imaterial, como museólogos e conservadores³⁵.



Figura 1 : Capa do suplemento Empregos de 08/06/2008.

³⁵ Caso haja interesse, todas as páginas desta edição do caderno *Empregos da Folha* podem ser visualizadas em <http://acervo2.folha.com.br/8/48/10/49/5491048/1024/5491048.jpg> <http://acervo2.folha.com.br/8/48/10/49/5491048/1024/5491048.jpg>

Acredito que houve uma readequação do texto “Com as mãos no passado”, publicado apenas três semanas antes, pois há informações muito parecidas em ambos – na chamada da capa do caderno, por exemplo, há apenas a troca das palavras “com as mãos” pelas “de olho” –, sendo muito provável que houve apenas uma adaptação de conteúdo por conta da mudança do caderno e, dessa maneira, do público alvo de cada suplemento em que foram publicados, Folhateen, inicialmente, e depois Empregos.

A *Folha* considera ambos como suplementos, “por terem uma circulação semanal” e por “tratarem de assuntos específicos, serem voltados para públicos definidos e trazerem temas de interesse geral, mas de maneira aprofundada” (FOLHA, 2010, p. 50), e afirma que “todos os suplementos devem visar permanentemente à investigação jornalística original e aprofundada”. Ressalta, ainda, que os textos contidos neles devem responder aos interesses dos leitores por sua “originalidade”.

Essa adaptação do conteúdo é a chamada prática de “cozinhar” ou “requeutar” uma matéria, em jargão jornalístico. Diz respeito a “reconstruir uma matéria já publicada, reorganizando o enunciado, com pouca ou nenhuma informação nova (ORLANDO, 2010). Sobre o assunto, a *Folha* se refere como o ato de “reescrever texto publicado em outro jornal” (FOLHA, 2010, p. 39) e não sugere que seria possível “requeutar” matérias publicadas na própria *Folha*. No entanto, não recomenda essa prática, pois, para o jornal, as matérias devem conter informações apuradas pelo próprio repórter, salvo em caso de extrema necessidade, quando o repórter não teve tempo de obter as informações e elas são importantes para o leitor. Mesmo nesses casos, a *Folha* indica que seja citado o nome do autor do texto, o que, entretanto, não ocorreu na matéria “Fora das telas, consultoria se destaca”.

Assim sendo, esta matéria também busca no personagem Indiana Jones o sentido que o leitor teria do que é ser arqueólogo. Observe o seguinte trecho:

Se no cinema o lançamento do último ‘Indiana Jones’ ganha pontos ao fazer multidões sonhar com descobertas emocionantes de relíquias históricas, fora da telona o profissional que envereda pelos ramos da arqueologia encontra uma realidade bem diferente

O uso da partícula “se” no início da frase acima incide sobre o que Ducrot (1972, p.186) chama de um *emprego marginal*, onde o uso do “se” na primeira frase não

implica que haja oposição entre os fatos contidos nela e na segunda, “[...] a oposição se situa apenas no nível das consequências que tiramos [...]” (DUCROT, 1972, p.186) quanto ao sentido de cada uma delas. Ou seja, se é verdade que o personagem Indiana Jones “faz multidões sonhar com descobertas emocionantes de relíquias históricas”, o leitor também precisa conhecer outra verdade, segundo a qual “o profissional que envereda pelos ramos da arqueologia encontra uma realidade bem diferente”.

Apesar da intenção do jornalista parecer ser, durante todo o texto, a de fazer o leitor conhecer outro sentido diferente daquele exibido nas telonas, todo encadeamento das informações contidas nos textos escritos e nas imagens – desde aquela presente na capa do suplemento Empregos, “Fora das telas, consultoria se destaca” – acaba acionando a memória do leitor para justamente o sentido de Arqueologia que ele tenta negar por meio dos sentidos explícitos nas frases. Esse recurso do implícito é usado pois “[...] muitas vezes temos a necessidade de, ao mesmo tempo, dizer certas coisas e de poder fazer como se não as tivéssemos dito; de dizê-las, mas de tal forma que possamos recusar a responsabilidade de tê-las dito.” (DUCROT, 1972, p. 13).

Em relação às imagens, observe abaixo as que acompanham os textos publicados na reportagem:

DE OLHO NO PASSADO

A CAMINHO DO ELDORADO

Fique por dentro da carreira de arqueólogo



A DESCOBERTA
 >> O arqueólogo é o profissional que procura estudar o passado humano a partir de vestígios e restos materiais deixados por povos antigos

RECOMPENSA
 >> O salário do docente depende da instituição onde trabalha e se é concursado ou não. Um professor recém-concursado ganha em torno de R\$ 4.000 a R\$ 6.000. Na área de consultoria científica, os valores podem variar entre R\$ 1.200 e R\$ 4.000. Os autônomos ganham por produção

ESCAVAÇÃO
 >> A absorção mais comum desse profissional é feita na área acadêmica, dando aulas e desenvolvendo pesquisas. Também é comum sua atuação em museus, principalmente como curador de exposições e de acervos arqueológicos

>> Recentemente, há demanda de profissionais na área de consultoria científica impulsionada pelo PAC



Peças analisadas pela Scientia

MAPA DA MINA
Cursos de graduação no Brasil:
 >> Univasf (Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco): www.univasf.edu.br

>> UCG (Universidade Católica de Goiás): www.ucg.br

>> UFS (Universidade Federal de Sergipe): www.ufs.br

Sites:
 >> Arqueologia Brasileira www.itaucultural.org.br/arqueologia
 >> Brasil Arqueológico www.magmarqueologia.pro.br

Cursos de pós-graduação:
 >> USP (Universidade de São Paulo): www.usp.br

>> UFPE (Universidade Federal de Pernambuco): www.ufpe.br

>> UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro): www.ufrj.br

>> Centro Brasileiro de Arqueologia www.cbarqueol.org.br
 >> Sociedade Brasileira de Arqueologia www.sabnet.com.br

Figura 2 – Conjunto de textos e imagens da reportagem “Fora das telas, consultoria se destaca”.

A primeira imagem está localizada no canto superior esquerdo da página e consiste em uma mão com um pincel limpando o solo dotado de peças. Não há legenda descritiva da foto, mas sim um pequeno texto intitulado “A descoberta”, que explica o que é e o que faz um arqueólogo, o qual reproduzo abaixo:

O arqueólogo é o profissional que procura estudar o passado humano a partir de vestígios e restos materiais deixados por povos antigos
--

A segunda imagem corresponde a duas peças cerâmicas. Na legenda, não há explicações sobre os objetos ou menção de onde teriam vindo. A legenda apenas diz que são “Peças analisadas pela Scientia” (Scientia é uma empresa de arqueologia preventiva): É possível que o leitor associe as peças a “vestígios e restos materiais”, mencionados logo acima e à esquerda desta foto, no texto “Descoberta”; ou à palavra “Recompensa”, título de um pequeno texto, imediatamente ao lado esquerdo da imagem, mas que não trata de uma recompensa no sentido de “prêmio” – surpreendentemente, o texto traz informações sobre o salário médio de um arqueólogo.

Nessa reportagem, a organização das informações remete o leitor a uma imagem do arqueólogo “real” muito parecida com aquela mostrada nos filmes do “Indiana Jones” e, além disso, a ciência Arqueologia acaba sendo equiparada com a imagem de resgate de objetos, ou melhor “reliquias”. Essas manobras de atribuição dos sentidos implícitas no texto têm sucesso justamente porque não podem ser reconhecidas a priori: “Se podem permitir ao locutor negar ter dito, é porque, de fato, ele não disse” (DUCROT, 1972, p.24). Porém, tais manobras podem ser percebidas, por exemplo, se atentarmos apenas aos títulos da parte superior da página. Observe-os, abaixo, organizados na ordem em que aparecem:

De olho no passado; O caminho do eldorado, fique por dentro da carreira de arqueólogo; A descoberta; Recompensa (precedido de um desenho de barra de ouro reluzente); Escavação; Peças analisadas pela Scientia; Mapa da Mina.
--

Se admitirmos que parte dos leitores do suplemento Empregos pode se interessar pelo tema por estar desempregada, a sequência acima remete o leitor a pensar que trabalhar com Arqueologia, ou com o “passado”, é o “o caminho do eldorado”, pois a “escavação”, “a descoberta” das “peças” leva à “recompensa”, se ele souber o “mapa da mina”, mostrado pela *Folha*. Dessa maneira, as palavras aqui escolhidas como entretítulos

carregam marcas [...] responsáveis pela seleção de uma palavra num grupo de palavras que poderia considerar-se sinônimas. [...]. A história das palavras, sua distribuição social (e não só gramatical) permitem um jogo com efeitos muito diversos, alguns mais bem classificáveis, por corresponderem a situações sociais mais definidas, outros de menor generalidade, por resultarem de jogos linguísticos ligados até mesmo à consciência do locutor que consegue prever os efeitos que pode causar falando de uma forma ou de outra (POSSENTI, 2008, p.281).

A ordem dessas palavras e a escolha delas não são, portanto, aleatórias, o autor quer sugerir um outro sentido para o discurso ao leitor, pois as palavras, como já dito, não são neutras, mas sim carregadas por outros discursos onde já significaram (ZAMBONI, 1997). Quando se fala em “caminho do eldorado”, há associação com caminho do ouro; quando se fala em “recompensa”, não se pensa em salário, o próprio dicionário Aurélio cita apenas dois sinônimos para “recompensa”: prêmio, galardão; e quando se fala em “mapa da mina”, não se associa ao caminho acadêmico para se formar em Arqueologia, mas sim ao caminho para se chegar a uma mina de ouro, por exemplo.

Sendo assim, nessa matéria, acaba sendo relevante considerar “o quanto a disposição gráfica de textos publicados é relevante para alguns de seus objetivos” (POSSENTI, 2008, p. 163).

Já no texto “Escavação resgata ‘ferrovia da morte’”, o que acaba sendo curioso é a explicação a respeito do destino do material arqueológico retirado no processo de licenciamento da obra da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio, em Rondônia. A empresa Scientia Consultoria Científica foi contratada por outra empresa, a Santo Antonio Energia, para licenciar o terreno onde estava sendo construída uma usina hidrelétrica.

A intenção do repórter parece estar relacionada com a necessidade de tirar da instituição envolvida na escavação a imagem de “empresa” capitalista, que visa, sobretudo,

ao lucro, apesar de ser uma empresa que faz pesquisa científica. Para passar a imagem de que, embora seja empresa, é “boazinha”, o artifício é dizer que tudo que foi retirado será doado à Universidade Federal de Rondônia. O repórter ainda deixa um sentido implícito, ou manifesta seu pensamento, “escondido em si mesmo, através de símbolos que o tornam acessível” (DUCROT, 1972, p. 14), ao dizer que os alunos do “recém criado curso de graduação em arqueologia” da instituição terão benefícios por conta do recebimento do acervo e também por conta da própria escavação. Veja o trecho abaixo:

Alunos da universidade já utilizaram as escavações na vila de Santo Antônio como sítio-escola

É interessante dizer que todo acervo arqueológico pertence à União, segundo o artigo 216 da Constituição do Brasil de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: [...] sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, [...] arqueológicos [...]. (BRASIL, 2001, p. 127)

Por isso, a empresa não está sendo “boazinha” porque vai deixar as peças com a Universidade. Na verdade, a empresa Scientia pagou para a Universidade Federal de Rondônia ficar com a salvaguarda do acervo. É importante também lembrar que o repórter enviado a Porto Velho viajou a convite da Santo Antonio Energia, concessionária responsável pela obra da usina, conforme foi informado no final da matéria principal.

A cor da informação

Nas duas reportagens, “Com as mãos no passado” e “Fora das telas, consultoria se destaca”, a cor de fundo utilizada também se torna relevante, pois a reportagem acaba vinculando “uma cor ao fato ou ao conceito que pode ser abstraído do fato” (GUIMARÃES, 2003, p.42). O amarelo e variações são as cores aqui usadas em elementos gráficos da reportagem – como os *boxes*, por exemplo. Guimarães (2003) propõe que as

cores que formam os diversos campos semânticos no subsistema chamado “Mundo Natural” têm origem no vínculo concreto com a realidade, como por exemplo, dentre outros sugeridos pelo autor, as cores associadas aos minerais. A associação seria, dessa maneira, ao mineral ouro, possibilitando, implicitamente, a associação da prática da Arqueologia com aquela atrelada à descoberta de tesouros, o que, Guimarães define como “falseamento”, ou seja,

ações negativas que induzem o leitor, intencionalmente ou não, a incorporar [...] os valores da mensagem em referentes externos àquela mensagem, porém que estão vinculados às cores utilizadas. [...] as cores servem como o suporte para a transferência de valores (GUIMARÃES, 2003, p. 121).

Assim, a cor usada nas matérias transmitem valor de ouro à mensagem escrita, o que tem relação direta com a escolha das palavras “mapa da mina” e “recompensa” já apontada acima.

Imagens e fontes

Antes de tudo, cabe esclarecer que para construir seu texto, os jornalistas consultam fontes, ou seja, as “bases informacionais de caráter humano (pessoal) ou bibliográfico (documental), capazes de orientar a narrativa jornalística” (ORLANDO, 2010, p.08). Assim, como foi descrito na página 48, quando uso a palavra “fonte”, refiro-me às pessoas que o jornalista entrevistou, cujos discursos estão presentes tanto nas citações diretas quanto indiretas, por meio dos quais o jornalista obtém informações e constrói seu texto.

As imagens que ilustram as três matérias destacam peças, sempre, e as pessoas, quando presentes, acabam ficando em segundo plano. Assim como Vandendorpe (1999, p.144), acredito ser possível “ler” uma imagem, sem perder de vista que essa leitura, assim como a de um texto, não tem um sentido fechado. Além disso, no caso das reportagens aqui citadas, as fotografias acabam também tendo outras possibilidades de sentidos quando lidas

em conjunto com suas legendas e/ou com os textos. Dessa maneira, admitindo que os textos escritos são imbuídos por memórias pré-existentes, as fotografias também são.

Para Kossoy (1999, p.27), a fotografia é uma “representação a partir do real” que não pode, entretanto, ser compreendida independentemente do “processo de construção da representação em que se originou” (KOSSOY, 1999, p. 31). Segundo o autor, as fotografias possuem componentes indissociáveis de ordem material e imaterial. Os materiais são “recursos técnicos, ópticos, químicos ou eletrônicos, indispensáveis para a materialização da fotografia”; os imateriais são os componentes mentais e culturais, que “se sobrepõem aos primeiros” (Ibid., 1999, p. 27). Assim, a memória histórica dos autores das fotos sobre o conceito de Arqueologia também acaba aparecendo nas imagens das reportagens: o destaque das peças nas imagens remete à ideia de que o objetivo principal da Arqueologia seria apenas resgatar objetos e não contar histórias por meio desses objetos, fazendo com que elas contribuam para “formar conceitos ou reafirmar preconceitos” (Ibid., 1999, p. 45) sobre a ciência arqueológica junto ao público leitor.

Na reportagem “Fora das telas, consultoria se destaca”, a *Folha* ilustrou o texto apenas com imagens de peças e, no entanto, poderia ter trazido imagens de arqueólogos, já que o conjunto de textos da página foi construído baseado no discurso relatado de cinco cientistas entrevistados. O mais curioso é que no mesmo caderno em que foi publicada essa matéria, na página seguinte, precisamente, há outro texto a respeito de diferentes profissões (sem contemplar os arqueólogos) que lidam com patrimônio, e a fotografia que o ilustra é da “estudante Naiara Abrahão que está preste a concluir o curso técnico em museu”. Assim, se “o dado do real, registrado fotograficamente, corresponde a um produto documental elaborado cultural, técnica e esteticamente” (Ibid., 1999, p. 35), cabe supor que para a *Folha*, a melhor maneira de ilustrar um texto sobre a profissão de Arqueólogo seria com peças, não com pessoas, ao contrário de textos que tratam de outras profissões, como a museologia.

A mesma situação é vista na reportagem “Com as mãos no passado”. Aqui também é muito forte a ligação entre título do texto, legendas, fontes e imagens. A primeira associação que o leitor é levado a fazer é a do título com as fotografias. A reportagem foi

publicada em páginas espelhadas³⁶, sendo que o título “Com as mãos no passado” foi escrito de forma a destacar graficamente as palavras “mãos” e “passado”, que aparecem em negrito; as fotografias acabaram ficando na área de maior destaque, ambas na parte superior da página 6 e da página 7, na “zona ótica primária” (DOUGLAS, 1966, p.63), local que o leitor “automaticamente olha para ele” (Ibid., 1966, p.63).



Figura 3 – Imagens da reportagem “Com as mãos no passado”.

O título diz “Com as mãos no passado” e a fotografia mostra exatamente a imagem de uma mulher com uma peça indefinida na mão, mas a legenda esclarece o que seria a peça: uma relíquia. A imagem menor, aquela da página 6, mostra o estudante Mauro com uma lupa na mão observando uma peça. A legenda da foto, “Mauro não quer ser Indiana”, tem uma forte relação com a declaração que ele dá ao repórter e com a própria construção dos sentidos no decorrer da reportagem, pois justamente quando o autor, no início do texto, fala do filme Indiana Jones, atribuindo esse sentido à prática arqueológica, ele, em seguida, questiona se a atividade de um arqueólogo é realmente aquela mostrada no cinema. Veja esse trecho:

Mas será que na vida real é assim?

³⁶ Páginas espelhadas são duas páginas exibidas juntas. A *Folha* define como “aquela que fica ao lado de uma outra. Noticiário que ocupa mais de uma página de jornal deve ser colocado, de preferência, em páginas espelhadas”. Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao_p.htm

Quem responde a essa pergunta é Mauro, o entrevistado. Veja:

Os arqueólogos sofrem com essa imagem. Ao contrário do que ele [Indiana] faz, a arqueologia não é uma caça ao tesouro, nem uma procura por riqueza
--

Para o repórter, ele não apenas responde a pergunta, pois ao final das aspas segue a expressão “reclama o estudante Mauro Eduardo Moura”. O uso do verbo “reclamar” pelo jornalista implica na interpretação que ele quer sugerir aos leitores acerca da declaração. O estudante pode apenas ter dito, sem a intenção de retrucar, replicar, contradizer nada, ou seja, não quer dizer que Mauro deu “uma resposta embativa a um enunciado primeiro” (CHAROLLES, 1976, p.94). Desse modo, aqui o jornalista apenas interpretou a declaração de Mauro como uma reclamação, não quer dizer que ele realmente tenha reclamado, pois a frase entre aspas é “apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal” (MAINGUENEAU, 2008, p. 141).

Comparando, ainda, as matérias “Com as mãos no passado”, publicada no suplemento Folhateen, e “Fora das telas, consultoria se destaca”, publicada em Empregos, é muito interessante analisar as fontes utilizadas em ambas. Na tentativa de identificar o texto com o público alvo, a primeira destaca, por meio de fotos e discurso citado, os dois entrevistados jovens, Cristiane e Mauro, enquanto a terceira fonte, a professora do curso de arqueologia da Universidade Católica de Goiás, Sibeli Viana, tem menor destaque, aparecendo apenas no parágrafo final do texto, sendo dela apenas uma frase na forma de discurso direto e sem fotografia sua. Já o segundo texto traz como fontes dois estudantes e quatro arqueólogos, dois que trabalham em empresas que fazem os licenciamentos e dois professores universitários.

As matérias foram escritas por jornalistas diferentes, porém, para ambos as fontes têm um papel especial em seus textos. O jornalista que escreveu o texto “Fora das telas, consultoria se destaca” acaba usando a força que as declarações ditas por profissionais da área teriam para convencer o público leitor do suplemento Empregos de como a profissão de arqueólogo é promissora.

Já o fato dos entrevistados da matéria “Com as mãos no passado” serem jovens facilitaria a identificação do público do suplemento Folhateen com essas fontes.

Já a reportagem “Escavação resgata ferrovia da morte”, utiliza-se de dois arqueólogos como fonte tanto para o texto principal quanto para o texto auxiliar, intitulado “Arqueologia ‘de contrato’ passa por boom no país”. Um deles é o arqueólogo britânico Alastair Richard Threfall e o outro é Renato Kipnis, arqueólogo da empresa Scientia. Quanto à primeira fonte, cabe pensar na relação de força sugerida ao dizer que o pesquisador é britânico - uma fonte estrangeira que trabalha no Brasil; porém, pelo texto, não é possível determinar se ele está ou não a serviço da empresa Scientia - a questão da força aqui é garantida por uma declaração dita por um pesquisador estrangeiro, que teria mais valor do que se dita por um brasileiro.

No entanto, vale destacar que a empresa Scientia aparece de maneira recorrente nos textos analisados de maneira geral. Não foi possível saber se a empresa possui um serviço de assessoria de imprensa, mas, de fato, ela tem uma relação próxima e, por isso, mais frequente com a imprensa.

Sobre o uso do discurso direto, cabe destacar a construção de sentidos feita pelo jornalista no texto auxiliar, baseada na frase de Renato Kipnis, destacada abaixo:

Está faltando arqueólogo no mercado. Arqueólogo bom, então, nem se fala.
--

O repórter classifica a falta de arqueólogos no mercado como “uma situação inusitada” na qual o país está sendo colocado em virtude das “atuais grandes obras de infraestrutura”. Em seguida, o texto explica o porquê das obras gerarem uma demanda que não é suprida, devido à falta de arqueólogos, e tenta exemplificar com o caso da Usina Santo Antônio, que gerou a matéria principal. O autor explica que para a pesquisa arqueológica também é necessário fazer uma licitação e que a empresa que ganhou a licitação para fazer o trabalho na usina e mais “num punhado de outros locais Amazônia afora” foi exatamente aquela à qual o único entrevistado para esse texto pertence.

Considerações

Ao analisar o conjunto dos textos deste grupo sobre a profissão, é possível constatar que a arqueologia retratada é aquela que os arqueólogos Marcus Brittain e Timothy Clack afirmam que a imprensa, de uma forma geral, destaca, ou seja, aquela que “detém a chave para o mistério insolúvel, para a verdade escondida por trás das mais antigas, majestosas e esplêndidas maravilhas do passado.” (CLACK & BRITAIN, 2007, p.15). Tal fato pode ser facilmente observado apenas reproduzindo frases retiradas das três matérias desse grupo, como “os maiores sambaquis do mundo estão em Santa Catarina e podem atingir até 30 metros”; “muita gente acredita serem obras de alienígenas”; “considerado o sítio mais antigo das Américas, com cerca de 300 mil anos”, “mais de 400 sítios”; “a Amazônia (...) é considerada oficialmente a porta de entrada dos primeiros habitantes do continente”.

Também é possível constatar que as matérias destacam, insistentemente, as peças arqueológicas, como nos trechos “peças retiradas das escavações”; “o museu conta com 120 mil peças”, “objetos e imagens”, “vasto acervo material”, enfatizando, quando se refere a museus, a ideia de que eles seriam “depósitos de coisas velhas” (TEGA-CALIPPO; WICHERS & ZANETTINI, 2011, p.19).

Esses textos acabam perdendo a oportunidade de mostrar que, muito mais importante que contemplar peças arqueológicas, os museus de Arqueologia “possibilitam a construção das memórias e identidades das comunidades a partir de diálogos entre saberes e fazeres do passado e do presente” (Ibid., 2011, p.19).

Já em 1991, em artigo publicado no *Jornal da Tarde*, o arqueólogo Paulo Zanettini se referiu a certas imagens veiculadas na mídia que seriam responsáveis pelo que as pessoas entendem tanto por Arqueologia, quanto por arqueólogos. Acredito que as imagens que Zanettini observou há mais de 20 anos ainda podem ser encontradas nas matérias atuais, pelo menos, naquelas aqui analisadas:

Misteriosas cidades pré-colombianas e pirâmides encontradas na Amazônia ou inscrições fenícias identificadas no Planalto Central. A busca frenética – uma verdadeira caça – a objetos únicos de incalculável

valor. Cientistas escondidos atrás de múmias no interior de museus alheios à realidade que os cerca. A descoberta de túneis que ligam a cidade mineira de São Tomé das Letras à enigmática Machu Pichu. Ou, ainda, as análises amplamente difundidas que atribuem a autoria de grandes monumentos pré-históricos a extraterrestres. Arqueologia sinônimo de ‘cacologia’... Essas imagens sempre presentes em filmes, nas telenovelas, literatura infantil, histórias em quadrinhos e outras publicações acabam por difundir uma visão errônea do arqueólogo, da atividade que ele exerce e ainda do seu objeto e métodos de trabalho. Mas, os incautos poderiam afirmar: ‘Elas não passam de pura ficção. Por que haver compasso com a realidade?’

Porém, elas servem para cristalizar a imagem de um cientista e uma ciência que já não existem mais (ZANETTINI, 1991, p.4)

Mesmo nos textos em que essas imagens não são explícitas, no destrinchar das linhas, ainda é possível encontrar uma forte relação com a valorização dos objetos, da aventura, do mais antigo.

As reportagens acabam deixando de mostrar à população que a Arqueologia possui facetas mais interessantes e que vão muito além “do achado mais antigo, do artefato mais raro ou que essa ciência seria feita em locais remotos, muito longe da realidade da maioria das pessoas” (CLACK & BRITAIN, 2007, p.15).

Essa imagem, porém pode não ser apenas atrelada aos arqueólogos, como sugere Castelfranchi:

malucos e geniais, lucidamente racionais porém instintivamente distraídos, heróicos ou às vezes perigosos: o cinema, as histórias em quadrinhos e as novelas pintam uma imagem dos cientistas (e das cientistas) complexa e cheia de contradições. A mídia, a literatura e a arte contam a ciência como uma aventura humana carregada de ternura mas também inquietante, rica de promessas e também de perigos; fonte de um conhecimento que é objetivo e democrático mas, ao mesmo tempo, esotérico e aparentemente inalcançável para a maioria das pessoas. (CASTELFRANCHI, 2003)

Capítulo 5

NOVAS REGRAS PARA LICENCIAR OBRAS

Um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada.

Dominique Maingueneau

A implantação da Portaria 230, em dezembro de 2002, pelo IPHAN, representou um marco para as pesquisas arqueológicas nacionais e, como apontado por Zanettini (2009), configurou o surgimento de um mercado de trabalho em Arqueologia (ver Capítulo 3). Procurando analisar as matérias publicadas no âmbito desse contexto de implantação da portaria, em um primeiro momento, os textos intitulados “Estudo arqueológico será obrigatório” e “Construtoras e imobiliárias estão apreensivas”, ambos publicados em junho de 2002 no suplemento Imóveis da *Folha de S. Paulo*, foram selecionados para a análise qualitativa por se acreditar que eles – publicados seis meses antes da implantação da referida portaria – tratavam de discussões prévias sobre a nova legislação e poderiam mostrar o que se achava que aconteceria em consequência da implantação de novas normas sobre o licenciamento de obras.

No entanto, com a leitura dos textos na versão impressa da *Folha*, pôde-se notar que, na verdade, se tratavam de matérias auxiliares a uma grande reportagem intitulada “Morumbi tem sítio lítico com mais de 2.000 anos”, também publicada em Imóveis. Os textos não se referem exatamente à implantação da Portaria 230 do IPHAN, mas sim a diretrizes municipais que poderiam ser implementadas, baseadas em leis federais já vigentes na época (a matéria não especifica as leis), para o estudo arqueológico em terrenos onde ocorreriam construções. Essa discussão só foi suscitada, entretanto, porque uma obra acabou gerando impacto a um sítio arqueológico, e essa foi a notícia da matéria “Morumbi tem sítio lítico de 2.000 anos”.

Nos três textos citados, há discursos relatados de diferentes setores da sociedade, com os quais o jornalista constrói seus textos. Assim, analisá-los torna-se necessário para lançar hipóteses sobre o papel desses discursos na construção de sentidos pelo autor.

Depois da implantação da Portaria, a matéria cujo título é “Escavação na Grande SP acha peças raras”, de janeiro de 2004, é a primeira que aborda claramente a necessidade de licenciamento prévio de uma obra. Na mesma linha, já em julho de 2010, o texto “Arqueólogo escava área de condomínio”, acaba sendo também importante, pois explica detalhadamente o que pede a portaria do IPHAN.

A tabela abaixo reúne os textos que serão aqui analisados:

Tabela 6 - Matérias sobre Arqueologia publicadas na Folha de S. Paulo, de 2000 a 2010: novas regras para licenciar obras.

Título	Data	Onde foi publicada?
Morumbi tem sítio lítico de 2.000 anos	30/06/2002	Suplemento Imóveis
Estudo arqueológico será obrigatório	30/06/2002	Suplemento Imóveis
Construtoras e imobiliárias estão apreensivas	30/06/2002	Suplemento Imóveis
Escavação na Grande SP acha peças raras	12/01/2004	Caderno Ciência
Arqueólogo escava área de condomínio	27/07/2010	Folha Ribeirão

Vogt e colaboradores, por meio de pesquisa realizada entre os anos de 2000 e 2001, na qual um dos objetivos era o de “inventariar a presença de C&T no espaço cotidiano dos jornais de prestígio nacional” (VOGT *et al*, 2003, p. 136), observa que o espaço dado pela *Folha* às notícias a respeito das ciências era “surpreendentemente” variado: “quando há reportagens científicas, essas são espalhadas aleatoriamente nos cadernos” (VOGT *et al*, 2003, p. 139). Talvez por isso, a matéria “Morumbi tem sítio lítico com mais de 2.000 anos”, “Estudo arqueológico será obrigatório” e “Construtoras e imobiliárias estão apreensivas” acabaram sendo publicada no suplemento Imóveis, “Arqueólogo escava área de condomínio”, no caderno *Folha Ribeirão*, e apenas a matéria “Escavação na Grande SP acha peças raras” desse grupo tenha sido publicada no caderno Ciência.

No entanto, o lugar onde o texto foi publicado pode ser considerado um elemento utilizado para organizá-lo “em lugares enunciativos em que os saberes diversos se relacionam com o discurso científico. As diferenças entre esses lugares enunciativos nos permitem explicar uma posição discursiva que organiza a cena do DC [Discurso Científico] no jornal” (NUNES, 2003, p. 47). Dessa maneira, publicar uma matéria sobre pesquisa arqueológica no suplemento Imóveis significa relacionar os discursos presentes nela com discursos historicamente constituídos como típicos do suplemento Imóveis, ou seja, tal matéria acaba sendo publicada num lugar reservado para se falar a respeito do mercado imobiliário, o que resgata “uma memória dos dizeres (o interdiscurso)” (NUNES, 2003, p. 48) típica do suplemento Imóveis.

Tal característica fica evidente a partir das fontes que o repórter usou para construir o discurso nesses três textos. Apesar de contar com arqueólogos falando sobre

Arqueologia, também há a contraposição das opiniões dos primeiros com aquelas do empresário proprietário do terreno e de corretores de imóveis.

Os três textos publicados no suplemento Imóveis foram construídos baseados em discursos relatados, diretos e indiretos. As relações de força estão presentes em toda construção dos textos: Quem fala sobre arqueologia são a “professora da USP e arqueóloga que trabalhou no estudo”; “Pedro Paulo Funari, professor de arqueologia da UNICAMP e da USP”; “o arqueólogo Paulo Zanettini”; “Leila Regina Diêgoli, diretora do DPH [Departamento de Patrimônio Histórico], órgão da prefeitura”; “arqueóloga Lúcia Juliani, responsável pelo projeto do DPH”; “Paulo de Blasis, professor de arqueologia da USP”; “Ruth Kunzli, arqueóloga e professora da Unesp”. O repórter se apoia na força do lugar que essas pessoas ocupam, já que esses discursos partem de professores de importantes universidades (USP, UNICAMP e UNESP) e de órgãos oficiais municipais (DPH).

Já quem fala a respeito de valor financeiro, custos de pesquisa e da construção são “o proprietário” do terreno; “o arquiteto”; o “presidente do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil)”; o “diretor de vendas da imobiliária Bamberg”; “o empresário Milton Goldfarb”, dono de uma construtora; o “diretor da construtora Rossi”; e o “diretor da imobiliária Lopes”, discursos nos quais o repórter se apoia visando à adequação de seu texto ao que seria um discurso típico do suplemento Imóveis.

Os lugares de onde todas essas pessoas falam acabam influenciando na construção de sentidos dos textos, pois

não podemos menosprezar a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 2007a, p. 42).

O autor das reportagens constrói o sentido dos três textos a partir do lugar de quem fala e por meio de discursos relatados, diretos – levando em consideração que o discurso direto “não é nem mais nem menos fiel que o discurso indireto,” (MAINGUENEAU, 1997, p.85) –, indiretos – o jornalista “relata um outro ato de enunciação e usando-se de suas próprias palavras, pelas quais ele reformula as palavras de

outra mensagem” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 139), e diretos sem aspas – que reproduz o conteúdo de uma fala, “não na sua literalidade” (MAINGUENEAU, 2008, p.146). Ou seja, a polifonia é uma característica marcante nessas três matérias. Ela pode ser percebida por meio de marcações no texto que mostram as diferentes vozes (discurso citado) presentes no discurso jornalístico (discurso citante) (MAINGUENEAU, 2008, p.138).

A matéria “Morumbi tem sítio lítico com mais de 2.000 anos”, publicada na página dois do suplemento Imóveis, é acompanhada de box intitulado “Construtoras e imobiliárias estão apreensivas”. Essa página possui uma figura que aparentemente mostra como foi a ocupação de dois terrenos onde estão localizados os sítios arqueológicos Capão e Morumbi, porém, infelizmente, essas imagens não são nítidas em nenhuma das versões consultadas (a impressa e a digital).

Como exemplo do uso das fontes consultadas, observe o fragmento abaixo:

“Foi encontrado um importante sítio de pedra lascada, que já estava cadastrado na prefeitura desde a década de 60. Porém o proprietário não sabia de sua existência quando adquiriu o ‘terreno’”, explica a professora da USP e arqueóloga que trabalhou no estudo, Erika Marion Gonzalez.

A frase entre aspas acima é atribuída à professora da USP: é um discurso direto. O jornalista escolheu dizer primeiro que ela é professora da USP, uma condição de força, e depois que ela trabalhou na pesquisa em questão. De um lado, com a fala da arqueóloga, o repórter busca descrever o achado – pensando na entrevistada enquanto professora da USP –, mas, de outro lado, também tenta justificar o impacto gerado pela obra sobre o patrimônio – pensando em Érika enquanto parte da equipe contratada para realizar o estudo, quando ela diz que o proprietário não sabia da existência do sítio arqueológico quando adquiriu o terreno.

Na sequência dessa matéria, o repórter opta pelo discurso indireto do proprietário do terreno para reforçar o que disse a professora da USP. Observe:

O proprietário Gigio Martinez, 32, confirma. Disse que ficou sabendo, por comentário de vizinhos, que seu terreno ficava sobre um sítio arqueológico. Pouco antes de construir, ele procurou a orientação de um amigo arqueólogo, que lhe recomendou procurar a prefeitura e o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional.

Para marcar que ambos os discursos, o de Gigio e de Érika, estão em consonância, o repórter usa o verbo “confirmar”, referindo-se ao que o entrevistado contou, marcando uma retomada ao discurso de Érika (interdiscurso).

Em seguida, o autor escolhe colocar uma frase em discurso direto de Gigio – mencionado aqui como arquiteto - seguida por um trecho outra vez em discurso indireto:

“Tinha medo de que a obra enfrentasse problemas depois de iniciada”. Mas o arquiteto ficou "espantado" com a falta de informação e estrutura do poder público a respeito de um patrimônio de grande importância arqueológica. E reclamou do custo (cerca de R\$ 30 mil) que teve de pagar pelo estudo da equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Em todo trecho, o repórter tentou mostrar o lado do proprietário do terreno (Gigio, que também é o arquiteto) em que o sítio arqueológico foi encontrado, colocando os discursos dele de tal maneira que o sentido de todo trecho caminha para a falta de conhecimento do assunto por parte de Gigio. O autor da matéria começa a construir esse sentido com a frase em discurso direto logo no início do trecho transcrito acima – “Tinha medo de que a obra enfrentasse problemas depois de iniciada” – e quando usa “falta de informação e estrutura do poder público”, um discurso indireto do entrevistado, ou quando o repórter coloca a palavra “espantado” entre aspas para se referir a ele.

Nesse último caso, o autor da matéria usa o que Authier-Revuz chama de “não-coincidência do discurso consigo mesmo” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.22), ou seja, o repórter deseja marcar que a palavra está inserida em seu discurso, porém que ela não pertence ao discurso do repórter, mas sim a outro discurso. Sugiro que, durante a entrevista, Gigio tenha usado a palavra espantado para dizer como se sentia em relação ao caso e o repórter quis reproduzi-la, mas também o “espanto” pode ser, ainda, uma interpretação do repórter.

Na continuação do trecho, o autor usa o verbo “reclamar” para se referir ao discurso indireto de Gigio. O verbo se encaixa na categoria de pressuposto, chamado por Charolles (1976) “de referência temporal da comunicação”, sendo uma resposta embativa a um enunciado primeiro. No caso, o verbo introduz o que o entrevistado diz a respeito da quantia paga pelo estudo realizado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP na área

da obra. O verbo reclamar, então, foi utilizado pelo jornalista com o intuito de criar o efeito de sentido de descontentamento de Gigio com o preço pago pela pesquisa arqueológica.

O licenciamento arqueológico pode determinar o custo dos imóveis

O texto “Construtoras e imobiliárias estão apreensivas”, no *box* da matéria “Morumbi tem sítio lítico com mais de 2.000 anos”, traz a opinião, em forma de discursos relatados, diretos e indiretos, de atores do mercado imobiliário a respeito da nova lei municipal sobre os sítios arqueológicos. Ao colocar esse texto como *box* do primeiro, a *Folha* faz o que chama de “cruzamento de informações”, ou seja, a partir de um fato transmitido por uma determinada fonte, ela “ouve a versão sobre o mesmo fato de outras fontes independentes”(FOLHA, 2010, p.26). Com isso, o jornal espera “enriquecer a reportagem com aspectos não formulados pela fonte original” (FOLHA, 2010, p.26), além de adequar um texto que fala sobre Arqueologia ao suplemento Imóveis. Observe os dois fragmentos abaixo, ambos em “discurso direto sem aspas” (MAINGUENEAU, 2008):

O mercado está apreensivo com a obrigatoriedade de estudos arqueológicos na capital. <u>Apesar de correta, a lei, na opinião de construtoras e imobiliárias, pode aumentar a burocracia e o custo dos imóveis.</u>
--

<u>A regra deve aumentar o prazo de aprovação para iniciar uma obra com estudo arqueológico,</u> prevê Roberto Koverovas, diretor de vendas da imobiliária Bamberg.

No segundo fragmento, o trecho sublinhado é interpretado como um discurso direto de Roberto Koverovas, mesmo com a ausência das aspas, pois “é provável que não se trate das próprias palavras” (MAINGUENEAU, 2008, p. 146) de Roberto, sendo o trecho uma paráfrase da fala da fonte, ou seja, uma diferente formulação “do mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 2007a, p. 36). O mesmo ocorre com o trecho sublinhado no primeiro fragmento, com a opinião das construtoras e imobiliárias; esse trecho também é uma paráfrase dos discursos ditos pelos representantes desses setores, ele representa algo que se manteve em todo dizer, isto é, “o dizível, a memória” (ORLANDI, 2007a, p. 36).

Em relação aos discursos diretos neste texto, observe as quatro frases abaixo, reproduzidas na mesma ordem em que apareceram:

“A intenção é nobre, mas é preciso cuidado para não criar uma legislação muito rígida que prejudique o mercado da construção”

“é preciso definir se a exigência é realmente importante para uma cidade como São Paulo”

“As construtoras vão evitar as regiões delimitadas pela prefeitura por causa da demora para a aprovação das obras e do aumento de custos”

“A regra não pode ser aplicada em toda a cidade. Em bairros como o centro histórico é compreensível, mas em Moema, por exemplo, não tem sentido”

A primeira, dita por Artur Quaresma Filho, presidente do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil), aparece para que o repórter possa legitimar o adjetivo “apreensivo”, atribuído a condição do mercado imobiliário em relação à obrigatoriedade de estudos arqueológicos, componente da paráfrase “O mercado está apreensivo com a obrigatoriedade de estudos arqueológicos na capital”, a primeira frase do texto do box.

Com a segunda frase, dita pelo empresário Milton Goldfarb, o repórter aponta para o questionamento do quanto o estudo arqueológico é importante. A reportagem não especifica que tipo de empresário ele é, mas, visto que seu sobrenome é Goldfarb, sugiro que ele fale do lugar de representante dos interesses da incorporadora e construtora Goldfarb, uma das maiores do Brasil e que possui empreendimentos diversos na cidade de São Paulo.

A terceira frase é de Luciano Borghesi Filho, que é diretor da construtora Rossi. Logo em seguida a ela, o repórter coloca a quarta frase, dita por Tomás Salles, diretor da imobiliária Lopes. Com o encadeamento dessas duas frases, o repórter busca produzir o sentido de que o estudo arqueológico poderia ser exigido pela prefeitura em apenas algumas áreas da cidade e que, dessa maneira, as construtoras evitariam essas áreas.

Apesar deles não serem arqueólogos ou historiadores, são eles que dizem no texto do repórter onde poderia ser possível achar os sítios arqueológicos e onde não seria; sendo pessoas do mercado imobiliário, seus discursos defendem os interesses desse mercado.

Na quarta fala, acaba sendo interessante notar que o entrevistado cita a área do centro histórico de São Paulo como compreensível de se exigir o estudo prévio, uma área,

na época, bastante degradada e com baixo valor comercial. No entanto, ele não acredita ser possível achar qualquer vestígio arqueológico em um bairro como Moema. Curiosamente, no local, os valores dos terrenos e dos imóveis eram, e são, bem maiores do que aqueles no centro paulistano, ou seja, o local onde, segundo o diretor da imobiliária, não teria sentido implementar a regulamentação para pesquisa arqueológica prévia às construções seria justamente aquele em que a imobiliária de onde ele fala teria interesses econômicos.

A justificativa de Salles parece estar apoiada nas diversas construções e estruturas históricas já identificadas no centro da cidade e, também, na memória discursiva que circula na mídia e no senso comum a respeito da referência da história de São Paulo estar extremamente vinculada ao centro histórico da cidade. Porém, é importante ressaltar que ele desconhece (por não ser especialista no tema) que diversas outras pesquisas históricas e arqueológicas – algumas oriundas, inclusive, de projetos de licenciamento (ver Sítio Itaim, no Capítulo 6) – vêm mostrando que grande parte de toda a área urbana da cidade de São Paulo já havia sido ocupada em períodos históricos e também anteriores à chegada do colonizador europeu.

Na matéria “Estudo arqueológico será obrigatório”, é interessante notar que a sua publicação na capa do suplemento Imóveis também é uma adequação ao que se espera ver nesse lugar do jornal: para o caderno Ciência, por exemplo, seria esperado que o texto “Morumbi tem sítio lítico de 2000 anos”, a notícia sobre a descoberta científica, seria a matéria principal e, por isso, viria na capa, pois “o caderno de ciência reserva um lugar para se falar de ciência. Tal designação evoca toda uma memória do saber científico enquanto método, rigor de descrição, objetividade, etc., e restrita aos cientistas” (NUNES, 2003, p. 47). Já no suplemento Imóveis, a notícia está na consequência gerada pela possível descoberta científica advinda da obrigatoriedade de estudos arqueológicos em obras. Observe abaixo o discurso direto de uma das fontes consultadas:

“Pretendemos cadastrar as áreas de maior potencial e os principais sítios arqueológicos da cidade onde será necessário o estudo antes de construir”

A fala reproduzida acima é de Leila Regina Diêgoli, diretora do Departamento de Preservação Histórica, órgão da prefeitura. O repórter usa a força de uma frase dita por

uma representante oficial do poder público municipal para legitimar seus dois parágrafos anteriores, os quais informam a respeito das medidas que serão tomadas para evitar novas destruições de sítios arqueológicos.

Apesar da representante da prefeitura estar falando a respeito da esfera municipal, o curioso é que a portaria 230 do IPHAN, que entrou em vigor naquele mesmo ano, sugere que todo tipo de terreno tem potencial para possuir sítios arqueológicos, sendo impossível delimitar áreas mais propensas a isso sem um estudo mínimo prévio. Observe o trecho a seguir:

A ideia é regulamentar a legislação vigente. "As normas federais determinam o estudo para grandes obras, mas ainda faltam regras específicas para que o poder municipal possa exigir o mesmo para obras de menor porte", explica a arqueóloga Lúcia Juliani, responsável pelo projeto do DPH. "Só faz sentido se complementar ou ampliar a legislação vigente. Se for redundante, só cria obstáculos desnecessários para o mercado", afirma Paulo de Blasis, professor de arqueologia da USP (Universidade de São Paulo). "Mas, se bem-feita, pode auxiliar na reconstrução arqueológica da cidade de São Paulo".

O trecho acima é composto por diversas vozes (polifonia). A primeira frase corresponde à voz do jornalista, o enunciador, mas que também está carregada de uma história, o interdiscurso. Visando a construção desse trecho da matéria, o jornalista usa-se das três frases seguintes em discurso direto, marcadas pelas aspas, fazendo com que, quando ele cita a fala de alguém, "não se coloca como responsável por essa fala" (MAINGUENEAU, 208, p.138).

As vozes se misturam e o leitor, então, lê o enunciado jornalístico e a fala de arqueólogos como se fosse um único discurso. Essas outras vozes justificam sua presença na matéria graças à força que elas têm: a primeira frase em discurso direto é dita pela arqueóloga responsável pelo projeto do DPH; a segunda e a terceira são do professor da USP.

Na sequência, destaco três frases em discurso direto:

"A lei é importante, mas é preciso também que a prefeitura tenha técnicos e arqueólogos para acompanhar e aprovar os estudos"

"Teremos de aumentar o número de profissionais"

"E o poder público precisará ampliar a capacidade de armazenamento de material arqueológico nos museus"

Mais um exemplo de uso da polifonia para construção do discurso jornalístico, essas frases foram atribuídas, respectivamente, a Ruth Kunzli, arqueóloga e professora da Unesp; Lúcia Juliani, do Departamento de Preservação Histórica, e Pedro Paulo Funari, professor de arqueologia da Unicamp. As frases dos três dizem respeito à implantação, na prática, das diretrizes propostas pela prefeitura.

Com a primeira, o repórter buscou legitimar o trecho a respeito de existirem apenas dois funcionários (na época) para fiscalizar as obras. Ele usa, assim, uma declaração de uma funcionária da própria prefeitura que se mostra preocupada com o volume de trabalho.

Essa ideia é reforçada pelo repórter por meio da declaração da arqueóloga Ruth Kunzli, que também salienta a necessidade de profissionais qualificados para o acompanhamento dos estudos, a qual se legitima pela força do fato de ela também ser professora da UNESP.

Para terminar a ideia de dúvida sobre a capacidade do poder público em colocar em prática novas regras para licenciamento de obras, o repórter usa-se da declaração do professor da Unicamp (relação de força), na qual ele mostra-se interessado com o que poderá ser feito com os acervos gerados pelas pesquisas e como esses objetos poderão ser armazenados.

Todas essas vozes de cientistas presentes no discurso jornalístico dessas três matérias correspondem ao discurso científico, constituinte, adaptado à cena da enunciação (MAINGUENEAU, 2008). Por discurso constituinte entendem-se os discursos (religioso, literário, científico, filosófico, etc) que pretendem “não reconhecer outra autoridade além da sua própria, de não admitir outros discursos acima deles” (MAINGUENEAU, 2008, p.37). O discurso científico é então determinado de um “lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados e uma gestão da memória” (MAINGUENEAU, 2008, p.38). É a partir desses discursos consagrados que o locutor (jornalista) constrói seu discurso

no interior de um quadro preestabelecido que sua enunciação não pode modificar (...) o locutor deve dizer construindo o quadro desse dizer, elaborar dispositivos pelos quais o discurso encena seu próprio processo de comunicação, uma encenação inseparável do universo de sentido que o texto procura impor (MAINGUENEAU, 2008, p.51).

Assim, o discurso científico aparece adaptado dentro de textos de divulgação científica da vertente do jornalismo científico; mais do que isso, nesses três textos, o discurso científico não é modificado, mas sim adequado ao discurso jornalístico típico do suplemento Imóveis. O discurso científico aparece em meio a um universo, a uma cena de enunciação onde o assunto são os imóveis.

Os verbos nos discursos citados

De todo modo, levando em consideração tanto os discursos diretos com e sem aspas, como os indiretos, cabe analisar também o uso dos verbos usados para se referir ao discurso do outro. Maingueneau (2008) afirma que “uma das singularidades desses verbos é que muitos deles não designam realmente um ato de fala” (MAINGUENEAU, 2008, p.144), eles acabam servindo, então, para relatar “[...] a maneira porque uma opinião foi apresentada por alguém” (DUCROT, 1972, p.278). Sendo assim, levando-se em conta uma intenção do jornalista que vai muito além do que designar o ato da fala das fontes, analisemos os seguintes verbos:

- Afirmar e revelar: nos textos desse grupo, os dois verbos são usados para indicar o discurso citado de cientistas e, em um único caso, do presidente do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil). Observe:

"A intenção é nobre, mas é preciso cuidado para não criar uma legislação muito rígida que prejudique o mercado da construção", afirma Artur Quaresma Filho, presidente do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil).
--

Charolles (1976) afirma que esses verbos, como no exemplo, seriam usados visando a um “valor de verdade do enunciado citado”.

- Prever: o verbo possui a possibilidade de sentido de “calcular”, segundo o dicionário Aurélio. Dessa maneira, o repórter atribuiu o sentido de calcular quando usou o verbo prever para indicar o discurso indireto do diretor de vendas da imobiliária Bamberg:

A regra deve aumentar o prazo de aprovação para iniciar uma obra com estudo arqueológico, prevê Roberto Koverovas, diretor de vendas da imobiliária Bamberg.

Assim, o verbo reproduz uma opinião atribuída ao enunciador (CHAROLLES, 1976).

- Adiantar: empregado com o sentido de dizer com antecipação, alertar. O autor usa esse verbo para se referir à fala em discurso indireto do empresário da construção civil, Milton Goldfarb, onde ele “alerta” sobre o possível aumento do custo dos imóveis em virtude dos estudos arqueológicos:

Os custos adicionais que o estudo provocará, adianta, serão repassados para o comprador.

- Explicar: verbo atribuído em todos os textos a falas de cientistas. Eles explicam, ou “tornam inteligível ou claro” ou “lecionam” e “significam” (FERREIRA, 1977, p. 210) procedimentos científicos, objetos encontrados nas escavações e como funcionam as regras para o licenciamento de obras. Como pode ser observado no exemplo abaixo:

"No sítio do Capão, utilizamos o radar de penetração no solo, conhecido como GPR, e demoramos cerca de 30 dias no trabalho de campo", explica o arqueólogo Paulo Zanettini.

Avançando um pouco, já no ano de 2004, a matéria “Escavação na Grande SP acha peças raras” é a primeira que aborda claramente a necessidade de busca por sítios arqueológicos em uma área que será impactada por obra, como pode ser visto no trecho abaixo:

Há pouco mais de um ano, conta a pesquisadora, áreas como a do terreno da Eurofarma Laboratórios Ltda., com menos de 1 milhão de metros quadrados, não precisariam passar por esse tipo de levantamento. Contudo, uma portaria do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) passou a determinar que qualquer obra que exigisse estudo de impacto ambiental no Estado de São Paulo incluísse a busca por material arqueológico.

O mesmo acontece na matéria “Arqueólogo escava área de condomínio”, de 2010, que foi publicada exclusivamente no caderno *Folha Ribeirão*, parte da *Folha* dedicada às notícias da cidade do interior paulista Ribeirão Preto e região. No lead³⁷, o jornalista salienta a importância das obras para desvendar o passado da região. Observe:

Além de evidenciar o desenvolvimento econômico de Ribeirão, grandes obras como as de condomínios têm colaborado para ajudar a desvendar parte do passado da região. Isso porque, na preparação dos terrenos, é obrigatório que sejam feitas prospecções arqueológicas. Os resultados não são muito positivos, mas alguns vestígios de épocas passadas, especialmente material lítico, já foram encontrados graças a essas prospecções.

A polifonia também é presente em ambas matérias citadas. Os jornalistas utilizam-se de “modalizadores” (MAINGUENEAU, 2008, p.139) para indicar que estão se apoiando em outro discurso, os quais são encontrados nas matérias: “de acordo com”, “conta a pesquisadora”, “segundo informações”, “segundo o parecer”.

A matéria “Escavação na Grande SP acha peças raras” é a única desse grupo publicada no caderno *Ciência*. O caderno *Ciência* determinou de quem seriam as vozes presentes no discurso jornalístico: os discursos citados, diretos, indiretos e diretos sem aspas são de apenas duas arqueólogas, diferentemente da voz dada a membros do mercado imobiliário presente nas três matérias publicadas no suplemento *Imóveis*. Como no exemplo acima, todo discurso jornalístico é construído baseado no discurso científico da arqueóloga Érika Robrahn-Gonzáles, que aparece em forma de discurso direto sem aspas.

De outro lado, há traços do discurso científico em todo texto, porém não há referências do autor a respeito desse dizer do outro; isso é o que Authier-Revuz (1984) chama de heterogeneidade mostrada não marcada no discurso, onde o outro pode ser reconhecido, o que pode ser visto no fragmento abaixo em discurso indireto livre:

³⁷ O primeiro parágrafo de uma notícia jornalística que seria responsável por resumir as informações contidas em todo texto, respondendo às perguntas básicas: o que, quem, quando, onde, como e por quê.

No acidentado terreno de 120 mil metros quadrados, a equipe deparou com pelo menos dois sítios com ferramentas fabricadas pelos mais antigos habitantes do Estado – caçadores-coletores que vagavam por São Paulo entre 9.500 e 2.000 anos atrás. Os artefatos foram feitos com sílex, um dos minerais mais adequados para esse tipo de trabalho, transportado até ali por dezenas de quilômetros, ao que tudo indica. O carvão de fogueiras perto dos instrumentos deverá permitir uma estimativa mais precisa de sua antiguidade.

Considerações

A análise dos textos “Morumbi tem sítio lítico com mais de 2.000 anos”, “Estudo arqueológico será obrigatório” e “Construtoras e imobiliárias estão apreensivas”, publicados no caderno Imóveis, demonstrou como o caderno onde a matéria é publicada determina como seu discurso será organizado. Publicar uma matéria sobre pesquisa arqueológica no caderno Imóveis significa relacionar os discursos presentes nela com discursos historicamente constituídos como típicos do suplemento Imóveis.

As fontes que o repórter usou para construir o discurso nesses três textos são usadas para a adaptação desse discurso, já que, apesar de contar com arqueólogos falando sobre Arqueologia, também há a contraposição das opiniões dos primeiros com aquelas de profissionais do setor imobiliário.

Assim, o discurso científico não só aparece adaptado dentro de textos de divulgação científica da vertente do jornalismo científico, mas também, nesses três textos, o discurso científico é adequado ao discurso jornalístico típico do suplemento Imóveis. O discurso científico aparece em meio a um universo, a uma cena de enunciação onde o assunto é o mercado imobiliário.

Capítulo 6

ARQUEOLOGIA PREVENTIVA: CASA BANDEIRISTA DO ITAIM

Compreender, eu diria, é saber que o
sentido pode ser outro.

Eni Orlandi

O estado de São Paulo é aquele com o maior número de matérias sobre pesquisas arqueológicas realizadas em seu território: são 63, ou seja, 35% das 174 matérias publicadas sobre Arqueologia no período de 2000 a 2010 na *Folha de S. Paulo*. Wichers afirma que o estado também representa “pelo menos 14% das pesquisas efetuadas no território nacional” (WICHERS, 2010, p 202). Como 68% das matérias selecionadas para São Paulo foram geradas a partir de pesquisas para o licenciamento de obras, optei por selecionar matérias com esse cunho sobre alguma pesquisa realizada no estado.

A Casa Bandeirista do Itaim Bibi surgiu, então, como uma oportunidade de abordagem de aspectos da própria prática arqueológica, além dos aspectos do discurso sobre ela que forem pertinentes para a Análise do Discurso.

O primeiro aspecto seria o da possibilidade das pesquisas arqueológicas e da história contada a partir delas estar muito perto de nós, temporariamente e geograficamente, ao contrário do imaginário presente na memória discursiva, segundo o qual essa ciência seria feita em lugares remotos, para estudar civilizações muito antigas, como as pesquisas sobre a Amazônia.

A Casa Bandeirista do Itaim Bibi está localizada na região oeste da cidade de São Paulo, em plena Avenida Faria Lima, um dos metros quadrados mais disputados e, portanto, mais caros da cidade. De acordo com Zanettini (2005), o prédio foi construído no início do século XVII para ser a casa de um fazendeiro, mas acabou tendo diversas funções ao longo do tempo: no século XIX, era sede da Fazenda Itaim; no início do século XX, era um abrigo para órfãs, chamado Santa Maria, e, de 1922 a 1980, funcionou no local o Sanatório Bela Vista. A casa representa o início da urbanização e o embrião do bairro Itaim Bibi, pois é o único edifício sobrevivente da então Fazenda Bela Vista que, loteada, deu origem ao bairro.

A construção é uma casa bandeirista, um estilo arquitetônico da época dos bandeirantes, tombada em 1982 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico – CONDEPHAAT –, e o local teve sua primeira abordagem arqueológica em 1988 (ZANETTINI, 2005).

Em 2009 foram feitos a prospecção e o resgate do sítio como parte do licenciamento para a obra de um edifício no local, embora o empreendimento já tivesse se

iniciado e causado grande impacto sobre o sítio. Porém esse sítio já era conhecido e, antes disso, já havia sido realizadas escavações desde 1988. Foram, dessa maneira, recuperadas 18 mil peças, entre elas fragmentos de cerâmica, vidro, metal, frascos de medicamentos, ossos, além de estruturas do antigo sanatório (ZANETTINI, 2005).

Em fevereiro de 2011, quando fiz uma primeira triagem de matérias para esse grupo, acabei selecionando a matéria “Operário acha ossada humana em construção”, publicada em agosto de 2007, como sendo a primeira que trataria do tema, pelo fato de ser sobre uma obra no bairro do Itaim Bibi, apesar da versão digital consultada não conter o local exato da obra.

Entretanto, a versão impressa do jornal, examinada em setembro de 2011, continha o nome da rua da obra citada e, dessa maneira, pude comparar às plantas contidas no relatório produzido pela Zanettini Arqueologia para a área do Sítio “Casa Bandeirista do Itaim Bibi”. Constatei, portanto, que a matéria citada não se referia ao sítio arqueológico tema desse capítulo.

Assim, excluída essa matéria de 2007, a Tabela 7, abaixo, reúne as matérias publicadas na *Folha* a respeito das pesquisas realizadas no sítio arqueológico histórico “Casa Bandeirista do Itaim Bibi”:

Tabela 7 - Matérias sobre Arqueologia preventiva – Casa Bandeirista do Itaim

Título	Data	Onde foi publicada?
"Ex-casa" não tem parede, não tem mais nada	25/01/2008	Caderno Cotidiano
Justiça barra obra ao lado de ruína histórica	29/04/2009	Caderno Cotidiano
Construtora afirma que projeto é legal	29/04/2009	Caderno Cotidiano
Construtora continua obra em ruína histórica de SP	07/05/2009	Caderno Cotidiano

A pré-destruição

A primeira matéria, “‘Ex-casa’ não tem parede, não tem mais nada”, já anunciava a destruição do sítio Itaim Bibi por motivo de abandono. Veja o seguinte trecho:

Da casa do século 19 que deu origem ao bairro Itaim Bibi, sobram escombros de barro expostos à chuva. Uma parada no terreno revela o abandono das ruínas restantes, contrariando as placas que anunciam a restauração completa do imóvel.

A polifonia é uma característica da matéria, porém ela aparece no texto por meio apenas de discursos indiretos. Observe:

Em dezembro, Teófilo Rocha, diretor da empresa que administra o terreno, afirmou que as obras de restauro começariam no dia 15 de janeiro. A reportagem visitou o local, mas não há sinal de obras. O diretor foi procurado durante as duas últimas semanas, mas não atendeu à **Folha**. A arquiteta Helena Saia, responsável pelo restauro, disse que está sendo feito o orçamento e que a obra começará em fevereiro.

No trecho reproduzido acima, quando o repórter usa o verbo “afirmar” para se referir ao discurso de Teófilo Rocha, remete ao pressuposto de verdade do enunciado citado (CHAROLLES, 1976). Mas, ao relatar que procurou o local e não encontrou obras, e que, depois disso, o diretor não atendeu ao repórter, e, ainda, ao colocar o discurso da arquiteta responsável pelo restauro logo em seguida, dizendo que as obras começariam em fevereiro, o autor gera um efeito de sentido de dúvida em relação à verdade atribuída ao discurso do diretor da empresa e da própria arquiteta Helena.

A destruição

Contudo, são as três matérias seguintes que tratam da destruição do sítio arqueológico por uma obra no local, em 2009. A notícia, ou o que a *Folha* chama de “puro registro dos fatos”, dos três textos foi a destruição causada à Casa Bandeirista por um grande empreendimento imobiliário.

Pensando na definição de uma matéria de divulgação científica, ou seja, a “textualização jornalística do discurso científico” (ORLANDI, 2008, p.151), surpreendentemente, nenhuma matéria desse grupo se encaixa nessa definição, apesar de tratar de um assunto diretamente relacionado a pesquisas científicas na área de Arqueologia. A notícia da destruição do sítio arqueológico não seria notícia se antes a área não fosse pesquisada e definida como um sítio arqueológico. Assim, o único traço de

discurso científico aparece na linha fina da matéria, sublinhado no trecho abaixo, mas o repórter atribui esse discurso ao Ministério Público. Observe:

Segundo Ministério Público, escavações da obra já "destruíram" terreno onde ainda há pedaços de louça, vidro e cerâmica antigos

Busquei a liminar emitida pela 12ª Vara Federal (anexo 2) para confrontar com a matéria da *Folha*. Nela, porém não há qualquer menção aos objetos encontrados no local. O autor usa o modalizador “segundo o” para indicar que está se apoiando em outro discurso, o discurso do Ministério Público Federal, mas esse discurso não vem da fonte aparentemente consultada para a matéria, a liminar emitida pelo órgão. A dúvida então fica se a informação sobre o tipo de vestígio arqueológico encontrado no terreno vem de um discurso científico, omitido pelo repórter, e que serviu de fonte para o Ministério Público emitir a liminar – a pessoa que vistoriou a área – ou do próprio relatório da vistoria, realizada antes da emissão da liminar, ao qual não consegui acesso.

De fato, a liminar do Ministério Público Federal é a voz mais presente no discurso jornalístico. A força que essa fonte exerce é determinante para que o repórter construa seu discurso, sendo sempre presente o uso do discurso relatado direto ou indireto. No exemplo abaixo, o jornalista apoia-se na força que tem um discurso indireto atribuído a uma juíza federal.

(...) a juíza Elizabeth Leão determinou que a obra não prossiga até que a construtora apresente perícia identificando os eventuais danos ao patrimônio arqueológico já causados no local”.

Não há discursos citados de cientistas, tampouco a relação do fato noticiado, o embargo da obra, com questões relativas à pesquisa arqueológica. Apesar da liminar consultada pelo repórter citar o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP como órgão que informou o IPHAN, em 2008, que as obras no local iniciaram-se sem a pesquisa arqueológica prévia estipulada pela legislação federal, o jornalista não se apoiou em nenhuma fonte ligada ao museu. Observe o trecho da matéria:

Protegido por lei federal, o terreno onde foi instalado o canteiro de obras destinado a levantar uma torre comercial e construir uma praça faz parte do entorno do sítio Itaim, uma construção do século 19, hoje em ruínas, que foi tombada pelos patrimônios históricos do Estado e do município.

Ao consultar a liminar, é possível perceber os traços dela no discurso jornalístico da reportagem. Observe como esses dois fragmentos são semelhantes:

(...) o denominado Sítio Itaim, que contém a Casa do Itaim-Bibi, imóvel bandeirista é um sítio arqueológico tombado pelo CONDEPHAT e CONPRESP, órgãos estadual e municipal de patrimônio histórico.(...) o imóvel objeto desta ação configura monumento arqueológico , nos termos dos artigos 2º e 3º, ambos da Lei nº 3.924/61 (...)

Além do repórter se apoiar no documento oficial emitido por órgão federal para construir seu discurso, os discursos citados presentes no texto são de membros da construtora responsável pela obra e o jornalista opta por eles para dar voz ao outro lado da notícia, medida recomendada no manual da *Folha* e já citada no Capítulo 5.

Desse modo, o texto “Construtora afirma que projeto é legal”, box da matéria “Justiça barra obra ao lado de ruína histórica”, é construído exatamente por meio desses discursos. Assim como no capítulo 5, o lugar de onde a pessoa fala, seja uma incorporadora aqui, seja um representante do mercado imobiliário no capítulo 5, está ligado a seus interesses. Naquele texto havia um não especialista sugerindo que a licença poderia ser exigida só para bairros como o centro histórico. Nesse texto, a incorporadora fala que o projeto é legal. Essa afirmação pode ser tanto reflexo de má fé, quanto por desconhecimento da legislação federal (ou, até mesmo, do que venha a ser patrimônio arqueológico).

Observe o conteúdo do texto do box na íntegra:

A construtora Brascan informou não ter tomado conhecimento oficialmente da decisão que suspendeu as obras. Seus representantes se disseram "surpresos", pois o empreendimento "está completamente legalizado".
"Essa liminar não existe, não tem sentido", disse o diretor superintendente da Brascan, Walter Lafemina. A empresa nega que os 19 mil metros quadrados do terreno sejam alvo de preservação, mas só os 2.000 metros quadrados do Itaim.
Segundo José de Albuquerque, diretor de incorporação da Brascan, a obra começou a ser feita com toda a documentação legal e é acompanhada, disse, por órgãos da prefeitura e de preservação.
A empresa nega que a parte já executada das obras tenha prejudicado o patrimônio arqueológico do entorno do sítio Itaim.

Albuquerque diz que o levantamento do patrimônio arqueológico da área foi pedido em uma reunião com o Iphan e a Procuradoria "há cerca de dez dias", mas que não era condição para que a construção prosseguisse.

"Estávamos pesquisando se um estudo semelhante feito nos anos 80 está disponível no Museu de Arqueologia [da USP]. E, se fosse necessário, iríamos contratar um novo estudo. Era isso que estava combinado." O Ministério Público Federal nega a existência de um acordo.

Albuquerque disse que, com a inclusão da praça, esse será "um projeto com fins culturais, que irá valorizar o sítio [Itaim]".

Várias vozes são percebidas no texto: a voz do próprio jornalista, a voz da construtora Brascan, representada por seus diretores Walter Lafemina e José de Albuquerque, e a voz do Ministério Público Federal. O enunciador, o jornalista, é responsável pela situação de enunciação, mas se exime de responsabilidade quando coloca os discursos diretos em seu texto ou quando usa a modalização do discurso do outro, com os modalizadores “segundo” (José de Albuquerque) e “disse que”.

Assim como nos discursos diretos, a escolha do verbo introdutor dos discursos indiretos é “bastante significativa, pois condiciona a interpretação, dando certo direcionamento ao discurso citado” (MAINGUENEAU, 2008, p.150). O repórter usa o verbo negar para se referir ao que a empresa Brascan tem a dizer sobre o dano ao patrimônio, como pode ser visto nos dois trechos abaixo:

A empresa nega que os 19 mil metros quadrados do terreno sejam alvo de preservação, mas só os 2.000 metros quadrados do Itaim.

A empresa nega que a parte já executada das obras tenha prejudicado o patrimônio arqueológico do entorno do sítio Itaim.

Já na primeira frase do texto, quando o jornalista usa as aspas em "surpresos" e "está completamente legalizado" ele indica que essas palavras não seriam suas, mas sim dos discursos dos representantes da empresa Brascan. Authier-Revuz classifica esse tipo de recuso como uma “não-coincidência do discurso consigo mesmo” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22).

Para Authier-Revuz (2008), todo discurso é heterogêneo e a marca dessa característica é a presença de várias vozes no interior do discurso (polifonia). Essa heterogeneidade do discurso é dividida em heterogeneidade mostrada – quando traz marcas

de outros discursos – e constitutiva – quando constitui o próprio discurso, é a presença inevitável do outro, “onde jogam o interdiscurso e o inconsciente” (ZAMBONI, 1997, p.41). A heterogeneidade mostrada pode ser marcada e não-marcada. A primeira está explicitamente apontada no discurso; a segunda não pode ser visível na superfície do discurso.

A matéria “Justiça barra obra ao lado de ruína histórica” é, como todo discurso, heterogênea e compõe-se, sobretudo, da heterogeneidade mostrada não marcada, ou seja, a ausência das aspas do discurso direto. Contudo, baseia-se, somente, em apenas uma voz: a liminar do Ministério Público Federal.

No entanto, em abril de 2009, data da publicação da matéria, a Portaria 230 do IPHAN, que exige o licenciamento arqueológico para a realização de obras, independentemente de seu tamanho, como se determina no caso da construção do edifício relatado nos textos, já estava em vigor há mais de seis anos. Apesar de essa matéria ser marcada pela heterogeneidade, o repórter não usou outras fontes a não ser a liminar do Ministério Público Federal e os funcionários da construtora Brascan, para construir seu discurso.

Quando ele silencia o discurso da Portaria 230 do IPHAN ou de arqueólogos, por exemplo, “há uma declinação política na significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta do dizer. Esta é sua dimensão política” (ORLANDI, 1992, p. 55).

Outro traço de discurso heterogêneo pode ser encontrado na matéria “Construtora continua obra em ruína histórica de SP”, publicada em 07 de maio de 2009, que trata de um acordo firmado entre a construtora Brascan e o Ministério Público Federal. Algumas partes desse texto são muito parecidas com de trechos já anteriormente publicados na matéria “Justiça barra obra ao lado de ruína histórica”; há, assim, um “requeentamento” (ORLANDO, 2010, p. 08) dos discursos presentes na matéria. O primeiro dos fragmentos reproduzidos abaixo é parte da matéria “Construtora continua obra em ruína histórica de SP” e o segundo pertence à matéria “Justiça barra obra ao lado de ruína histórica”. Observe:

Protegido por lei federal por ser considerado sítio arqueológico, o terreno onde foi instalado o canteiro de obras destinado a levantar uma torre comercial e construir uma praça faz parte do entorno do sítio Itaim, construção do século 19. Atualmente em ruínas, o sítio é tombado pelos patrimônios históricos do Estado e do município.

Protegido por lei federal, o terreno onde foi instalado o canteiro de obras destinado a levantar uma torre comercial e construir uma praça faz parte do entorno do sítio Itaim, uma construção do século 19, hoje em ruínas, que foi tombada pelos patrimônios históricos do Estado e do município.

Outra voz presente nesta matéria é um texto publicado na seção “notícias” do site do Ministério Público Federal (anexo 1), no dia 06 de maio de 2009, um dia antes da matéria publicada na *Folha*. Busquei esse texto para tentar descobrir qual era a origem dos discursos presentes nesta matéria.

Lendo o texto do Ministério Público Federal é possível notar que o repórter usou vários trechos dele para construir seu discurso.

O primeiro fragmento abaixo é a reprodução de parte do texto publicado pelo Ministério Público Federal. O segundo corresponde à parte da matéria publicada pela *Folha*:

Pelo acordo, as empreendedoras se comprometem a paralisar imediatamente qualquer atividade nas áreas que não foram alteradas pela obra de engenharia, inclusive de varrição do terreno e das reformas na Casa do Itaim-Bibi, até que seja feito o programa de prospecção e salvamento arqueológico, que deve ser contratado em dez dias úteis e devidamente autorizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Esse trabalho deve ser concluído em até 90 dias.

Na área do terreno onde estão sendo feitas as fundações do empreendimento, de acordo com o compromisso firmado, estão proibidas novas escavações (leia mais abaixo), entretanto estão permitidas obras de contenção das paredes da área escavada, que são obras de segurança.

Além disso, pelo compromisso firmado, Brascan, Company e Maragogipe admitiram que fizeram movimentações de terras no local e reconhecem a necessidade de pesquisa arqueológica para que se possa, posteriormente, fazer um eventual salvamento ou preservação do sítio arqueológico. Caso as empresas descumpram qualquer termo do acordo, terão de pagar multa diária de R\$ 50 mil a ser revertida ao Fundo de Direitos Difusos.

O acordo, que precisa ser ratificado pela Justiça Federal, prevê que a empresa irá contratar estudos de "prospecção e salvamento arqueológico" (recolha de itens de valor arqueológico) em até dez dias. Esse trabalho deve ser autorizado pelo Iphan (órgão federal do patrimônio) e os resultados devem sair em até 3 meses.

A "peritagem arqueológica" (estudo do impacto já causado pelas obras ao patrimônio e estimativa do valor arqueológico do local) deve ser contratada em cinco dias, com prazo de até 4 meses para os resultados. A multa à empresa, em caso de descumprimento do acordo, é de R\$ 50 mil por dia.

As partes sublinhadas são bastante parecidas nos dois discursos; no segundo houve apenas uma adequação de trechos do primeiro para a linguagem jornalística, (Lage, 2005).

Curioso é ver como a *Folha* coloca um título incoerente com o restante da notícia. O título da matéria diz que a construtora continua obra, mas nem no texto do Ministério Público Federal, nem mesmo no próprio texto da *Folha* esse título é explicado, não há qualquer menção sobre a continuação da obra: não há discursos citados ou relatos do repórter que dizem isso. Esses recursos poderiam explicar o título “Construtora continua obra em ruína histórica de SP”, já que são utilizados no discurso jornalístico para atribuir à imprensa um papel de “transmissora do real”, (GRILLO, 2004, p.111).

A explicação para a ausência desses recursos que comprovariam a informação dada no título pode ser porque o título “é um enunciado produzido posteriormente ao artigo que ele introduz, ele é frequentemente da responsabilidade de um redator diferente daquele que escreveu o artigo” (GRILLO, 2004, p.98). Ou, ainda, o fato de que os títulos “desempenham a função básica de informação do jornal, pois eles são, em muitos casos, o único enunciado que o leitor lê sobre a maioria dos assuntos” (GRILLO, 2004, p.98).

O que não foi notícia

Segundo a legislação nacional, por ter impactado um sítio arqueológico – de maneira definitiva, em alguns aspectos –, a construtora responsável pelo empreendimento deve financiar medidas compensatórias proporcionais à destruição que promoveu. A empresa Zanettini Arqueologia, contratada pela construtora para realizar as pesquisas arqueológicas em 2009, sugeriu, em seu “Programa Arqueológico do sítio Casa Bandeirista do Itaim Bibi”, “o desenvolvimento de ações voltadas à socialização e extroversão dos resultados” (ZANETTINI, 2009, p. 215) obtidos com a pesquisa arqueológica realizada na área. Essas ações compreendiam um “Programa de Educação Patrimonial” e a musealização dos bens arqueológicos presentes naquele terreno.

No entanto, o Ministério Público decidiu que, visando à reparação do dano ao patrimônio no terreno da casa bandeirista, as responsáveis pela obra financiarão o “Parque

de Museus”, localizado na Universidade de São Paulo, que englobará, entre outros, o novo prédio do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, um dos principais centros de pesquisa e ensino de Arqueologia do Brasil.

O que foi acordado nesse termo de compromisso, entretanto, não foi noticiado pela *Folha*, apesar desse acordo ter sido publicado (anexo 3) pela fonte que a *Folha* usou para construir os discursos das outras notícias sobre o sítio Itaim, ou seja, o site do Ministério Público Federal. Cabe dizer que a informação sobre o acordo que não saiu na *Folha* foi publicada pelo jornal concorrente, *O Estado de S. Paulo*, com o título “USP e construtoras assinam acordo para reparar dano ao patrimônio”. A matéria publicada pelo *Estado*, em 26 de novembro de 2010, também tem indícios da voz da matéria do Ministério Público Federal em seu discurso.

Considerações

Surpreendentemente, nenhuma matéria desse grupo se encaixa na definição de uma matéria de divulgação científica, ou seja a “textualização jornalística do discurso científico” (ORLANDI, 2008, p.151). Apesar de tratar de um assunto diretamente relacionado a pesquisas científicas na área de arqueologia, as matérias apenas dão voz aos aspectos legais do assunto, já que foram construídas apenas baseadas em uma liminar, e na força que ela tem, que proibia a continuação da obra na área do sítio arqueológico.

Não há discursos citados de cientistas, não há relação do fato, o embargo da obra, com questões relativas à pesquisa arqueológica, mesmo considerando-se que a destruição do sítio arqueológico não seria notícia se a área não tivesse sido pesquisada antes e definida como um sítio arqueológico.

A *Folha* noticiou a destruição do sítio e o embargo da obra, todavia, não noticiou o que foi feito para mitigar o impacto causado ao bem cultural. O Ministério Público, principal fonte utilizada pela *Folha* para construir os discursos jornalísticos desse grupo de matérias do *corpus*, decidiu que, visando à reparação do dano ao patrimônio no terreno da Casa Bandeirista, as responsáveis pela obra financiarão o “Parque de Museus”, localizado na Universidade de São Paulo, que englobará, entre outros, o novo prédio do

Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), um dos principais centros de pesquisa e ensino de Arqueologia do Brasil.

Essa medida acaba provocando uma discussão arqueológica que poderia ter sido abordada pela *Folha*: o fato de um sítio arqueológico histórico ter gerado o novo prédio do MAE. Cabe a indagação se a nova exposição permanente do novo museu contemplará a Arqueologia Histórica, diferentemente do que ocorre na atual exposição, onde só são expostas peças que remetem à arqueologia pré-colonial.

Capítulo 7

ARQUEOLOGIA ACADÊMICA: AMAZÔNIA

Na ânsia de novidades, será que a imprensa simplesmente não repete os mesmos enredos? E os personagens que povoam as páginas dos periódicos não têm as mesmas características? (...) ao trabalhar com a periodicidade, o jornalismo não estaria, na verdade, nos aprisionando em uma eterna repetição do presente?

Felipe Pena

Pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia, em conjunto com aquelas realizadas em Minas Gerais, no município de Lagoa Santa, desatacaram-se quantitativamente no levantamento apresentado no Capítulo 3, quando olhamos as matérias sobre pesquisas realizadas sob cunho acadêmico. No entanto, as matérias sobre pesquisas desenvolvidas na Amazônia apareceram publicadas na *Folha* de forma mais constante, no decorrer dos anos, do que aquelas que tratam de pesquisas realizadas em Lagoa Santa – MG.

Além disso, a Floresta Amazônica é um assunto que é destaque na imprensa nacional e internacional, assim como a discussão a respeito da sua ocupação e da antiguidade das sociedades ali presentes, assim como observado por Morais (2009).

Em relação ao assunto “ocupação da Amazônia”, quando atentamos apenas para os textos publicados a respeito de pesquisas desenvolvidas nos estados do Pará e do Amazonas, bastante ocupados pela floresta, é possível notar que das 29 matérias publicadas para esses estados, no período, cerca de 75% tratam de pesquisas acadêmicas, sendo mais da metade delas (15) sobre a ocupação da Floresta Amazônica.

Ao ler as matérias, não mais nos restringindo aos estados, observando se no decorrer do texto o assunto acaba sendo “ocupação da Amazônia”, temos 19 matérias selecionadas, onde apenas duas foram geradas a partir de pesquisas para o licenciamento de obras: “Obra revela urnas milenares em Manaus”, de 08/08/2003, e “Pajés do AM já protestam contra escavação de urnas de 1.300 anos”, de 29/08/2003, ambas sobre a mesma pesquisa.

No entanto, diferentemente das matérias descritas no Capítulo 6, essas duas, que são relativas a pesquisas realizadas no âmbito do licenciamento de obras, podem ser consideradas matérias de divulgação científica: foram publicadas no caderno Ciência e possuem como fontes cientistas, ou seja, os textos são formulações discursivas feitas a partir do discurso científico (ZAMBONI, 1997).

Na verdade, essas características são o que chamam atenção em todas as matérias desse grupo. Trata-se do único grupo analisado cujos traços de textos de divulgação científica são predominantes, sendo relevante, sobretudo, a questão do lugar onde as matérias foram publicadas: apenas uma delas não foi encontrada no caderno

Ciência. Portanto, inicialmente observando essas características, é possível apontar que a Arqueologia na Amazônia, para a *Folha*, é ciência, mesmo sendo feita para licenciar uma obra.

Assim, excluindo as duas matérias de Arqueologia preventiva, a Tabela 8, abaixo, contém a seleção dos 17 textos sobre pesquisas acadêmicas realizadas na Amazônia.

Tabela 8 - Matérias sobre Arqueologia acadêmica – Ocupação da Amazônia.

Título	Data	Onde foi publicada?
Urna funerária pode ter até 2.000 anos	27/05/2000	Caderno Ciência
Equipe descobre túmulo coletivo no AM	07/08/2001	Caderno Ciência
Civilização do Xingu tinha estradas e pontes	19/09/2003	Caderno Ciência
Estudo questiona "império" das amazonas	05/09/2005	Caderno Ciência
Amazônia antiga viu efervescência econômica	21/06/2005	Caderno Ilustrada
Americana tem nova tese sobre 'amazonas'	03/01/2006	Caderno Ciência
Sítios pré-históricos sequestram carbono	21/02/2006	Caderno Ciência
A floresta dos homens	24/08/2006	Caderno Ciência
Caboclo da Amazônia está no limiar da subnutrição	27/11/2006	Caderno Ciência
Arqueologia de fundo de quintal	11/02/2007	Caderno Ciência
Geoglifos se multiplicam no Acre, dizem cientistas	02/07/2007	Caderno Ciência
Estudo vê "urbanismo" antigo no Xingu	29/08/2008	Caderno Ciência
Arte engajada	15/03/2009	Caderno Ciência
Povos antigos não fizeram aterros no Pará, diz grupo	19/10/2009	Caderno Ciência
Acre teve sociedade indígena complexa	10/01/2010	Caderno Ciência
Arqueólogos acham 300 geoglifos no Acre	24/07/2010	Caderno Ciência
Seca no AM revela gravuras milenares	17/11/2010	Caderno Ciência

A Amazônia habitada: a antecipação, o cenário e a força dos discursos

A discussão levantada nos textos selecionados geralmente recai sobre a questão da ocupação da Amazônia e a antiguidade dessas civilizações. Os jornalistas acabam recorrendo ao mecanismo de antecipação: eles partem da ideia que os leitores teriam da falta de condições de grandes populações desenvolverem-se no interior da floresta na pré-história. A partir desse conceito imaginado pelos autores das matérias, eles fundam estratégias de discurso, ou seja, “em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antecipação do ‘imaginário’ do outro,

fundar estratégias de discurso” (BRANDÃO, 1995, p. 36) sobre as pesquisas arqueológicas realizadas na região.

Muitas vezes, os repórteres abordam o aspecto antigo e grandioso dessas civilizações, promovendo uma associação fantasiosa dos leitores entre o mundo de hoje e o mundo antigo, assim como também observou Benz e Liedmeier (2007) em estudo realizado sobre a divulgação da Arqueologia na imprensa escrita alemã.

À parte da oportunidade de se conectar com o sentimento do leitor e seu imaginário, é também uma associação que é comumente vista como um aspecto típico das sociedades antigas.[...] Em todos os jornais e revistas, as associações ‘poder-riqueza’, ‘luxo-ouro’, ‘guerra-catástrofe’ são comuns. Essas associações dão a impressão de poder tocar a história do mundo e oferecem a oportunidade de ligar nosso mundo moderno com os prósperos impérios de antigamente³⁸ (BENZ & LIEDMEIER, 2007, p. 166).

No que diz respeito ao aspecto antigo, é comum encontrar nos textos da *Folha* destaques quanto à idade dos objetos encontrados. Como nos títulos “Urna pode ter até 2.000 anos” e “Seca no AM revela gravuras milenares”.

Sobre as tentativas de vincular nosso mundo moderno com antigos impérios prósperos (BENZ & LIEDMEIER, 2007, p. 166), observe o trecho abaixo extraído da matéria “Civilização do Xingu tinha estradas e pontes”, de 19/09/2003:

Um artigo publicado hoje na revista americana "Science" (www.sciencemag.org) deve ajudar a abalar mais um pouco a idéia de uma Amazônia intocada e habitada por tribos pequenas, isoladas, igualitárias e móveis na época do Descobrimento.

Além da questão da *Folha* se apoiar na força do discurso científico, por ele ser veiculado na revista *Science*, de renome internacional, a matéria supõe que o leitor teria uma ideia de que a Amazônia não seria um lugar apropriado a abrigar grandes civilizações

³⁸ Aside from opportunity to connect with the reader’s feelings and fantasies, it is also an association that is commonly viewed as a typical aspect of ancient societies.[...]. In all the newspapers and magazines, the associations ‘power-riches’, ‘luxury-gold’, ‘war-catastrophe’, were commonly. These associations give the impression of touching world history and offer an opportunity to link our modern world with ancient prosperous empires

não nômades. Ele parte desse conceito de povos que supostamente não teriam habitado a Amazônia de maneira organizada para mostrar que a pesquisa relatada prova o contrário.

Esse efeito de sentido também é garantido pelo próprio título do texto, que associa o fato de uma população ter estradas e pontes à característica dela ser uma “sociedade complexa³⁹”.

A mesma pesquisa foi tema da matéria “Estudo vê ‘urbanismo’ antigo no Xingu”, publicada em 29/08/2008. Da mesma maneira que o texto antecessor, esse também se apóia na memória-histórica (ORLANDI, 2008) acerca da suposta falta de possibilidade de um grande número de pessoas viver de forma organizada e fixa no interior da floresta em tempos passados. Nesta matéria, o jornalista compara o modo de vida dessas populações a cidades gregas da Antiguidade, antecipando que assim, os leitores entenderiam melhor o que ele diz, pois já teriam noção de como eram as cidades gregas. Observe:

Um grupo de pesquisadores do Brasil e dos EUA acaba de desferir uma bordunada na idéia de que a Amazônia précabralina era habitada pelos proverbiais índios pelados morando no mato. Pelados, talvez. Mas, pelo menos no alto Xingu, afirmam os cientistas, eles moravam em cidades. Um artigo publicado hoje no periódico "Science" sustenta que, entre os anos 1200 e 1600, a sociedade xinguanas desenvolveu um tipo de urbanismo pré-histórico, comparável a algumas "pólis" gregas.
--

A memória também acaba sendo importante na medida em que ela é utilizada pelos repórteres para acionar dois aspectos: a comparação das sociedades complexas da Amazônia com as grandes civilizações da Antiguidade (Grécia e Mesopotâmia) e a crença de que na Amazônia só teriam existido pequenas tribos nômades.

O cenário que envolve as pesquisas realizadas na Amazônia também é parte das condições de produção dos discursos jornalísticos sobre elas. Isso porque há duas teses de ocupação da Amazônia: a primeira defende que a região sempre foi ocupada por pequenas aldeias que se mudavam de tempos em tempos, não sendo sociedades complexas. Já a segunda corresponde a correntes de pensamentos, iniciadas na década de 1990, que

³⁹ Velho (1987) define sociedade complexa como “uma sociedade na qual a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam *categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica*, sejam classes sociais, estratos, castas. [...] A noção de complexidade traz também a ideia de uma *heterogeneidade cultural* que deve ser entendida como coexistências, harmoniosas ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, entre outras. (VELHO, 1987, p.16).

acreditam ser possível afirmar que a floresta abrigou grandes populações organizadas e fixas.

É a primeira tese desse cenário que, na matéria “Civilização do Xingu tinha estradas e pontes”, o jornalista tentou retratar. Observe:

A monumentalidade das aldeias e estradas vai contra a hipótese de que, em geral, as sociedades amazônicas eram, na época do descobrimento, pequenas, dispersas, isoladas, móveis e igualitárias. Esse é um resumo das idéias de Betty Meggers - um dos nomes mais influentes da antropologia nos Estados Unidos - no livro "Amazônia - A Ilusão de um Paraíso" (Itatiaia/Edusp, 1987).

O leitor da *Folha* consegue ter uma pequena visão a respeito desse cenário envolvendo duas teses contrárias, por meio da reportagem “Estudo questiona império das Amazonas”, de 05/09/2005. Observe:

O surgimento da complexidade social na Amazônia pré-cabralina é um dos assuntos mais quentes – e espinhosos – da arqueologia brasileira. Se por um lado é inegável que culturas elaboradas se desenvolveram na região entre os séculos 4º e 16, como atestam as cerâmicas de Santarém e da ilha de Marajó, dois grandes modelos competem para explicá-las. O primeiro foi proposto a partir da década de 1950 pela arqueóloga norte-americana Betty Meggers, da Smithsonian Institution. Meggers vê a Amazônia como um "paraíso ilusório", um ambiente pobre e incapaz de suportar agricultura intensiva e grandes populações sedentárias. Portanto, as sociedades complexas teriam sido efêmeras, um resultado de migrações fracassadas dos Andes. A partir da década de 1980, uma outra americana, Anna Roosevelt, do Field Museum de Chicago, começou a escavar na ilha de Marajó e na Venezuela e propôs o modelo oposto: a floresta tropical teve, sim, populações grandes e densas. Mais do que isso: a cerâmica foi uma inovação amazônica, provavelmente "exportada" mais tarde para os Andes. Roosevelt interpretou o registro arqueológico de sociedades como a marajoara e a tapajônica como verdadeiras cidades, dentro de estruturas políticas chamadas cacicados ou chefaturas – um intermediário entre a tribo e o Estado.

O autor da matéria situa o leitor a respeito da existência de dois modelos para a ocupação da Amazônia para poder explicar, mais adiante, que a pesquisadora brasileira Denise Gomes optou por testá-los. No trecho reproduzido acima também é possível notar como o autor legitima os discursos das pesquisadoras Betty Meggers e Anna Roosevelt, por meio da credibilidade que teriam as instituições às quais ambas pertencem, *Smithsonian Institution* e *Field Museum de Chicago*, respectivamente, mesmo que, provavelmente, os leitores não façam a menor ideia do que seriam as instituições e se realmente seriam dignas de confiabilidade.

Apoiar-se na força dos discursos citados por fontes ligadas a instituições de pesquisa de renome foi um recurso usado em todas as matérias pertencentes a esse grupo. A máxima confiabilidade das fontes, do ponto de vista do jornal (FOLHA, 2010), também teria sido garantida, pois elas eram cientistas que tinham autoridade para falar do assunto e não tinham aparente interesse com a divulgação das pesquisas (FOLHA, 2010).

Assim, essas matérias contribuem com a atribuição de espelho do real ao discurso jornalístico (Grillo, 2004), quando se apoiam no discurso de cientistas e na força de suas instituições, pois

o discurso da ciência desfruta de um aspecto socialmente privilegiado, dada sua representação como discurso da verdade, de uma fala incontestável. Tal fato acarreta desigualdade na atribuição de valor social aos discursos, de modo que alguns gozam de maior valor simbólico do que outros (ZAMBONI, 1997, p.101)

A força de discursos diretos e indiretos de cientistas foi amplamente utilizada. Observe, abaixo, reprodução de discursos indiretos:

Segundo o arqueólogo Eduardo Góes Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, as urnas são semelhantes a outras já datadas, de 1.300 anos atrás. O solo onde as urnas foram encontradas é formado por terra preta, sedimento rico em matéria orgânica que evidencia a presença humana em larga escala.

(...) o estudo da arte rupestre na floresta, segundo pesquisas ainda inéditas da arqueóloga Edithe Pereira, do Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém (PA), pode mudar de forma contundente esse cenário arqueológico.

E algumas das principais evidências em favor disso estão justamente na ilha de Marajó, no Pará, foz do rio Amazonas. As elaboradas cerâmicas coloridas marajoaras, que vão de urnas funerárias a tangas de barro, são conhecidas desde o século 19.

E escavações feitas na ilha a partir dos anos 1980, sobretudo pela arqueóloga americana Anna Roosevelt, (então no Museu Field, da Universidade de Chicago), ligaram a produção dessas cerâmicas à construção dos tesos, estruturas de até 90 hectares de área por 20 metros de altura no meio da planície alagável.

Segundo Roosevelt, os tesos foram erguidos por uma sociedade de ceramistas que habitou Marajó e que teve seu apogeu entre os anos 500 e 1500. Eles serviriam de base para as aldeias (já que a região onde se encontram alaga durante metade do ano) e de cemitério.

Os dados mais recentes sobre os geoglifos estão em artigo na última edição da revista científica "Antiquity", assinado por Denise Schaan, da Universidade Federal do Pará, Alceu Ranzi, da Universidade Federal do Acre, e Martti Pärssinen, do Instituto Iberoamericano da Finlândia. Por enquanto, a equipe conseguiu datar os restos de carvão em apenas um dos sítios arqueológicos, cuja existência parece recuar ao ano 1200 ou 1300 da Era Cristã. O período bate com outros complexos semelhantes da Amazônia pré-colombiana, como os da região do Xingu.

Um estudo de cientistas da UFPA (Universidade Federal do Pará), da Ufac (Universidade Federal do Acre) e de uma instituição da Finlândia constatou que as construções têm por volta de 1.300 anos. Algumas começaram a ser construídas há 2.000 anos, dizem os arqueólogos.

Nas quatro reproduções acima de discursos indiretos, a força dos discursos está garantida, pois os repórteres associaram as fontes a termos como “arqueólogo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP”, “arqueóloga do Museu Paraense Emílio Goeldi”, “arqueóloga americana (...) no Museu Field, da Universidade de Chicago”, “Universidade Federal do Pará, (...) Universidade Federal do Acre e (...) Instituto Iberoamericano da Finlândia”. Todas as fontes representadas nesses discursos indiretos são cientistas ligados a instituições de renome, nacional ou internacional, geralmente universidades públicas.

No caso dos discursos diretos, o uso da força atribuída à instituição de onde o entrevistado fala também foi amplamente utilizado. Observe os seguintes fragmentos:

"A realização da obra depende de ferramentas, pois o solo é muito duro, e até agora a gente não encontrou nada. Eles não tinham coisas de metal. Isso a gente sabe. Eles usavam pás de madeira", disse Denise Schaan, da UFPA.

"O estudo dos rituais intertribais reforça a ideia de uma sociedade híbrida e hierarquizada ao longo do processo de formação da cultura xinguana", diz outro autor, o antropólogo Carlos Fausto, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional (RJ).

"É um troço que não deveria estar lá, na verdade", resume William Woods, da Universidade do Kansas (EUA).

"Falar em urbanismo tem um caráter provocador", admite o antropólogo Carlos Fausto, do Museu Nacional. Ele é um dos líderes da pesquisa, ao lado da lingüista Bruna Franchetto, da mesma instituição, e do arqueólogo americano Michael Heckenberger, da Universidade da Flórida. "Não era, claro, como a Mesopotâmia, mas existe uma sistemática, como se houvesse uma planificação", continua. "Não são aldeias perdidas na floresta."

Quando os repórteres relacionam os discursos diretos a cientistas pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPA), ao Museu Nacional, à Universidade do Kansas e à Universidade da Flórida ele aproveita o prestígio dessas instituições para dar força a seu próprio discurso, à matéria jornalística.

As palavras ditas acima pelos entrevistados também estão inseridas no interior de uma escolha, que poderia ser outra(s), mas que também se adéqua à memória que os leigos têm sobre tanto as cidades das civilizações antigas (Grécia e Mesopotâmia), como

aos modelos de civilizações encontradas na Floresta Amazônica, frequentemente ligado a pequenas aldeias perdidas na floresta. Essas escolhas das palavras acabam sendo inevitáveis pois

imperativo de todo discurso (...) fazer-se no interior de outros discursos. Essa perspectiva é assumida pela análise do discurso, que concebe discurso como produto do interdiscurso, fazendo-o remeter, então, a outros discursos já enunciados e por enunciar, de tal maneira que a produção do sentido se realiza no e pelo interdiscurso (ZAMBONI, 1997, p.113)

Nos trechos transcritos acima, acaba também sendo notável que todas as vozes são da nova corrente que acredita existência de sociedades complexas na Amazônia antiga, sendo que, da corrente que acredita na “Ilusão do paraíso”, há apenas a citação do livro da pesquisadora Beth Meggers.

Considerações

Os textos publicados na *Folha* sobre as pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia são matérias de divulgação científica da Arqueologia, segundo a definição de Funari (2003). As fontes presentes no discurso são, sobretudo, universidades e pesquisadores pertencentes a elas, o que sugere que, para o jornal, as pessoas capacitadas para falar de Arqueologia na Amazônia são arqueólogos.

A antiguidade e o tipo das descobertas arqueológicas são usados para despertar o interesse do leitor por meio de discursos que remetem à realidade de antigas habitações na floresta ao modo de vida atual dos leitores.

A memória do que o senso comum tem sobre as cidades da antiguidade grega e mesopotâmia, sua organização, lembrada por meio de discursos citados das fontes, também acaba direcionando os repórteres para a construção dos sentidos a respeito de descobertas arqueológicas na Amazônia. Esse conceito de cidade de acordo com as civilizações da Grécia e Mesopotâmia acaba sendo usado como referência para os leitores

relacionem-nas às novas descobertas arqueológicas, sendo desconstruídas as memórias de Amazônia habitada por pequenas aldeias nômades e não complexas.

Capítulo 8

ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA OU CAÇA AO TESOURO?

É preciso que deixemos claro que existe uma nítida diferença entre “recuperação” de objetos e Arqueologia.

Gilson Rambelli

Primeiramente, cabe dizer que me estenderei um pouco mais neste capítulo, pois se trata de um caso a parte da Arqueologia brasileira. Julguei necessário, então, explicar um pouco da história da Arqueologia subaquática e as leis às quais essa ciência se submete no Brasil, pois elas fazem parte das condições de produção do discurso jornalístico analisado. O intuito foi contextualizar o leitor com a realidade particular da Arqueologia subaquática para, depois, passar às análises das matérias sobre essa área.

A Arqueologia feita embaixo d'água

É imprescindível ressaltar que quando falamos em Arqueologia subaquática, não há mudança da ciência em questão. É Arqueologia. A diferença é que objeto de estudo da Arqueologia subaquática é a cultura material que se encontra submersa tanto em “águas interiores de caráter não marítimo” (UNESCO, 2002, p. 25), ou seja, em rios, lagos, represas, quanto em águas marítimas ou oceânicas (CEANS, 2003).

A primeira pesquisa em Arqueologia subaquática científica, na década de 1960, ocorreu sob o comando do arqueólogo norte-americano George F. Bass e sua equipe, realizada em frente à ilha de *Yassi Ada*, na costa ocidental da Turquia. Esse trabalho constituiu um dos pontos de partida e de consolidação da Arqueologia subaquática (RAMBELLI, 2002). O pioneiro na Arqueologia subaquática científica brasileira Gilson Rambelli resalta:

(...) foi o fato de os arqueólogos mergulharem que propiciou finalmente o estabelecimento de uma distinção nítida entre a atividade aventureira e a pesquisa científica, pois permitiu o desenvolvimento e/ou adaptação de inúmeros métodos e técnicas, garantindo às pesquisas subaquáticas o mesmo rigor científico das pesquisas arqueológicas terrestres (RAMBELLI, 2002, p.30).

O Brasil entra oficialmente no cenário internacional da Arqueologia subaquática científica em 1993, graças à atitude de arqueólogos que aprenderam a mergulhar, com o objetivo explícito de fazer Arqueologia embaixo d'água com a mesma seriedade que se faz em superfície. No mundo acadêmico, isso se deu por meio de um

projeto de mestrado⁴⁰, desenvolvido no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e por meio de uma mesa-redonda realizada, em setembro de 1993, na VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB, em João Pessoa (RAMBELLI, 2002).

A ideia foi introduzir, com urgência, a Arqueologia subaquática no Brasil, pois se via e se compreendia a necessidade de que esse universo composto pelos mais diferentes sítios arqueológicos fosse, o mais rápido possível, incorporado pela Arqueologia brasileira, pois o que separava os arqueólogos brasileiros da cultura material subaquática, até aquele momento, era simplesmente o desconhecimento de um tema com particularidades específicas (RAMBELLI, 2002).

Desde então, esta distância conceitual entre a Arqueologia brasileira e a Arqueologia subaquática vem diminuindo pouco a pouco, com o passar dos anos, na medida em que os trabalhos foram se tornando conhecidos, frequentes e eficazes. Isso pode ser percebido por meio dos trabalhos relacionados ao tema apresentados durante os congressos bienais da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Alves (2011) traçou a trajetória desses trabalhos:

Após o início das discussões em 1993, os trabalhos de Arqueologia subaquática ocorreram nos encontros subsequentes, mesmo que timidamente. No congresso realizado em São Paulo, em 2003, o número de trabalhos apresentados foi bastante expressivo em relação aos eventos anteriores realizados pela Sociedade de Arqueologia Brasileira e trouxe para a edição do XII Congresso, oito trabalhos. Observamos que para o ano seguinte houve uma queda no número de apresentações, [...], todavia, em 2005 aconteceu dentro do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, o *I Simpósio Internacional de Arqueologia subaquática* que reuniu pesquisadores brasileiros e estrangeiros, para apresentações de trabalhos e discussões a respeito das pesquisas realizadas no âmbito da Arqueologia subaquática. (ALVES, 2011)

⁴⁰ RAMBELLI, Gilson. A Arqueologia subaquática e sua aplicação à Arqueologia brasileira: o exemplo do baixo vale do Ribeira de Iguape. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 1998.

Esse quadro permite afirmar, hoje, que o Brasil possui Arqueologia subaquática científica reconhecida e respeitada nacional e internacionalmente pela comunidade científica.

Entretanto, tal visão talvez ainda não esteja tão presente quando saímos do meio científico. Segundo Rambelli, o senso comum ainda classifica a Arqueologia subaquática como uma forma de ilustrar a História trágico-marítima com peças em museus, ou de enriquecer, ou de conquistar troféus. A ênfase está nas peças, em detrimento às histórias que elas contam, assim como foi observado no capítulo 4. Para Rambelli, no Brasil as pessoas ainda desconhecem o valor cultural dos bens submersos e acabam tratando a sua exploração comercial em benefício de poucos – a chamada caça ao tesouro – em detrimento dos interesses da maioria.

Infelizmente, a tendência da exploração do patrimônio arqueológico sem esses objetivos científicos e sem os princípios metodológicos da Arqueologia impera no Brasil e com alguns agravantes, entre eles, a mídia, despreparada para a divulgação do conhecimento científico, torna-se complacente a esse quadro ao divulgar ‘projetos’ que, lamentavelmente, se intitulam como empreendimentos de Arqueologia subaquática (RAMBELLI, 2004).

Cabe dizer, como poderá ser visto mais adiante nas matérias da *Folha*, que não há apenas um despreparo da mídia para a divulgação do conhecimento científico. Há condições de produção que acabam gerando a divulgação de matérias cujo assunto, segundo a *Folha*, é Arqueologia subaquática, mas essa definição nem sempre coincide com aquela de Rambelli (2002).

A explicação para o desconhecimento do valor cultural dos bens submersos e uma aparente normalidade quanto à exploração comercial em benefício de poucos pode estar na origem da Arqueologia subaquática que, assim como a Arqueologia “terrestre”, “foi iniciada por aventureiros e colecionistas” (RAMBELLI, 2002, p.17).

No mar, o início das explorações utilizando o mergulho visava à coleta de alimentos, de esponjas e também ao resgate de artefatos perdidos em naufrágios. (RAMBELLI, 2002). Esse trabalho de resgate realizado por mergulhadores sempre foi muito bem remunerado. Na antiguidade, por exemplo, a Lei de Rodas, de mais de dois mil

anos atrás, descreve as recompensas que deveriam ser dadas aos mergulhadores de acordo com a dificuldade de seu trabalho – quanto mais profundo estivesse o artefato, maior seria a recompensa (RAMBELLI, 2002). Para Rambelli, essa tradição de resgate do que foi perdido no mar é o “embrião da relação existente entre a aventura subaquática e a exploração de bens arqueológicos” (RAMBELLI, 2002, p.25).

Hoje, a caça ao tesouro apoia-se nessa tradição milenar, visando somente ao lucro financeiro, sendo que “seus métodos e técnicas obedecem apenas a esses pressupostos” (CEANS, 2003, p.4), práticas totalmente contraditórias à Arqueologia subaquática, ciência que:

segue rigorosamente os mesmos princípios da Arqueologia, utiliza os mesmos conceitos e terminologias, e emprega os mesmos métodos e técnicas. Tem como princípios metodológicos o registro sistemático do contexto arqueológico e a interpretação dessas informações. (...) Dos seus pressupostos exclusivamente científicos faz surgir uma ética antipredadora e protecionista, uma vez que o fundamento da sua atividade é a produção do conhecimento científico e sua difusão, visando ao bem estar social, geral e à diversidade cultural, não o lucro (Ibid., 2003, p.4).

A caça ao tesouro frequentemente se justifica baseando-se também na dificuldade de acesso das pessoas ao patrimônio cultural que está submerso. Algumas empresas apenas utilizam “pressupostos histórico-arqueológicos, (a partir) dos quais acabam criando uma mistificação sobre a qualidade de suas obras, confundindo Ciência e Divulgação com entretenimento” (CEANS, 2003, p.5). Outras empresas até contratam arqueólogos para supervisionarem o simples resgate de peças submersas, fazendo com que, dessa forma, o profissional contrarie o código de ética da Arqueologia. Ora, a prática do mergulho hoje em dia está bem acessível, e existem experiências bem sucedidas em sítios arqueológicos submersos musealizados, como por exemplo, os destroços do navio *L’Ocean*, em Algarve, costa sul de Portugal, que desmistificam a necessidade de resgatar o patrimônio cultural subaquático para exposição em museus, pois, além disso, de acordo com a UNESCO,

uma vez fora da água, objetos extraídos dos sítios arqueológicos subaquáticos são privados de seu contexto histórico e podem perder parte do seu significado. Portanto, várias iniciativas recentes procuram oferecer aos visitantes experiências *in situ*. Elas incluem trilhas, mergulho, passeios de submarinos para não-mergulhadores e a construção de museus subaquáticos⁴¹.

Porém, a partir da proposta de trazer o patrimônio a todos, a caça ao tesouro, ou empreitadas de resgate de peças disfarçadas de pesquisas, consegue justificar outra prática: a venda do patrimônio. Pois, segundo os praticantes, para financiar a “pesquisa”, algumas peças devem ser comercializadas. Entretanto, “cabe ressaltar que não se conhece um único exemplo (...) em que a caça ao tesouro moderna tenha sido a contrapartida para o financiamento da Arqueologia subaquática e da defesa do patrimônio arqueológico subaquático” (CEANS, 2003, p.8). Mas, pensando friamente, será possível atribuir valor monetário a bens culturais?

O arqueólogo Felipe Castro⁴² define as características e as práticas dos caçadores de tesouros. Para esse autor, eles podem ser divididos em três grupos. O primeiro é formado por exploradores que agem, quase sempre, ilegalmente, na clandestinidade. São “silenciosos e eficazes” e vendem seus achados discretamente. E vão além:

quando os navios pilhados se encontram em águas territoriais, e há perigo de os governos locais atuarem e apreenderem as coleções antes de elas serem dispersas por venda, é comum destruírem os restos arqueológicos depois de pilhados (CASTRO, 2005).

O segundo grupo, de acordo ele, é mais amador, numeroso:

São esses caçadores de tesouros que periodicamente aparecem nas revistas de mergulho à procura dos navios de Cristóvão Colombo com videntes e equipamentos obscuros, cheios de esperanças de enriquecer, e sempre tristemente longe das rotas do conhecido navegador. Falhando sistematicamente nos seus propósitos de enriquecer com a caça aos tesouros, esta atividade está presentemente em franco declínio nos EUA, por pura exaustão (CASTRO, 2005).

⁴¹ “Museus Submersos”, Unesco, disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/culture/themes/underwater-cultural-heritage/the-heritage/sites-and-museums/museums-and-tourism/> Acessado em 17/07/2011.

⁴² Do Institute of Nautical Archaeology da Texas A&M University.

O terceiro grupo, segundo Castro, não é mais sofisticado que o segundo:

É este terceiro grupo que alberga as personalidades que eu considero os mais perigosos, talvez porque os tenho encontrado no meu caminho com mais frequência, e talvez porque, como arqueólogo, sou especialmente sensível ao tom superficial com que esta gente justifica o roubo puro e simples do patrimônio dos países pobres e a destruição irreversível de um patrimônio que é da Humanidade. E sou particularmente sensível à hipocrisia dos sem-vergonha que tratam das relações públicas destas empresas. Acho que os trabalhos sujos se deveriam fazer de maneira suja. Não há roubo que não seja violento, e o modo de operar destas empresas, em recepções com champanhe, aristocratas, políticos e discursos sobre o patrimônio, é um exemplo de hipocrisia insuportável (CASTRO, 2005).

O Brasil e a Convenção da UNESCO

Outro ponto a se expor é que a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, adotada durante a 31ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, em novembro de 2001, recomenda, no parágrafo 5 de seu 2º artigo, que “a preservação *in situ* do patrimônio cultural subaquático será considerada como a primeira opção antes de se autorizar ou iniciar qualquer atividade dirigida a este patrimônio⁴³” (UNESCO, 2002, p. 20).

Nesse sentido, os diferentes grupos que praticam a caça ao tesouro, definidos por Castro, atuam em todo o mundo em desacordo com o texto da Convenção. Mas no Brasil, eles ainda têm o respaldo da Lei Federal 10.166/00, sancionada em 27 de dezembro de 2000, que dá brechas e permite a comercialização do patrimônio, estabelecendo valor de mercado para bens culturais e recompensas aos exploradores, sendo a legislação brasileira contrária a já citada Convenção que, na norma 2 de seu anexo, institui que:

a exploração comercial do patrimônio cultural subaquático para fins de transação, especulação ou a sua irreversível dispersão é fundamentalmente incompatível com a sua proteção e adequada gestão. O patrimônio cultural

⁴³ “La preservación in situ del patrimonio cultural subacuático deberá considerarse la opción prioritaria antes de autorizar o emprender actividades dirigidas a ese patrimonio”.

subaquático não deverá ser negociado, comprado ou trocado como bem de natureza comercial⁴⁴ (UNESCO, 2010, p. 27).

A arqueóloga Sandra Nami Amenomori, analista pericial em Arqueologia do Ministério Público Federal, compara a lei em vigor no Brasil para os sítios emersos e para aqueles submersos:

O problema dessa reflexão no contexto brasileiro é que existem dois tipos de exigências e procedimentos para as pesquisas em sítios arqueológicos. Uma para o sítio terrestre, que segue os critérios nacionais e internacionais (sob responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN); e outra para o submerso (sob responsabilidade da Marinha do Brasil). A Lei Federal 10.166/00, que tem sua aplicação prática respaldada pela Norma de Autoridade Marítima 10 (NORMAN 10), não exige procedimentos arqueológicos para a investigação dos sítios arqueológicos submersos. Somente depois de retirados é os que artefatos receberão - ou não - o status arqueológico, por uma comissão. A legislação considera a Arqueologia subaquática como uma técnica de retirar objetos do fundo do mar para ilustrar museus públicos e privados, porque permite a exploração comercial desses bens. É considerado bem arqueológico subaquático, segundo a UNESCO, qualquer traço de existência humana de caráter cultural, histórico ou arqueológico, que tenha estado parcial ou totalmente debaixo d'água, periódica ou continuamente, durante pelo menos 100 anos. Para os arqueólogos, a exigência dos juristas para os 100 anos é dispensável (AMENOMORI, 2008).

O canadense Robert Grenier, um dos arqueólogos mais empenhados na luta por princípios e normas de gestão deste patrimônio em escala mundial e presidente do Comitê Internacional sobre o Patrimônio Cultural Subaquático (ICUCH) da UNESCO, quando esteve no Brasil em 2005, durante o I Simpósio Internacional de Arqueologia subaquática, realizado dentro do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB, descreveu a situação do Brasil na época e colocou-a como a pior do mundo em relação à preservação do patrimônio cultural subaquático:

⁴⁴ “La explotación comercial de patrimonio cultural subacuático que tenga por fin la realización de transacciones, la especulación o su dispersión irremediable es absolutamente incompatible con una protección y gestión correctas de esse patrimonio. El patrimonio cultural subacuático no debiera ser objeto de transacciones ni de operaciones de venta, compra o trueque como bien comercial”.

Como presidente, eu tento desenvolver a Arqueologia subaquática, protegê-la e convenciona-la. Sob esse aspecto, o Brasil é um marco muito importante. Se a gente perder o Brasil nesta batalha, será uma enorme derrota. Existem outros países com problemas como o Honduras, o Panamá, mas eles são muito pequenos. O Brasil, além do tamanho continental, se une à África através da língua portuguesa, formando um sistema colonial de grande importância. Então é importante para a comunidade internacional ter o apoio do Brasil. O problema é solúvel, mas não vai ser fácil porque, para mim, a legislação brasileira é a pior do mundo. Existe uma lei da UNESCO que se opõe à comercialização dos bens culturais submersos. Tem objetos que se encontravam nos navios que a gente não encontra mais na terra. Por exemplo, no Mediterrâneo, encontramos uma série de explicações sobre tipos de comércios dos quais havíamos totalmente perdido o rastro na terra. Como os livros, os naufrágios possuem essas explicações, e tudo isso está ameaçado a ser levado embora, perdido. Eu acho que a comunidade tem que fazer alguma coisa aqui, porque se todo mundo se unir, mais cedo ou mais tarde, o governo vai se mexer. (TEGA, 2007, grifo meu)

Já a arqueóloga mexicana Pilar Luna Erreguerena, que trabalhou com George Bass, na Turquia, em 1979, representou o México na ocasião da elaboração do texto da convenção da UNESCO e é membro efetivo do ICUCH da UNESCO, desde quando foi criado, em 1991, em palestra proferida em 2007, em Itaparica – BA, durante o “I Simpósio Internacional - Arqueologia Marítima nas Américas: ocupações litorâneas, barcos e navios, portos e áreas portuárias”, destacou que o Brasil só irá poder ratificar o texto da Convenção da UNESCO e, assim, preservar de fato seu patrimônio subaquático, quando mudar a lei vigente hoje:

Destaco, ainda, a necessidade de seguir lutando para mudar a Lei que permite os caçadores de tesouros, os piratas modernos, a intervir e explorar, com fins comerciais e privados, o que é de todos e tem um valor muito superior ao valor do dinheiro. Quando esta lei mudar, o patrimônio cultural subaquático do Brasil estará muito bem protegido, podendo, dessa maneira, ser ratificada pelo país a Convenção da UNESCO para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático (TEGA, 2007).

Cabe explicar que, de acordo com informações da Marinha do Brasil⁴⁵, são expedidos dois tipos de autorizações: a Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil

⁴⁵ Informações fornecidas por Ricardo dos Santos Guimarães, Capitão-Tenente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil, por telefone, no dia 20 de junho de 2012.

(DPC) emite autorizações de pesquisa (que permite somente a localização dos destroços) e o Estado Maior da Armada emite autorizações de exploração (permite a remoção dos destroços), todas são publicadas no diário Oficial da União. No entanto, não há julgamento quanto ao caráter arqueológico das pesquisas.

Embora desde 2006, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7566/06, que segue as diretrizes da Convenção da UNESCO de 2001, hoje já há uma iniciativa tanto da Marinha do Brasil quanto do IPHAN para que os projetos subaquáticos sejam aprovados de acordo com o caráter científico.

Esse acordo entre os dois órgãos tornou-se formal na Audiência Pública para discutir sobre a proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, realizada, em novembro de 2010, no Ministério Público Federal, na cidade de São Paulo. A Audiência foi conduzida pela procuradora da República Inês Virgínia Prado Soares, lotada na Procuradoria da República em São Paulo e colaboradora do Grupo de Trabalho Nacional sobre Patrimônio Cultural da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF. Participaram também do encontro Adriana Zawada Melo, representante da 4ª CCR do MPF; Ana Cristina Bandeira Lins, coordenadora do Grupo de Trabalho de Patrimônio Cultural da 4ª CCR do MPF; Jurema Machado, coordenadora da área de Cultura da UNESCO; Gilson Rambelli, arqueólogo e professor da Universidade Federal de Sergipe; Dalmo Vieira, representante do IPHAN, e Flávio Haruo Mathuyi, representante da Marinha do Brasil⁴⁶

O objetivo da audiência foi “promover uma discussão com o Poder Público e a sociedade civil sobre a necessidade de proteção e preservação do patrimônio cultural subaquático no Brasil, com atenção particular à urgência de adequação normativa para maior efetividade da tutela deste patrimônio”⁴⁷. Além disso, se discutiu “providências adotadas pelas autoridades federais encarregadas da proteção do patrimônio cultural subaquático nos processos de exploração desse patrimônio (...)” e também “possíveis mecanismos que tutelem de modo mais efetivo o referido patrimônio no país”⁴⁸.

⁴⁶ Anotações pessoais feitas no dia da audiência.

⁴⁷ Informações retiradas de <http://www.observatorioeco.com.br/mpf-realiza-em-sp-audiencia-sobre-patrimonio-cultural-subaquatico/>, em 30/08/2011.

⁴⁸ Idem.

Segundo o Capitão-Tenente Ricardo dos Santos Guimarães, hoje o IPHAN e a Marinha do Brasil, por meio de um Termo de Cooperação, têm apreciado e autorizado conjuntamente as autorizações para pesquisas em bens arqueológicos submersos, apesar da Lei nº 7566/06 ainda não ter sido aprovada.

O que a Folha publicou?

No levantamento feito sobre o período de 2000 a 2010 na *Folha de S. Paulo*, foram encontradas 17 matérias que tratam de Arqueologia subaquática ou patrimônio cultural subaquático. É importante dizer que todas as matérias tratam do “patrimônio arqueológico que se encontra em um meio subaquático ou que tenha sido dele removido, incluídos sítios e estruturas submersos, zonas de naufrágio, restos de naufrágio e seu contexto arqueológico e natural” (CEANS, 2003, p. 28), porém, não necessariamente, falam de Arqueologia subaquática, segundo a definição de Rambelli já exposta no início deste capítulo. A discussão torna-se interessante exatamente por isso: o que, segundo a definição de Rambelli (2002), é Arqueologia subaquática e o que a *Folha* chama de Arqueologia subaquática? A *Folha* trata da caça ao tesouro e da Arqueologia subaquática como uma mesma coisa? Há alguma diferença entre o que sai nos cadernos Ciência, Cotidiano e no suplemento Turismo? Se há, que diferença ou diferenças seriam essas?

Assim, as matérias encontradas no jornal, publicadas entre os anos de 2000 e 2010, estão descritas na Tabela 9, a seguir:

Tabela 9 - Matérias sobre bens arqueológicos submersos ou provenientes de sítios arqueológicos submersos.

Título	Data	Onde foi publicada?
União tem posse dos objetos	19/03/2000	Especial Brasil 500 anos
Historiadores e aventureiros disputam sobra de naufrágios	19/03/2000	Especial Brasil 500 anos
Mostra temporária recria navios	22/05/2000	Suplemento Turismo
Falta de tradição e de verba atrasa pesquisa	26/02/2001	Caderno Ciência
Nova lei abre debate sobre as relíquias subaquáticas	26/02/2001	Caderno Ciência
Empresário "caça" fortunas no RJ e em PE	26/02/2001	Caderno Ciência
Equipe revela relíquias submersas em SP	27/12/2001	Caderno Ciência
Museus revelam seres e segredos do mar	02/01/2002	Caderno Cotidiano
Suíço vem ao Brasil para medir canhões	17/08/2002	Caderno Ciência
Peças raras de navio afundado são expostas em Florianópolis	15/05/2005	Caderno Cotidiano
Leme de 300 anos é tirado do fundo do mar	22/01/2006	Caderno Cotidiano
Patrimônio submerso está vulnerável	22/01/2006	Caderno Cotidiano
Arqueólogos encontram tesouro em navio afundado no Atlântico	21/05/2007	Caderno Ciência
Piratas do século 21	03/06/2007	Caderno Ciência
Série usa médium para achar a Atlântida	04/07/2007	Caderno Ilustrada
O mistério da ponta dos Naufragados	19/07/2009	Coluna Elio Gaspari
Volume investiga os naufrágios no Brasil	16/09/2010	Suplemento Turismo

A primeira observação relevante é que nenhuma das matérias encontradas pode ser comparada com portarias emitidas pelo IPHAN, apesar de algumas delas serem de fato sobre pesquisas arqueológicas realizadas embaixo d'água. A Lei nº 10.166, anteriormente citada, sobre esse patrimônio submerso, como afirma a arqueóloga Sandra Nami, dá à Marinha do Brasil a responsabilidade de atuar sobre ele, diferenciando, deste modo, a cultura material submersa daquela emersa, sob tutela do IPHAN, o qual exige, como já foi discutido, que o projeto cumpra normas específicas para a realização de pesquisas arqueológicas.

Editorias e assuntos

Das 17 matérias selecionadas, apenas duas não têm como assunto principal naufrágios ou peças de naufrágios: “Equipe revela relíquias submersas em SP”, de 27/12/2001, e “Série usa médium para achar Atlântida”, de 04/07/2007, as duas escritas pelo jornalista Ricardo Bonalume Neto.

A primeira é uma reportagem a respeito de pesquisas arqueológicas realizadas no litoral sul paulista sob coordenação da professora Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Entre os assuntos abordados, o repórter cita pesquisas feitas em sítios pré-históricos (sambaquis), edificações, sítios depositários e, de maneira secundária, um naufrágio.

A segunda é uma crítica do repórter a um episódio da série “Em busca de verdade”, exibida pelo canal de televisão fechada “The History Channel”. No programa, o apresentador recorre a um médium para dar o caminho de onde estaria Atlântida. O apresentador, então, mergulha nas Bahamas e no Mar Mediterrâneo em busca das ruínas. O programa retrata, então, o “tipo dois” de caçador de tesouro caracterizado por Felipe Castro (2005), descrito neste capítulo. O jornalista constrói, dessa maneira, seu texto buscando gerar um efeito de sentido pelo qual os leitores não considerariam o programa sério. Veja os fragmentos abaixo:

O filósofo Platão ficaria assustado se visse a quantidade de besteira que textos seus produziram. E, se visse este documentário, acharia que os homens do século 21 se preocupam demais com bobagens.

A ideia de que a civilização tragada pelo mar está nas Bahamas partiu de um médium americano. E, naturalmente, um seguidor atual interpreta um conjunto de rochas como parte de uma estrada antiga...

Há duas opções mais razoáveis para o mito, a destruição da antiga ilha de Thera por um vulcão e da cidade de Helike, em 373 a.C. Isso não impediu Robert Sarmast, que pesquisa o tema, de fretar um navio para checar se os restos de Atlântida estariam no mar entre Chipre e Síria. Os resultados não indicaram nada além de formações naturais, mas isso não curou a obsessão do sujeito.

Mais uma vez o lugar onde o texto foi publicado, o caderno *Ilustrada*, determinou o uso das palavras e da linguagem pelo autor, já que, de acordo com a *Folha*, nesse caderno, seus colunistas trazem opiniões carregadas de “humor e diversidade de pontos de vista”. O jornal também define a *Ilustrada* como “crítica e ousada”⁴⁹.

Já em relação às matérias que trazem como tema principal naufrágios ou peças de naufrágios, a problemática a respeito do destino e do uso dos bens culturais encontrados nos sítios arqueológicos submersos foi descrita em duas delas: as reportagens

⁴⁹ Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml, acessado em 15/04/2012.

“Historiadores e aventureiros disputam sobre de naufrágios” e “União tem posse dos objetos”, ambas publicadas em 19 de março de 2000 no caderno especial “Brasil 500 anos”, lançado pela *Folha* em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil.

No suplemento Turismo, foram publicadas duas matérias: “Mostra temporária recria navios”, em 22/05/2000, e “Volume investiga os naufrágios no Brasil”, em 16/09/2010. A primeira corresponde a um texto auxiliar a outro, “Rio mantém museus flutuantes no centro”. Ambas as matérias de maio de 2000 trazem informações ao leitor a respeito de museus e exposições mantidos pela Marinha do Brasil, sendo a temática, portanto, ligada ao mar, englobando também peças de naufrágios. Já a segunda matéria, de setembro de 2010, publicada em uma página especial que contém dicas de leitura de livros e *websites* – a “Planet@ letra” –, conta a respeito do lançamento de um livro sobre naufrágios.

No caderno Cotidiano, foram publicadas as matérias “Museus revelam seres e segredos do mar”, em 02/01/2002; “Peças raras de navio afundado são expostas em Florianópolis”, em 15/05/2005; “Leme de 300 anos é tirado do fundo do mar” e “Patrimônio submerso está vulnerável”, ambas de 22/01/2006. Segundo a *Folha*, o caderno Cotidiano “oferece ao leitor informações úteis ao seu dia-a-dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor. Traz diariamente notícias relativas às principais capitais do país”. A primeira das matérias que saíram nesse caderno, com o subtítulo “passeio”, trata de museus no litoral paulista, entre os quais alguns têm peças de naufrágios; as outras três, abordam pesquisas realizadas na capital de Santa Catarina, bem como a exposição dessas peças ao público. Nesse caso há consonância com o que a *Folha* diz a respeito do caderno Cotidiano: “Traz diariamente notícias relativas às principais capitais do país”.

Outra matéria é “O mistério da ponta dos Naufragados”, um texto de Elio Gaspari publicado no primeiro caderno, Brasil (página A14), a respeito de uma possível pesquisa também na cidade de Florianópolis. O autor conta que “um mistério da arqueologia colonial brasileira será desvendado logo que a Marinha assinar o contrato que permitirá aos mergulhadores do Projeto Resgate Barra Sul o manuseio de destroços que estão a 12 metros de profundidade nas águas da ponta dos Naufragados, em Florianópolis”.

O texto descreve as possibilidades do que seriam os destroços encontrados pelos mergulhadores.

As outras sete matérias foram publicadas no caderno *Ciência*, um número bastante expressivo se comparado ao número de textos dos grupos temáticos dos capítulos anteriores publicados nessa editoria. Esse é o ponto interessante desse grupo de matérias selecionadas para este capítulo sobre Arqueologia subaquática. A *Folha* descreve as matérias publicadas no caderno *Ciência* da seguinte forma:

Notícias sobre as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes no Brasil e no mundo, com especial atenção para o didatismo e para o uso de recursos visuais na explicação de assuntos complexos⁵⁰.

Ou seja, no grupo de 17 matérias deste capítulo, cerca de 42% são consideradas pela *Folha* como fornecedoras de informações sobre pesquisas científicas. Dentro de cada grupo que analisei, esse número só é menor que aquele que retrata as pesquisas na Amazônia, como mencionado no capítulo sete, que concentra matérias sobre arqueologia acadêmica.

Para Guimarães (2001), “a notícia jornalística é a enunciação de um acontecimento (fato) contemporâneo a sua enunciação” (GUIMARÃES, 2001, p.13). A publicação de matérias em diferentes editorias nos permite afirmar que para a mídia os acontecimentos são constituídos de modos distintos. Ou seja, quando a *Folha* não publica as matérias sobre Arqueologia no caderno *Ciência*, ela não constitui a notícia a partir da posição da ciência. E, também, ao publicar um texto no caderno *Ciência*, supõe-se que para a *Folha* o acontecimento se constitui enquanto acontecimento de ciência noticiável (GUIMARÃES, 2001).

A partir dessa constatação, atendo-me, exclusivamente, aos assuntos dos textos publicados no caderno *Ciência*. As matérias “Falta de tradição e de verba atrasa pesquisa”, “Nova lei abre debate sobre as relíquias subaquáticas” e “Empresário ‘caça’ fortunas no RJ e em PE”, todas de 26/02/2001, foram publicadas na mesma página.

⁵⁰ Fonte http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml , acessado em 15/04/2012.

A primeira trata de pesquisas desenvolvidas pelos arqueólogos Gilson Rambelli, Flávio Calippo e Paulo Bava de Camargo. A segunda explica a Lei 10.166 que acabara de entrar em vigor. A terceira, em menor destaque na página, é sobre a “caça” do empresário Denis Albanese a fortunas. Ela fala em valor financeiro de bens arqueológicos, sendo, aparentemente, o “outro lado” do acontecimento noticiado nos dois primeiros textos.

Em 2001 e 2002, foram publicadas, respectivamente, as matérias “Equipe revela relíquias submersas em SP”, em 27/02, e “Suíço vem ao Brasil para medir canhões”, de 17/08, ambas escritas pelo jornalista Ricardo Bonalume Neto. A primeira também é sobre as pesquisas desenvolvidas pelos arqueólogos Gilson Rambelli, Flávio Calippo e Paulo Bava de Camargo. A segunda trata da visita de um pesquisador suíço ao Brasil para estudar canhões retirados de um naufrágio.

Já as duas matérias publicadas na sequência, “Arqueólogos encontram tesouro em navio afundado no Atlântico”, de 21/05/2007, e “Piratas do século 21”, de 03/06/2007, têm como assunto a descoberta, pela empresa *Odyssey Marine Exploration*, de um navio afundado no oceano Atlântico contendo moedas em ouro e prata.

A primeira foi fornecida pela agência internacional *Associated Press*. Ela aborda exclusivamente o valor financeiro de objetos encontrados num naufrágio, não mencionando, em momento algum, que tais objetos são bens arqueológicos.

A segunda foi escrita pelo jornalista Ricardo Bonalume Neto. Publicada poucos dias após a primeira, é uma crítica do autor à própria matéria “Arqueólogos encontram tesouro em navio afundado no Atlântico”. Como podemos notar no fragmento abaixo, o autor questiona a publicidade dada ao achado da empresa *Odyssey*. Observe:

<p>Por que tesouros de ouro e prata fascinam tanto, além do óbvio aspecto financeiro, especialmente se foram achados no fundo do mar, ou se foram enterrados por piratas, soberanos astecas ou faraós? A resposta é longa, como mostra o anúncio no último dia 18, pela empresa americana <i>Odyssey Marine Exploration</i>, daquele que pode vir a ser o maior tesouro de todos os tempos: 500 mil moedas de ouro e prata retiradas de um misterioso naufrágio cuja localização foi mantida em segredo. Longa e complexa, já que mexe diretamente com o chamado "imaginário".</p>
--

Mais adiante, Bonalume sugere que a empresa *Odyssey* não fez um trabalho científico:

A Odyssey se defende alegando que fez um trabalho de arqueologia de alto nível no local do navio ainda misterioso que rendeu o tesouro.
OK, quem viver, verá. Ciência só existe se for publicada. Vai saber quando.

É bem curioso como a *Folha* publica uma matéria como “Arqueólogos encontram tesouro em navio afundado no Atlântico” no caderno Ciência, onde prevalecem, como ela mesma delimita, textos “sobre as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes no Brasil e no mundo”. Quando a *Folha* fala em “pesquisas” ao explicar o objeto daquela editoria, presume-se que se tratam de pesquisas científicas. Mas, ao contrário, o discurso encontrado nela não é o discurso científico – dito do lugar da ciência – e isso é confrontado exatamente pelo texto de Bonalume.

Cabe dizer que todos os textos publicados pela *Folha* cujo assunto é a Arqueologia subaquática, segundo a definição de Rambelli (2002), foram escritos pelo mesmo jornalista: Ricardo Bonalume Neto. Parece, dessa maneira, que o jornalista acabou se especializando não apenas em ciência, mas também na divulgação de assuntos ligados à Arqueologia. Ele acaba, assim, não se restringindo somente a informar o público, mas, principalmente, discutindo as consequências e as relevâncias das descobertas feitas pelos cientistas (OLIVEIRA, 2002) ou pelos não cientistas.

Condições de produção

Para analisar mais detalhadamente as matérias mencionadas acima, vamos tratar das condições de produção desses textos. Nas condições de produção, Orlandi (2010) inclui o sujeito e a situação. A situação compreende o contexto imediato e o sócio-histórico e um não pode ser dissociado do outro, pois “em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente” (ORLANDI, 2010, p. 15). Do contexto sócio- histórico também faz parte a memória.

Quanto ao sujeito, Orlandi (2010) acredita que o que funciona no discurso é a posição sujeito discursiva. “O enunciador e o destinatário, enquanto sujeitos, são pontos da relação de interlocução, indicando diferentes posições sujeito” (Ibid., 2010, p. 15).

Nessas relações entre sujeitos, há ainda a possibilidade de antecipação, ou seja, o locutor coloca-se no lugar de seu interlocutor e age de acordo com que ele espera como resposta. Nesse sentido, atuam também as relações de força, por meio das quais o “lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa” (ORLANDI, 2010, p. 16).

Assim, discuto, abaixo, essas condições de produção do discurso veiculado nas 17 matérias selecionadas, em separado:

- A memória

A análise dos textos sugere que a produção dos sentidos nas matérias que tratam da Arqueologia subaquática é bastante determinada pela memória. Ela evoca a prática milenar de resgate de peças do fundo do mar, da suposta existência de tesouros em navios afundados (RAMBELLI, 2002). Mas essa memória também reproduz a

ideologia de uma sociedade “agrocêntrica” onde uma elite essencialmente marcada por seus vínculos com a posse e o controle da terra vê, no mar, um universo instável, pouco afeito às suas pretensões de domínio e que exige um conhecimento técnico que está além de seu repertório. (DURAN, 2008, p. 23)

Davallon (1999) salienta o caráter paradoxal da memória coletiva, por “sua capacidade de conservar o passado e sua fragilidade devida ao fato de que o que é vivo na consciência do grupo desaparecerá com os membros desse último” (DAVALLON, 1999, p. 25). Ela seria as lembranças, “a corrente de pensamento contínua no seio do grupo social” (Ibid., 1999, p. 25).

Para o autor, a memória coletiva se oporia à histórica, no sentido de que a última seria então o acontecimento, o conhecimento. Ela resistiria ao tempo, o que não poderia a memória coletiva. (DAVALLON, 1999).

No entanto, as duas memórias podem estar presentes quando evocamos um determinado assunto. Assim,

o acontecimento, como acontecimento “memorizado” poderá entrar na história (a memória do grupo poderá perdurar e se estender além dos limites físicos do grupo social que viveu o acontecimento); mas enquanto “histórico”, ele poderá se tornar, em compensação, elemento vivo de uma maioria coletiva. Esta última adquirirá então uma outra dimensão. (DAVALLON, 1999, p. 26)

Nos textos selecionados que tratam de Arqueologia subaquática, há a junção dessas duas memórias: a memória coletiva de que o mar apenas fornece objetos que saciam a “curiosidade e o colecionismo”, uma prática que remonta ao século XI (DURAN, 2008), é acionada por um acontecimento novo, o gancho jornalístico, a notícia.

Dessa maneira, por meio de discursos diretos, por exemplo, os jornalistas das diversas matérias desse grupo usam essa memória coletiva tanto para reforçá-la como para contradizê-la. Observe:

"O arqueólogo subaquático não é só um mergulhador que pesquisa naufrágios. Queremos acabar com essa imagem de caçadores de tesouro. Nós pesquisamos sítios arqueológicos que estão embaixo d'água. Em vez de chegar de jipe, chegamos de barco", diz Gilson Rambelli, doutorando orientado por Scatamacchia.

O trecho acima é parte da matéria “Equipe revela relíquias submersas em SP”, de 27/12/2001. Trata-se da reprodução, em discurso direto, de parte da fala do arqueólogo Gilson Rambelli entrevistado pelo repórter. Nesse trecho, Rambelli tenta usar um exemplo prático para contradizer a memória coletiva que associa a Arqueologia feita embaixo d'água a ações realizadas por mergulhadores apenas em naufrágios, visando ao resgate de peças.

A mesma tentativa já havia sido realizada por esse arqueólogo na matéria “Historiadores e aventureiros disputam sobras de naufrágios”, de 19/03/2000. Observe:

"O resgate de objetos não é arqueologia. Trabalhamos com o contexto", afirmou Gilson Rambelli, arqueólogo da USP (Universidade de São Paulo) e representante do Brasil no Icomos.

Os discursos reproduzidos nessa matéria são costurados pelo repórter para fazer a enunciação dos fatos jornalísticos noticiados nela. Quando o repórter anuncia a descoberta de canhões e muros de uma fortificação do século 19, o estudo dos sambaquis e

as pesquisas realizadas em “lixo” depositado no fundo de uma ilha, ele associa esses acontecimentos a uma Arqueologia subaquática diferente daquela da memória coletiva. Especificamente nesta matéria, por meio dessas enunciações, o repórter tenta quebrar a memória coletiva que vigora a respeito da Arqueologia subaquática. Assim, como sugere Pêcheux (1999), a memória discursiva estabelece os implícitos de que a leitura do acontecimento necessita, mas o acontecimento discursivo, no caso o texto jornalístico, pode

desmanchar essa ‘regularização’ e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Já no texto intitulado “Leme de 300 anos é tirado do fundo do mar em Florianópolis”, de 22/01/2006, a memória coletiva associada ao resgate de peças ou colecionismo é reforçada quando a repórter descreve o que a pesquisa noticiada resgatou do fundo do mar. Observe:

Até agora, cerca de 13 mil peças foram retiradas do navio e estão expostas num museu improvisado na praia dos Ingleses. Entre elas estão cerâmicas, relógios de sol, ossos humanos, anéis, munição, brasões, tinteiros e uma escala de navegação datada de 1683

Além disso, o trecho reproduzido acima remete ao que Duran (2008) diz a respeito da ideia de vestígios inalcançáveis, perdidos no fundo do mar, que precisam ser expostos em um museu para que as pessoas possam vê-los.

Antes dessa matéria, sobre a mesma pesquisa foi publicado o texto “Peças raras de navio afundado são expostas em Florianópolis”, em 15/05/2005. Quase um ano antes da publicação da matéria anteriormente citada, esta outra trata apenas das peças resgatadas. Nela, é possível encontrar outro trecho no qual essa memória coletiva é acionada por meio de fatos atuais. Veja:

em um ano de trabalho, mais de 800 objetos foram retirados do fundo do mar e isso pode representar apenas 20% de todo o tesouro.

Já na matéria “Arqueólogos encontram tesouro em navio afundado no Atlântico”, de 21/05/2007, a memória coletiva é acionada quando no lead o autor apresenta o fato: a descoberta de um tesouro. Observe:

Arqueólogos submarinos encontraram num navio afundado no Atlântico um tesouro de 17 toneladas, com meio milhão de moedas de prata e centenas de moedas de ouro. O espólio foi achado em águas internacionais e legalmente levado aos Estados Unidos, diz a empresa Odyssey Marine Exploration, que patrocinou a expedição responsável pela descoberta.

O texto remete, segundo já exposto, ao “terceiro grupo” de caçadores de tesouros, conforme classificado por Castro (2005). Trata-se de uma empresa especializada em caçar fortunas submersas, a *Odyssey Marine Exploration*, que vive não somente dos tesouros que encontra, mas também, e, sobretudo, dos investimentos que esse tipo de descoberta atrai. A própria matéria sugere a primeira consequência do anúncio da descoberta. Veja:

A empresa se recusa a revelar até mesmo o nome e a nacionalidade do navio encontrado, mas mesmo com todo sigilo suas ações subiram 57% na tarde de sexta-feira. A estimativa preliminar é de que o tesouro todo valha US\$ 500 milhões.

Assim, mesmo que a descoberta não exista ou que a carga de ouro não seja resgatada, a empresa já havia ganhado muito dinheiro apenas com a veiculação da notícia. E isso também é um exemplo do uso da memória coletiva para agregar valor financeiro. Se as pessoas não acreditassem no mito do baú de tesouros perdido no fundo do mar, também não acreditariam na notícia da descoberta de tantas toneladas de ouro e, sendo assim, não correriam para comprar as ações da empresa. A *Odyssey Marine Exploration* faz um uso da memória coletiva muito apropriado a seus interesses financeiros, esses disfarçados de Arqueologia e ciência. A imprensa, nesse caso, a agência *Associated Press*, de outro lado, impregnada por essa memória coletiva, acaba dando notoriedade à empresa, podendo servir, assim, como meio para que a empresa chegue, de uma maneira ou outra, ao lucro.

O mesmo ocorre no pequeno texto “Empresário caça fortunas no RJ e em PE”, de 26/02/2001, associado à matéria principal “Nova lei abre debate sobre as relíquias arqueológicas”. A memória coletiva a respeito de riquezas submersas é ativada:

O empresário Denis Albanese se dedica à exploração de naufrágios há 20 anos. No momento, faz pesquisas para localizar a nau Santa Rosa, em Pernambuco, e a Rainha dos Anjos, na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro.

O Santa Rosa está entre os naufrágios mais ricos do mundo ainda não localizados. Estima-se que tenha um carregamento de ouro no valor de US\$ 700 milhões. A embarcação afundou em 1726. As especulações sobre o Rainha dos Anjos também são altas. A nau de guerra portuguesa estaria levando vários presentes do imperador da China para o rei de Portugal, estimados hoje em cerca de US\$ 450 milhões, quando foi a pique em 1722.

Ao patrimônio arqueológico submerso não é atribuída qualquer menção ao valor cultural desses vestígios. E não poderia ser diferente, já que quem fala a respeito de um sítio arqueológico não é um arqueólogo, mas sim um empresário.

Portanto, a memórias presentes nos textos são aquelas ligadas à existência de tesouros submersos em um ambiente em que poucos têm a coragem de se aventurar, assim como a própria *Folha* sinalizou na reprodução da fala de Rambelli:

Para Rambelli, o fascínio provocado pelo mistério do que existe no fundo dos oceanos, como tesouros e objetos valiosos, é o que impede a manutenção dos sítios subaquáticos intocados. "É um fetiche. Apenas com um trabalho longo de conscientização será possível diminuir o número de saques a naufrágios."

- O cenário

Além da memória coletiva, o cenário também contribui para as condições de produção do discurso jornalístico. No período entre janeiro de 2000 e dezembro de 2010, escolhido para a seleção de matérias para esta dissertação, o cenário jurídico envolvendo a Arqueologia subaquática brasileira passou por duas fases.

As fases foram determinadas pela vigência de duas leis que tratam de maneira diferente o patrimônio cultural subaquático. Além disso, as ações de arqueólogos brasileiros no sentido de igualar patrimonialmente os vestígios arqueológicos submersos àqueles emersos também acabaram determinando os discursos que circularam na *Folha* a respeito do tema.

Antes da entrada em vigor da Lei 10.166 de dezembro de 2000, que passa a atribuir valor de mercado a bens submersos, a matéria "Historiadores e aventureiros disputam sobre de naufrágios", de março do mesmo ano, anterior, portanto, à promulgação

da Lei, é curiosa. É razoável supor que, na época, já estavam ocorrendo discussões a respeito desse projeto de lei. A matéria da *Folha* traz, então, diferentes opiniões sobre o assunto.

Uma frase em discurso direto dita pela fonte consultada pelo repórter acaba justificando a venda de patrimônio. Observe:

"Quem investe em uma pesquisa sempre quer algum retorno. É uma forma de incentivar as buscas", disse Cunha.

Cunha, segundo a matéria, é o arqueólogo Luiz Octavio Cunha, funcionário da Marinha do Brasil responsável por acompanhar pesquisas. A frase surpreende pois o lugar de onde o entrevistado fala determinaria o que ele fala: enquanto arqueólogo, ele não poderia ser conivente com a venda de vestígios arqueológicos para financiar a pesquisa. Enquanto funcionário da Marinha e falando em nome dela, ele também não poderia emitir uma opinião contrária à Lei vigente na época, a respeito da qual reproduzo, no trecho abaixo, um comentário do Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e subaquática:

Até 1986 - ano da Lei Federal 7.542/86 - os empreendimentos realizados sobre embarcações naufragadas tinham direito a 80% do patrimônio recuperado. Os 20% restantes ficavam para União. Como a Lei 7.542/86 passa a definir o patrimônio cultural subaquático como pertencente à União, as empresas de caça ao tesouro, prejudicadas com a nova legislação, fazem uso de suas estratégias, ..., e apelam para o fim do direito de exclusividade da União. O discurso contra a ação da pirataria clandestina tornou-se o carro chefe das articulações políticas da caça ao tesouro. (CEANS, 2004, p. 12)

Ou seja, em março de 2000 a legislação vigente era a Lei 7.542 de 1986 (já que a Lei 10166 foi sancionada apenas em 27/12 de 2000), que definia o patrimônio subaquático como pertencente à União. Segundo Rambelli (1997), essa lei gerou uma pressão de empresas e pessoas para que o patrimônio submerso pudesse ser explorado comercialmente. Ao reproduzir um discurso oficial, a fala de um funcionário, a *Folha* coloca a Marinha do Brasil em uma posição a favor da venda de patrimônio, mesmo com a vigência de uma lei que não favorecia essa prática.

A matéria “Peças raras de navio afundado são expostas em Florianópolis”, de 15/05/2005, é sobre a exposição de objetos provenientes de um naufrágio. A pesquisa realizada nos destroços do navio, de acordo com o texto, foi executada por mergulhadores que participam do Projeto de Arqueologia subaquática, que a matéria afirma ser “o único aprovado pela Marinha em andamento no país”. E não poderia deixar de ser, já que, pelo discurso das matérias, trata-se de um projeto em consonância com a lei 10.166. A Lei não exige a presença de um arqueólogo mergulhador e não trata esses vestígios submersos como cultura material capaz de fornecer um conhecimento que vai além das peças ou do uso delas para a confirmação da história escrita. Segundo a Lei, cabe à Marinha do Brasil autorizar esse tipo de pesquisa e ao IPHAN, cabe autorizar as pesquisas arqueológicas terrestres.

A consonância com a Lei 10.166 e, assim, com o resgate de peças, pode ser observada quando a matéria descreve quem são os pesquisadores do projeto. Observe:

Na praia dos Ingleses, norte da ilha de Florianópolis, estão expostos objetos raros de um navio afundado entre os séculos 17 e 18 e que foram resgatados por uma equipe de 40 profissionais, formada por geólogos, biólogos, historiadores e oceanógrafos.

Bezerra (2008) explica que a formação de um arqueólogo no Brasil pode ser por cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. A Sociedade de Arqueologia Brasileira⁵¹, entidade fundada em 1981, no Rio de Janeiro, só admite em seu quadro de sócios efetivos pessoas que tenham “graduação em Arqueologia; ou Mestrado ou Doutorado com dissertação ou tese em Arqueologia; ou experiência comprovada na área com o mínimo de cinco anos de atuação profissional ininterrupta em atividades de pesquisa acadêmica⁵²”.

⁵¹ A Sociedade de Arqueologia Brasileira “é uma associação civil de caráter científico, de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por objeto congregar arqueólogos e demais especialistas dedicados ao ensino, à pesquisa e à prática da arqueologia e áreas afins, visando promover o conhecimento e a divulgação de assuntos referentes à arqueologia e ao patrimônio arqueológico”. Fonte <http://www.sabnet.com.br/>, acessado em 01/06/2012..

⁵² Fonte <http://www.sabnet.com.br/filiacao>, acessado em 01/06/2012.

De acordo com as definições acima, não há arqueólogos envolvidos no projeto. No entanto, apesar disso, a *Folha* classifica esse texto como sendo sobre arqueologia quando começa a linha fina com “Arqueologia marinha”.

No decorrer do texto, a repórter acaba também falando de Arqueologia subaquática. Veja o seguinte parágrafo:

Ainda incipiente no Brasil, a arqueologia subaquática tem a missão de preservar o patrimônio cultural guardado embaixo d'água e de conhecer nosso passado submerso. Estima-se que 10 mil navios tenham afundado na costa brasileira.
--

O cenário da legislação brasileira acaba não permitindo à repórter diferenciar o resgate de peças do fundo do mar de Arqueologia. O meio aquático no qual a pesquisa é realizada também contribui para essa dificuldade da autora, devido à memória histórica atribuída a ele (DURAN, 2008).

- A antecipação

Outro aspecto que analiso nas matérias é o mecanismo de antecipação, que se refere à “imagem que o locutor faz da imagem que o interlocutor tem dele. E isso pode acontecer com todos os elementos dessa situação discursiva” (GUIMARÃES & ORLANDI, 2010, p. 15).

Por meio dele, o repórter se antecipa ao que seu leitor espera de seu discurso, mas também dá ao leitor aquilo que ele julga que o leitor quer ler:

O mecanismo da antecipação coloca o ouvinte como constitutivo mas não desvaloriza com isso o papel (e a posição) do locutor; acredito, antes, em momentos diferentes do mesmo processo. O locutor está impregnado do ouvinte e vice-versa. De um dos polos vejo o outro (ORLANDI, 2009, p.129).

Nesse sentido, temos vários fatores que influenciam nas escolhas dos jornalistas quando eles constroem seus discursos, como a memória já discutida. Assim, observe as figuras 4, 5 e 6 abaixo:

Fotos Divulgação



Sino encontrado por ONG



Navio tinha relógio de sol



Peça para carregar canhão

Figura 4: conjunto de fotos que ilustram a matéria “Leme de 300 anos é retirado do fundo do mar”.



Dono da Odyssey Marine Exploration, Greg Stemm (esq.), examina moedas encontradas em naufrágio não-revelado

Figura 5: Foto que ilustra o texto “Piratas do século 21”.



Figura 6: Desenho que ilustra o texto “O mistério da ponta dos naufragados”.

As figuras acima foram usadas para ilustrar tanto textos que falam de Arqueologia subaquática como aqueles que falam de resgate de peças. No entanto, há de se comentar que todas as figuras representam o que o jornalista deduziu que seus leitores identificariam como imagens representativas do tema Arqueologia subaquática.

As peças presentes no primeiro conjunto de imagens (figura 4) refletem aquilo que o jornalista julga que o leitor compreende como Arqueologia subaquática: resgate de peças do fundo do mar. Na mesma matéria há também a fotografia abaixo:



Figura 7: imagem presente na matéria “Leme de 300 anos é retirado do fundo do mar”.

A legenda “Mergulhador trabalha no resgate de peças históricas; cerca de 13 mil objetos já foram coletados”, apenas reforça a associação do leitor entre Arqueologia subaquática e resgate de peças, já presente tanto no conjunto de peças da figura 4 como na figura 7.

A figura 5 mostra uma porção de caixas plásticas onde estão armazenadas moedas de prata. Dessa forma, mostra-se aqui exatamente aquilo que o imaginário coletivo acredita: os tesouros em navios afundados existem e é a Arqueologia que cuida de resgatá-los. Porém, assim que o leitor começa a ler o texto, percebe que a figura corresponde a uma ação que ainda não pode ser comparada à ciência. A imagem é apenas um mecanismo para chamar a atenção para a leitura da crítica contida no texto.

A figura 6 é um desenho que mobiliza o imaginário coletivo a respeito do mar como um meio desconhecido, instável, com o qual poucos se atrevem a interagir (DURAN, 2008). Reforça, portanto, o caráter de enaltecer quem se arrisca nesse universo sombrio para resgatar partes importantes da história. O título do texto de Elio Gaspari, ilustrado por essa imagem, condiz com esse clima: “O mistério na ponta dos naufragados”.

- A força dos discursos

Como vimos nos capítulos 4 e 7, sobretudo no capítulo 7, a força do discurso vindo de uma fonte (cientista) ligada a alguma universidade (quase sempre pública) ou de um órgão governamental, ou um documento emitido por instituições de credibilidade, acaba sendo base inquestionável para a construção de um discurso jornalístico que se autoproclama como “verdade”. Isso está ligado a três fatores:

O primeiro diz respeito à própria natureza do discurso jornalístico, na qual o discurso citado é bastante utilizado para dar o efeito de neutralidade aos textos, visando a manter a imagem da imprensa como transmissora do real (GRILLO, 2004, p.111).

O segundo está ligado à hierarquização da confiabilidade de cada fonte, já citada no capítulo 3, que a *Folha* descreve em seu manual: entre as mais confiáveis estão documentos emitidos por instituições de credibilidade e pessoas que detêm conhecimento de causa do assunto em pauta (FOLHA, 2010, p. 38).

O terceiro tem ligação com a noção de relação de forças. Segundo essa noção, o lugar a partir de onde o sujeito fala agrega significado ao seu discurso. Assim,

Se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno. (...) Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são as relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’ (ORLANDI, 2007a, p. 38).

Nesse sentido, baseio-me também no que Maingueneau (2008) chama de discursos constituintes. Eles seriam discursos de credibilidade indiscutível e, segundo o autor, o discurso científico seria “evidentemente” um discurso constituinte.

A partir dessa explanação, atendo-me às fontes usadas como base de construção dos textos da *Folha* a respeito da Arqueologia subaquática.

Começo com “Equipe revela relíquias submersas em SP”. Há discursos relatados de arqueólogos legitimados no texto por serem membros do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), três estudantes orientados pela professora Maria Cristina Mineiro Scatamacchia. Observe os trechos abaixo:

Trata-se de um grupo de arqueólogos subaquáticos que passou a integrar o projeto de pesquisas arqueológicas do baixo vale do Ribeira, coordenado pela pesquisadora Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

Um dos pesquisadores estudando esses sambaquis é o oceanógrafo Flávio Ricci Calippo, estudante de mestrado em arqueologia.

A colaboração multidisciplinar do grupo fica clara no trabalho de pesquisa do antigo fortim que defendia a barra de Cananeia (a entrada para o porto), tema do mestrado de Paulo Fernando Bava de Camargo.

A matéria trata das pesquisas realizadas por um grupo de arqueólogos subaquáticos integrantes do projeto de pesquisas arqueológicas do baixo vale do Ribeira, coordenado pela pesquisadora Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, do MAE-USP. O discurso jornalístico construído pelo repórter é permeado por outros discursos, outras vozes, no caso todas advindas de estudantes de mestrado ou doutorado do MAE-USP. O jornalista usa palavras como “doutorando”, “pesquisadores”, “oceanógrafo”, “estudante de mestrado”, “arqueólogos”, para se referir aos entrevistados.

Desse modo, a matéria é coerente com o que vimos nos demais capítulos em relação ao uso da força das fontes: os discursos são de fonte confiável, segundo critérios da *Folha*, por serem autoridades no assunto e membros de uma universidade de renome (ORLANDI, 2007a). Além disso, são porta-vozes do discurso científico, classificado por Maingueneau como sendo um discurso constituinte.

Essas características que tornam as fontes fortes repetem-se em outras matérias, mas apenas parte dos entrevistados é composta por cientistas, como nos textos “Historiadores e aventureiros disputam sobre naufrágios”, de 19/03/2000; “Nova lei abre

debate sobre as relíquias subaquáticas”, de 26/02/2001, e “Patrimônio submerso está vulnerável”, de 22/01/2006. Observe, respectivamente, exemplos desse uso em cada uma delas:

Na contramão da caça aos tesouros, entidades como o Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) consideram o que está no fundo do mar como patrimônio da humanidade, que não pode parar nas mãos de aventureiros. "O resgate de objetos não é arqueologia. Trabalhamos com o contexto", afirmou Gilson Rambelli, arqueólogo da USP (Universidade de São Paulo) e representante do Brasil no Icomos. Francisco Alves, diretor do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e subaquática de Portugal, tem a mesma opinião. "Os caçadores de tesouros agem como um legista que arranca os anéis de ouro e destrói o cadáver sem investigar a causa da morte."

O motivo da preocupação da SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) é a lei número 10.166, que foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em dezembro. A entidade encaminhou à Procuradoria Geral da República pedido de verificação de inconstitucionalidade da lei. O ponto principal da polêmica é o artigo que prevê o pagamento de recompensa até o limite de 40% do valor de mercado atribuído às peças. "Peças arqueológicas em si mesmas nada significam. O que lhes confere significado é o contexto em que são encontradas. Ao serem removidas por pessoas despreparadas, são eliminadas todas as possibilidades de estudo e de produção de conhecimento sobre o passado", diz a presidente da SAB, Tânia Andrade Lima.

O patrimônio cultural submerso do Brasil está vulnerável. A avaliação é do principal arqueólogo subaquático do país, Gilson Rambelli, diretor do Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e subaquática, da Unicamp.

Nos três trechos, as fontes, além de serem cientistas, representam entidades de grande renome: no primeiro trecho acima, a força está na fonte que representa uma entidade de renome internacional, o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) – além de ser “arqueólogo da USP” –, e na fonte que representa uma entidade internacional que realiza pesquisas subaquáticas, o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e subaquática de Portugal; no segundo trecho, a força está na fonte que representa a sociedade de classe de arqueólogos no Brasil, a Sociedade de Arqueologia Brasileira; no terceiro fragmento, a entidade que a fonte representa é a Unicamp.

Em outros casos, a força está no discurso dito por um membro da Marinha do Brasil, uma instituição oficial. No primeiro trecho abaixo, o intuito do repórter é dar o “outro lado da notícia”; o segundo fragmento corresponde ao único trecho de discurso

citado por fonte que a *Folha* classifica como confiável presente no texto “Leme de 300 anos é tirado do fundo do mar em Florianópolis”, de 22/01/2006. Observe os trechos abaixo:

O capitão-de-mar-e-guerra Luiz Fernando Palmer Fonseca, do setor de Comunicação da Marinha, disse que a alteração da lei visa estimular a pesquisa. "A legislação que estava em vigor trazia consideráveis prejuízos à União, que dessa forma perdia bens de valor artístico, histórico e arqueológico que são de sua propriedade", disse.

Para o almirante Armando Senna Bittencourt, diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, um navio naufragado é como uma cápsula do tempo, que pode mostrar costumes e usos de uma época.

Em contrapartida, no texto “Leme de 300 anos é tirado do fundo do mar em Florianópolis”, a repórter se refere aos entrevistados usando palavras como “arquiteto”, “equipe da ONG”, “equipe de Santa Catarina”, “os pesquisadores”, quanto usa discurso citado para construir a matéria. Observe:

O arquiteto Alexandre Viana, 34, que praticava pesca submarina, encontrou uma botija (espécie de vasilhame de barro que servia para levar azeite, vinho ou água) enquanto mergulhava, em 1989.

Os pesquisadores esperam encontrar agora os canhões. "Já localizamos o carregador de canhão. É uma peça pequena, de tamanho semelhante ao de uma garrafa térmica."

O mesmo ocorre em trechos das matérias “União tem posse dos objetos” (primeiro e segundo fragmento abaixo) e “Nova lei abre debate sobre as relíquias subaquáticas” (terceiro fragmento abaixo). Observe:

"Essa lei é estupidamente correta, mas não há como cumpri-la", disse o pesquisador Marcello De Ferrari.

Já o empresário Denis Albanese disse que, por causa da lei, mantém em sigilo um sítio subaquático no Nordeste – o naufrágio do Santa Clara, afundado em Salvador no século 17.

Para o mergulhador e técnico em arqueologia subaquática Marcello De Ferrari, há muitas brechas na lei e os critérios não estão claros. "Alguns países estabelecem que peças de ouro com alguma marca gravada têm valor histórico, já outros não consideram o ouro como histórico", afirmou.

Surpreende que haja todo tipo de profissional falando de bens arqueológicos. No primeiro fragmento, Marcello de Ferrari é apresentado como pesquisador, mas não há menção sobre a área que atua ou de que instituição ele é; no segundo fragmento, há o discurso indireto de um empresário (não se diz de que ramo) que mantém em segredo a localização de um sítio de naufrágio. No terceiro trecho, o pesquisador Marcello de Ferrari agora é citado como “técnico em arqueologia subaquática”, termo usado pela *Folha* sobre o qual não há qualquer menção nem por parte da Sociedade de Arqueologia Brasileira nem de acordo com a descrição dos cursos de formação em arqueologia feita por Bezerra (2008).

Aparentemente, nesses casos, a *Folha* não se influencia pela força dos lugares de onde as fontes falam, como foi observado nas matérias sobre Arqueologia na Amazônia do capítulo 7. Por outro lado, há a possibilidade da *Folha* colocar as fontes em uma posição-sujeito ou um lugar ao qual elas não pertencem: o lugar da pesquisa, da ciência; Ou o jornal aceita, sem questionar, a denominação de técnico em arqueologia que, talvez, o entrevistado tenha dado a si mesmo, acreditando que essa denominação daria força ao lugar de onde a fonte fala.

Considerações:

Quando o assunto das matérias é o patrimônio arqueológico submerso, as condições de produção aqui discutidas são determinantes para o discurso da *Folha* sobre o assunto. Dessa maneira, nesses textos, as noções de memória, de cenário, de antecipação e de força dos discursos citados das fontes nos ajudam a pensar nos efeitos de sentido nos textos da *Folha* sobre Arqueologia subaquática.

Nos textos, foi possível encontrar a Arqueologia subaquática atrelada às memórias coletivas de prática milenar de resgate de peças do fundo do mar, de suposta existência de tesouros em navios afundados (RAMBELLI, 2002), do mar como um universo misterioso, onde há coisas perdidas e onde poucos se arriscam a interagir para resgatar esse patrimônio. Desse modo, na maioria dos casos, o acontecimento, a notícia, é transmitida ao leitor imbuída por essas memórias coletivas.

O cenário brasileiro quanto às legislações vigentes também acabou por determinar o que a *Folha* reproduziu sobre Arqueologia subaquática. Esse cenário fez com

que a *Folha* acabasse por atribuir sentido de Arqueologia a ações de resgate de peças. Por outro lado, o meio aquático, o mar, onde as pesquisas arqueológicas ocorrem igualmente contribuiu para essa atribuição de sentido.

Também, por meio das imagens presentes em algumas matérias foi possível verificar que os jornalistas esperam que seus leitores associem a ciência Arqueologia subaquática à caça ao tesouro. Novamente, há atribuição de sentido da Arqueologia a resgate de peças do fundo do mar, tesouros submersos e mar como universo perigoso e misterioso.

Além disso, o tipo de fontes utilizadas na construção do discurso jornalístico sinalizou também a influência dessas memórias. Nas matérias analisadas no capítulo 7, por exemplo, o repórter majoritariamente opta por construir seu texto baseado na força de discursos advindos de fontes que representam alguma universidade ou órgão governamental, ou um documento emitido por instituições de credibilidade.

No entanto, assim como no capítulo 5, nas matérias que a *Folha* publicou sobre Arqueologia subaquática, foi possível encontrar diversos tipos de fontes falando sobre patrimônio arqueológico submerso, além de cientistas: arquiteto, mergulhadores, empresários.

Portanto, ora a *Folha* atribui à Arqueologia subaquática o sentido definido por Rambelli (2002), ora atribui outros significados, que nenhuma relação têm com a ciência em questão e que acabam por prejudicar a proteção ao patrimônio arqueológico submerso.

Conclusão

Tendo como referencial teórico a Análise do Discurso de Linha Francesa, analisei o processo de comunicação por meio do qual o conhecimento arqueológico foi divulgado em reportagens e notícias publicadas na *Folha de S. Paulo*. Antes da análise qualitativa, através da seleção e comparação com os levantamentos de portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas arqueológicas realizados por Wichers (2010) e Zanettini (2009), os quais contemplaram os anos de 2003 a 2009, dos 935 textos publicados entre os anos de 2000 e 2010, que apareceram na ferramenta de busca da versão digital da *Folha*, foi possível estabelecer um panorama inicial do que é divulgado quando o assunto é Arqueologia.

Por meio da análise quantitativa entre esses 935 textos, constatei que, em primeiro lugar, o número de matérias publicadas no período sobre pesquisas realizadas no mundo ainda é esmagadoramente maior se comparado às matérias que abordam as pesquisas feitas no Brasil.

Em segundo lugar, o número de textos publicados na *Folha de S. Paulo* não vem acompanhando o grande crescimento das pesquisas em Arqueologia realizadas no Brasil – fica muito longe, aliás –, embora seja fato que jamais o número de matérias publicadas irá se equiparar com o número de portarias de autorização e permissão emitidas.

Em terceiro lugar, quanto ao tipo de pesquisas, em relação às matérias que tratam de pesquisas acadêmicas e de pesquisas de Arqueologia preventiva, não há uma predominância de textos que abordam uma ou outra.

Esse levantamento possibilitou também delimitar, dentre os diversos assuntos presentes na *Folha* sobre Arqueologia, quais deles eleger para se fazer a análise qualitativa; com isso, dividi as matérias em cinco grupos: Mercado de Trabalho e Imagem da Profissão; Novas regras para licenciar obras; Arqueologia preventiva – Casa Bandeirista do Itaim Bibi; Arqueologia acadêmica – Ocupação da Amazônia e Arqueologia subaquática.

Com a análise dos textos sobre mercado de trabalho e imagem da profissão, foi possível constatar que o mecanismo de antecipação do que os leitores pensam sobre o tema

foi determinante para a construção de sentidos nas matérias. Os autores também remetem os leitores a outros discursos que auxiliariam no efeito de sentido pretendido. Esse efeito de sentido parecia ser aquele que divulgaria uma Arqueologia diferente daquela presente na memória discursiva. No entanto, os implícitos presentes no texto, as cores usadas e as fotos acabaram por reforçar a memória de Arqueologia como uma prática extremamente ligada à aventura, à busca pelo o que é mais antigo e ao resgate descontextualizado de objetos.

Por meio dos textos que retratavam a possível exigência de pesquisas arqueológicas para licenciar obras foi possível observar que o lugar onde as matérias foram publicadas determinou a maneira como os discursos foram apresentados. O suplemento Imóveis trouxe para matérias, a princípio sobre pesquisas científicas, discursos de membros do mercado imobiliário que, a seu modo, discutiram patrimônios arqueológicos. A polifonia, assim, foi amplamente vista nesses textos: discursos diretos, indiretos e, quando a discussão envolvia legislação, documentos escritos foram amplamente utilizados. Essa construção acabou eximindo os repórteres da responsabilidade pelo que era dito acerca das exigências para o licenciamento de obras.

Quando o assunto foi a pesquisa arqueológica para o licenciamento de uma obra, no caso o sítio histórico Casa Bandeiristas do Itaim Bibi, ficou claro que a *Folha* não relacionou esse tipo específico de arqueologia preventiva com uma pesquisa científica de arqueologia. Os textos não são típicos de divulgação científica, pois acabam dando voz apenas a aspectos legais do assunto. Eles são heterogêneos, mas foram construídos baseados apenas em documentos escritos: um texto publicado na seção “notícias” do site do Ministério Público Federal e uma liminar emitida pelo Ministério Público Federal. Não há discursos citados de cientistas. Talvez, nesse caso, também permeie a memória coletiva de que a ciência arqueológica seria feita apenas em locais remotos, distante de grandes centros urbanos, e sobre civilizações necessariamente muito antigas – características não observadas no sítio arqueológico histórico Itaim Bibi.

Em relação às matérias sobre Arqueologia na Amazônia, não há dúvidas do efeito de sentido que a *Folha* gera: pesquisas arqueológicas realizadas na Amazônia são científicas. Todas as fontes utilizadas nos discursos citados são cientistas pertencentes a universidades de renome. Essa força presente nesses discursos diretos e indiretos aliada ao

cenário, a Amazônia, habilita apenas cientistas, arqueólogos na maioria, a falar sobre Arqueologia. A antecipação do que os leitores entendem por Arqueologia também reaparece, assim como a memória. Portanto, os efeitos de sentido gerados estão intrinsecamente ligados à ideia de que a Arqueologia é uma ciência feita em lugares distantes e trata de povos antigos.

Já com os textos sobre Arqueologia feita embaixo d'água, foi possível perceber que ainda há diferença entre Arqueologia feita em terra e em água. Apesar de, em sua maioria, as matérias terem sido publicadas no caderno Ciência, muitas vezes elas não traziam informações sobre ciência. Isso porque o cenário das leis federais sobre os sítios submersos acabaram por influenciar o que o repórter considera ciência e o que a comunidade científica admite como uma pesquisa de Arqueologia. Nesse caso, as condições de produção no que concerne a antecipação, a memória coletiva e a memória histórica também guiaram os jornalistas na construção de sentidos nos textos. A Arqueologia que remete ao resgate de peças, extremamente ligada à memória coletiva a respeito da tradição milenar da recuperação de objetos perdidos no mar, foi notícia disfarçada de texto de divulgação científica. Isso porque, em muitos dos textos dessa seção, não há arqueólogo falando das pesquisas, partindo do que a Sociedade de Arqueologia Brasileira define como profissional habilitado para fazer pesquisas científicas.

De maneira geral, ainda há muito que fazer por parte dos arqueólogos no sentido de divulgarem as pesquisas. Isso porque as matérias trazem fontes tradicionalmente buscadas e utilizadas pelos jornalistas para construir os textos, como professores e pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras e revistas científicas, como a *Nature*. Isso pode sugerir que a iniciativa da matéria foi jornalística e não um esforço da comunidade de arqueólogos em divulgar essas pesquisas.

As pesquisas que não saem na *Nature*, como por exemplo as de Arqueologia preventiva, acabam não sendo notícia na *Folha*. Isso gera também a reflexão de até que ponto vão os interesses científicos e os interesses comerciais das empresas de Arqueologia preventiva?

Após esse estudo, considero que a *Folha* divulga uma Arqueologia muito aquém daquela praticada no Brasil, o que deixa, dessa maneira, os arqueólogos pouco

satisfeitos com as informações científicas que circulam. Por meio dos textos analisados, chego à conclusão que partilho com o que Cury observou a respeito do público nos museus de Arqueologia: “os brasileiros recebem informações superficiais e desconexas ou descontextualizadas; às vezes preconceituosas, importadas e, outras vezes fantasiosas” (CURY, 2006, p. 34).

Ainda é inevitável pensar sobre o que a *Folha* diz sobre Arqueologia e sobre ciência. Com base em diferentes noções teóricas da Análise do Discurso, pesquisas sobre civilizações antigas e grandiosas na Amazônia, seja para a *Folha*, seja para o senso comum, indiscutivelmente é ciência. Já a Arqueologia preventiva, que cresceu exponencialmente no Brasil após a portaria do IPHAN, não aparece nos textos da *Folha* com a mesma força de ciência que a pesquisa acadêmica. E o resgate de peças por aventureiros ou empresários no fundo do mar, por sua vez, é eventualmente tratado na *Folha* como sendo tão ciência quanto a pesquisa acadêmica.

No entanto, é preciso dizer que há sim um caminho para que essa realidade mude: a divulgação científica para a imprensa. Acredito que essa divulgação deve partir dos centros de pesquisas, empresas de licenciamento arqueológico, enfim, a dinâmica deve ser da difusão do conhecimento para a imprensa e, assim para o público. Não falo aqui de ações de educação patrimonial, palestras ou cursos. Falo de ações de assessoria de imprensa realizadas especialmente por pessoas que entendem tanto da dinâmica dos meios de comunicação de massa quanto da Arqueologia.

Espero que, dessa maneira, mesmo que os meios de comunicação já tenham um espaço pré-determinado para as matérias científicas, a Arqueologia possa ser mais frequente nesses espaços e, acima de tudo, possa ser retratada tal qual é a realidade da pesquisa arqueológica brasileira.

É tarefa dos profissionais de comunicação elaborar estratégias que visem a estreitar relações entre arqueólogos e os veículos midiáticos, visando à melhora das relações entre jornalistas e cientistas, proporcionando uma melhor compreensão das relações de divulgação científica. É tarefa de assessores de imprensa mostrar aos arqueólogos como funcionam os meios de comunicação - rádio, televisão, internet e jornais - fazendo com que eles próprios entendam que podem se beneficiar do espaço que lhes foi

concedido para divulgar seu nome, seu trabalho, suas ideias, desde que entendam as diferenças entre os meios de comunicação e suas necessidades.

É tarefa dos arqueólogos aprofundar também seus conhecimentos sobre comunicação e divulgação científica, para que, juntos com os profissionais de comunicação, possam pensar e selecionar as melhores estratégias para se veicular a Arqueologia da forma como ela é pensada pela comunidade científica.

Desse modo, acredito que a Arqueologia Brasileira possa ser tão valorizada pela sociedade quanto é pelo meio acadêmico. Assim, quem sabe em um futuro próximo, possamos fazer com que a sociedade compreenda que as populações mais antigas não são as mais importantes; que os vestígios monumentais do Egito não são os únicos que ajudaram a construir nossas culturas; que uma grande cidade urbanizada também pode abrigar sítios arqueológicos tão importantes quanto aqueles encontrados no meio da Floresta Amazônica; que os tesouros que estão no fundo do mar são tesouros científicos e que, enfim, a Arqueologia vista na imprensa não seja mais o retrato de um museu de grandes novidades.

Referências Bibliográficas

ALVES, Luciana Bozzo. Os Trabalhos de Arqueologia Subaquática nos Encontros da SAB Sociedade de Arqueologia Brasileira de 1993 a 2009. **História & História**, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=53>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

AMENOMORI, Sandra Nami. Arqueologia subaquática: riqueza submarina preservada? **Revista das Águas**, n. 6, 2008. Disponível em: <<http://revistadasaguas.pgr.mpf.gov.br/edicoes-da-revista/edicao-06>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

AMORIN, Luis Henrique; MASSARANI, Luísa. Jornalismo Científico: Um estudo de caso de três jornais brasileiros. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, vol 1, n.1, jan - abril 2008. Disponível em: <<http://www.pg.utfpr.edu.br/depog/periodicos/index.php/rbect/article/viewFile/225/198>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas. As não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. **Alteridade, dialogismo e Polifonia. Dizer ao outro no já-dito: interferências de alteridades – interlocutiva e interdiscursiva – no coração do dizer**. In: LETRAS DE HOJE, vol. 46, n.1, Porto Alegre, jan./mar. 2011, p. 6-20.

_____. **Hétérogénéité(s) énonciative(s)**. In: LANGAGES, 19e année, n.73, 1984, p. 98-111. doi : 10.3406/lgge.1984.1167. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1984_num_19_73_1167>. Acesso em: 15 mai. 2012.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão Pereira. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENZ, Marion; LIEDMEIER, Anna Katrien. Archaeology and the german press. In: CLACK, TIMOTHY E BRITTAIN (Org). **Archaeology and the media**. WalnutCreek, California: Left Coast Press, 2007, p.153-173.

BEZERRA, Márcia. Bicho de Nove Cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. **Revista De Arqueologia**. Belém, v. 21, n. 2, 2008, p. 139-154.

BRANDAO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1995.

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil. Ed. 27. São Paulo: Saraiva, 2001.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. 1984. 364 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

CASTELFRANCHI, Y. Imaginando uma paleontologia da cultura científica. **Comciência**, Campinas, julho, 2003. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/reportagens/cultura/cultura17.shtml>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Acesso em: 02 fev. 2012.

CASTRO, Filipe. Caçadores de tesouros: proposta de uma taxonomia. **História & História**, São Paulo. Disponível em:

<<http://www.historia&historia.com.br/materia.cfm?tb=artigos&ID=20>>.

Acesso em: 12 fev. 2011.

CEANS: Livro amarelo: Manifesto Pró Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro. 2003. Disponível em:

<<http://www.historia&historia.com.br/materia.cfm?tb=reportagens&ID=4>>.

Acesso em: 10 mai. 2011.

CHAROLLES, Michel. Exercices sur les verbes de communication. **Pratiques**, n. 09, p.83-107, 1976.

CLACK, Timothy; BRITAIN, Marcus. **Archaeology and the Media**. Walnut Creek, California. Left Coast Press, 2007.

CUNHA, Rodrigo Bastos. **O discurso de divulgação científica na Internet - uma análise da revista ComCiência**. 2005. 107 f. Dissertação (Mestre) - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **Indícios de leitura, visões de mundo e construções de sentido**. 2009. 222 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

CURY, Marília Xavier. Para saber o que o público pensa sobre Arqueologia... . **Revista de Arqueologia Pública**, São Paulo, n.1., p. 31-48, 2006.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre...[et al.]; **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes – Campinas: Pontes, 1999. p.23-38.

DOUGLAS, Joaquim. **A Técnica do título**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)**. Tradução Carlos Vogt; Rodolfo Ilari; Rosa Attié Figeira. São Paulo: Cultrix, 1972.

DURAN, Leandro D. **Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo**. 2008. 338 p. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Etnologia e Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. 1ª ed., 7ª impressão.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação da Folha de S. Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2010. Ed.16.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. O acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: _____. **Produção e circulação do conhecimento. Estado, mídia, sociedade**. Campinas: Pontes, 2001. p. 13-20.

GUIMARÃES, Luciano. **As cores na mídia: a organização da cor-informação no jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2003.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A produção do real em gêneros do jornalismo impresso**. São Paulo: Humanitas, 2004.

IPHAN. **Centro Nacional de Arqueologia**. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15506&retorno=paginaIphan>>
. Acesso em: 17 jul. 2011.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KUPER, Adam. **Cultura: A visão dos antropólogos**. Bauru, SP: Edusc, 2002.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MORAIS, Maria Lúcia Sabaa Srur. Ciência, educação e preservação do patrimônio arqueológico: os discursos da cobertura jornalística sobre a arqueologia da Amazônia no início do século XXI. In: **Perspectivas De La Comunicación**, Temuco, Chile. vol. 2, n.2, 2009, p. 64–74.

MARQUES DE MELO, José. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

NUNES, José Horta. A divulgação científica no jornal: ciência e cotidiano. In: GUIMARÃES, Eduardo. **Produção e circulação do conhecimento. Estado, mídia, sociedade**. Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 43-62

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

ORLANDO, Simone Mattos Guimarães. Clivagens teóricas em torno da categoria “fonte jornalística”: considerações a partir das classificações existentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 8., 2010, São Luís: UFM, 2010.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Revista Em Aberto**, Brasília, DF, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

_____. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007 a. Ed. 7.

_____. **Autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007 b.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. 3 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. **Discurso e Textualidade**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. Introdução às ciências da linguagem – discurso e textualidade. In: _____; Susy Lagazzi-Rodrigues. **Análise do discurso**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

_____. **Os limites do discurso – ensaios sobre discurso e sujeito**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo, SP: Contexto, 2005.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre...[et al.]; **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes – Campinas: Pontes, 1999. p.49-57.

PINHEIRO, Ivan Cesar dos Santos. Apreciação Crítica da Obra “O Povo de Luzia”. **História & História**, São Paulo, 2009.

Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=resenhas&id=45>>. Acesso em 10 jun. 2011.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

RAMBELLI, Gilson. O abandono do patrimônio arqueológico subaquático no Brasil: um problema para a Arqueologia Brasileira. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.7, p.177– 80, 1997.

_____. **Arqueologia até debaixo d’água**. São Paulo, SP: Maranta, 2002.

RANZANI DA SILVA, Bruno Sanches. **Das Ostras só as pérolas: Arqueologia Pública e Arqueologia Subaquática no Brasil**. 2011. 238f. Dissertação (Mestre) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

TEGA, Glória Maria Vagioni . **Simpósio termina com formalização de projeto**.

Disponível em: <http://www.arqueologiasubaquatica.org.br/news/mat_comite_intal2.htm>. Acesso em: 17 jul. 2011.

_____. “A Legislação brasileira é a pior do mundo”. **História & História**, São Paulo, 2007. Disponível em:

<<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=entrevistas&id=8>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

_____; WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; ZANETTINI, Paulo Eduardo. Mosaico Paulista: Guia do patrimônio arqueológico do estado de São Paulo. In: REUNIÃO BIENAL REDE DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 17., 2011, Campinas. **Anais...** São Paulo: UNICAMP, 2010.

UNESCO. La Convención de la UNESCO sobre la Protección del Patrimonio Cultural Subacuático. UNESCO, 2002.

VANDENDORPE, Christian. **Du papyrus à l’hipertexte. Essai sur les mutations du texte et de la lecture**. Paris: La découverte. 1999.

VELHO, G. Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. In: _____. **Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, p. 13-37.

VOGT *et al.* 2003. C&T na mídia impressa brasileira: tendências evidenciadas na cobertura nacional dos jornais diários sobre ciência & tecnologia (biênio 2000-2001). In: GUIMARÃES, Eduardo. **Produção e circulação do conhecimento. Estado, mídia, sociedade.** Campinas, SP: Pontes, 2003. p. 43-62

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. **Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: caminhos da prática brasileira.** 2010. 483 p. Tese (Doutorado em Museologia) - Departamento de Museologia., Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2010.

ZAMBONI, Lílian Márcia Simões. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica.** 1997. 211 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1997.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Indiana Jones deve morrer. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 18 jul. 1991. Caderno de Sábado, p. 04-05.

_____. **Maloqueiros e seus palácios de barro: O cotidiano doméstico na casa bandeirista.** 2005. 413 p. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2005.

_____. **Projetar o futuro para a Arqueologia Brasileira: desafio de todos.** In: REVISTA DE ARQUEOLOGIA AMERICANA, n. 27, 2009, p. 71-87.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de Salvamento Arqueológico Sítio “Casa Bandeirista do Itaim Bibi”, município de São Paulo, SP.** São Paulo, 2009. 277 p.

Anexos – Extra *corpus*

Anexo 1 - Texto publicado na seção “notícias” do site do Ministério Público Federal

Sítio Itaim: MPF/SP, Brascan, Company e Maragogipe assinam acordo ... http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-amb...

MPF Procuradoria
Ministério Público Federal Geral da
República

NOTÍCIAS

Sítio Itaim: MPF/SP, Brascan, Company e Maragogipe assinam acordo

Compromisso assumido pelas partes visa garantir o cumprimento da liminar do último dia 23 de abril, que determinou a paralisação das obras

O Ministério Público Federal em São Paulo (MPF/SP) e as empresas Brascan, Company e Maragogipe assinaram ontem, 5 de maio, compromisso para garantir o cumprimento da liminar, concedida pela 12ª Vara Federal Cível de São Paulo, que determinou a imediata paralisação das obras de um empreendimento imobiliário no terreno onde está situado o sítio arqueológico Itaim, no bairro do Itaim Bibi. O acordo ainda precisa ser homologado pela Justiça Federal.

Pelo acordo, as empreendedoras se comprometem a paralisar imediatamente qualquer atividade nas áreas que não foram alteradas pela obra de engenharia, inclusive de varrição do terreno e das reformas na Casa do Itaim-Bibi, até que seja feito o programa de prospecção e salvamento arqueológico, que deve ser contratado em dez dias úteis e devidamente autorizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Esse trabalho deve ser concluído em até 90 dias.

Na área do terreno onde estão sendo feitas as fundações do empreendimento, de acordo com o compromisso firmado, estão proibidas novas escavações (leia mais abaixo), entretanto estão permitidas obras de contenção das paredes da área escavada, que são obras de segurança.

Além disso, pelo compromisso firmado, Brascan, Company e Maragogipe admitiram que fizeram movimentações de terras no local e reconhecem a necessidade de pesquisa arqueológica para que se possa, posteriormente, fazer um eventual salvamento ou preservação do sítio arqueológico. Caso as empresas descumpram qualquer termo do acordo, terão de pagar multa diária de R\$ 50 mil a ser revertida ao Fundo de Direitos Difusos.

Os outros pontos que as empresas se comprometem a fazer são:

1 – Contratar peritagem arqueológica para todo o terreno que identifique a área escavada, mapeie as vias de acesso, analise os perfis geotécnicos e o projeto do empreendimento, defina os sedimentos, elabore a matriz de impacto e qualifique eventuais danos ocorridos. Neste ponto, as empresas apresentarão, no prazo de cinco dias, o contrato de peritagem, que deve abranger duas fases: prévia, a ser concluída em 20 dias; e final, a ser concluída em 120 dias;

2 – A peritagem terá que ser submetida à aprovação e autorização do Iphan;

3 – Não realizar qualquer movimento de massa na área já escavada (ou seja, é vedado cavar mais) até a apresentação do contrato de peritagem, realização prévia do laudo e formal autorização do Iphan para os procedimentos arqueológicos apontados pelo perito;

4 – Os empreendedores apresentarão aos órgãos municipal e estadual de proteção ao patrimônio histórico o projeto modificativo do empreendimento, já apresentado à Sehab, no prazo de dez dias úteis;

5 – Os empreendedores apresentarão ao Ministério Público Federal o projeto em execução, alvará de construção, autorizações de realização das obras de restauro da Casa Itaim-Bibi e o protocolo do projeto modificativo nos órgãos de preservação, no prazo de dez dias úteis.

O Sítio Itaim tem aproximadamente 22 mil metros quadrados o que corresponde a pouco mais que uma quadra da avenida Paulista, em São Paulo. Dentro do terreno, está a Casa do Itaim-Bibi, imóvel bandeirista tombado pelo Condephaat e Conpresp, órgãos estadual e municipal de patrimônio histórico, respectivamente.

Entenda o caso - Brascan, Company e Maragogipe compraram o terreno onde está o sítio arqueológico Itaim no início de 2008 por cerca de R\$ 440 mil e começaram a obra, segundo o MPF, sem a comunicação prévia e sem pesquisa e resgate arqueológico, impostos por lei federal. O Iphan, depois de uma vistoria, pediu que a obra fosse suspensa, o que não foi cumprido pelos empreendedores.

Depois de comunicado do fato pelo órgão federal, o MPF realizou, em dezembro de 2008, perícia no local e verificou que grande parte da camada arqueológica estava sendo destruída. Na última vistoria realizada, em abril, o MPF constatou grande alteração no terreno e a perda do perfil arqueológico do solo.

Em razão disso, o MPF moveu ação cautelar pedindo, dentre outras coisas, a paralisação do empreendimento para a realização de perícia arqueológica, o que foi concedido, em liminar, pela Justiça Federal.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República em São Paulo
11-3269-5068

Anexo 2 - Liminar emitida pela 12ª Vara Federal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
1ª Seção Judiciária do Estado de São Paulo
12ª Vara Federal

CONCLUSÃO

Em 20 de abril de 2009, faço estes autos conclusos à MMª Juíza Federal, DRª ELIZABETH LEÃO.

Luiz 5900
Técnico Judiciário

Processo nº 2009.61.00.009494-1

Vistos em decisão.

Trata-se de ação cautelar inominada, com pedido de liminar, ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, em face de MARAGOGIPE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, COMPANY S.A. e BRASCAN FARIA LIMA SPE S.A., objetivando a perícia arqueológica a ser autorizada pelo IPHAN, a proibição de qualquer movimento de massa na área já escavada até formal autorização do IPHAN da peritagem e realização de vistoria na obra pelo perito, imediata paralização de qualquer atividade nas áreas ainda não escavadas e, por fim, imposição de multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por dia a favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos se descumpridas quaisquer das ordens requeridas.

Segundo argumenta o requerente, com fundamento no art. 37, § 4º. e art. 129 III e IX, ambos da CF/88, art. 6º, f e XVII a, da LC nº 75/93 e na Lei nº 7.347/85 e do CPC, o denominado *Sítio Itaim*, que contém a *Casa do Itaim-Bibi*, imóvel bandeirista é um sítio arqueológico, tombado pelo CONDEPHAT e CONPRES P, órgãos estadual e municipal de patrimônio histórico.

Relata que em 1988 foi proposto projeto de pesquisa pelo primeiro órgão supra mencionado na área de 2.000 m2, que corresponde ao entorno da *Casa Itaim-Bibi*, inserido na área maior, de 22.000

Leão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo
12ª Vara Federal

ca

m2, projeto esse em convênio com o Museu Paulista da Universidade de São Paulo e com o Departamento Histórico- DPH, quando na oportunidade foram resgatados vestígios arqueológicos, do que decorreu a recomendação de nova etapa de pesquisas.

Ressalta que a *Casa Itaim-Bibi* constitui um dos únicos exemplares de casa bandeirista, sendo que seu real valor somente poderia ser conhecido com a prospecção integral, antes do aproveitamento econômico do terreno.

Apesar de improcedente o pedido de imediata prospecção arqueológica, requerido pelo Ministério Público Estadual, em 1996, a então proprietária do terreno ficou, contudo, obrigada a submeter qualquer obra ou limpeza do terreno aos órgãos de proteção do patrimônio histórico. Informa, o ora requerente que referido processo se deu sem a participação da União Federal, proprietária que é dos bens arqueológicos, nos termos do art. 20, inciso X, da CF/88 e sem a participação do IPHAN, autoridade administrativa com atribuição para autorizar intervenção, resgate, pesquisa de sítios arqueológicos, o que macula de nulidade a decisão proferida pelo juízo estadual.

Em 2000, após pleiteada autorização para construção de empreendimento imobiliário no terreno, foi condicionado, pelo CONPESP que todo trabalho na área em comento deveria ser precedida de estudo, pesquisa e resgate arqueológico, com apresentação de projeto específico. Posteriormente, em janeiro de 2008, foi firmado Termo de Comparecimento e Deliberação – Complementação, perante o Ministério Público Estadual e os órgãos estadual e municipal de preservação para acerto de eventuais detalhes que se façam necessário para o início das obras, àquela época, sem previsão.

Blas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo
12ª Vara Federal

A implantação do empreendimento de *shopping center* e duas torres de escritório no terreno teve início com preservação do local do entorno do bem tombado e uma parcela que será cedida à Prefeitura para ampliação das vias de tráfego. Contudo, em abril de 2008, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo informa ao IPHAN que as obras tiveram início sem comunicação prévia e sem pesquisa e resgate arqueológico, impostos por lei federal.

A obra foi objeto de embargo extrajudicial e, apesar de, após vistoria no local, o IPHAN solicitar via ofício a suspensão imediata às obras de terraplanagem (doc. fl. 96 e ss.), os réus continuaram danificando grande parte do sítio. A partir de então, o IPHAN comunicou este fato ao ora requerente tendo, este, realizado vistoria por perito arqueológico em dezembro de 2008, com a constatação de destruição de grande parte da camada arqueológica.

Após várias tratativas entre o Ministério Público Federal e os réus, foi realizada a última vistoria em 15 do corrente mês e ano, com a constatação da **completa destruição do terreno, em virtude das escavações de 20 metros de profundidade, restando preservada parcialmente a área do entorno da casa tombada, com vestígios arqueológicos visíveis**. Dessa vistoria, concluíram os técnicos pela **necessidade de realização de perícia arqueológica e vedação de movimentação de massa na área já integralmente alterada**.

Dos documentos acostados aos autos demonstra-se indene de dúvida que o imóvel objeto desta ação configura monumento arqueológico, nos termos dos artigos 2º e 3º, ambos da Lei nº 3.924/61, tendo sido encontrados, com a realização das perícias **vestígios de interesse arqueológico, sendo proibido o aproveitamento econômico sem as condicionantes legalmente previstas**. Assim, a destruição ou

deas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo
12ª Vara Federal

mutilação, para qualquer fim, de referidos sítios, antes de serem devidamente pesquisados é proibido legalmente.

Considero que o bem em comento, como **sítio de valor histórico e arqueológico que é**, já assim considerado pelas autoridades competentes, constitui propriedade da União Federal. Dessa forma, estando os réus destruindo Patrimônio Cultural de alta relevância, o *periculum in mora* se demonstra presente, haja vista o fato da obra estar ocorrendo sem o devido respeito dos réus ao compromisso assumido com o poder público. Configura, pois, fundamento suficiente à **paralisação da obra para realização de perícia e resgate arqueológico** constitucionalmente disciplinado.

Além do pressuposto legal supra referenciado, quer seja, a possibilidade da ineficácia de eventual concessão da segurança quando do julgamento da ação, caso a medida não for deferida de pronto (*periculum in mora*), observo concorre para tanto a relevância do fundamento apresentado, quer seja, *fumus boni juris*.

Dessa forma, entendo presentes os pressupostos exigidos para a concessão da liminar.

Assim, sendo o *periculum in mora* evidente, visto que a continuidade das obras poderá causar ao patrimônio arqueológico e cultural prejuízos irreparáveis, **concedo a liminar**, determinando a realização de perícia arqueológica, pelos réus, a ser autorizada pelo IPHAN, sendo, dentre outras exigências que possam ser feitas por esse órgão, identificada a área escavada, com o mapeamento das vias de acesso, a análise dos perfis geotécnicos e o projeto do empreendimento, a definição dos sedimentos, a elaboração da matriz de impacto e a qualificação dos danos ocorridos; fica vedado qualquer movimento de massa na área já escavada até formal autorização do IPHAN da perícia contratada e realização de vistoria na

Brasil



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo
12ª Vara Federal

364
com

obra pelo perito; seja imediatamente paralisada qualquer atividade nas áreas ainda cercadas e não escavadas para a fundação das obras, inclusive de varreção do terreno e das obras na *Casa do Itaim-Bibi*, até contratação de programa de salvamento arqueológico, por parte dos réus empreendedores, no prazo máximo de dez dias úteis. Este programa deverá ser autorizado pelo IPHAN e as fases de prospecção e resgate deverão ser executadas no prazo máximo de seis meses, a partir da contratação, visando não prejudicar o restauro do bem tombado.

Imponho a multa aos réus no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia, em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, pelo descumprimento de qualquer das determinações supra elencadas.

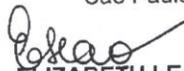
Intime-se o IPHAN para que manifeste seu interesse em integrar esta lide, com fundamento no artigo 5º, II, § 2º da Lei nº 7.347/85.

Notifique-se a Secretaria da Habitação de São Paulo, o CONPRES P e o CONDEPHAT da restrição imposta às obras, por este juízo.

Intimem-se os réus do inteiro teor desta decisão, inclusive, para que apresentem certidão do Cartório de Registro de Imóveis da propriedade, o projeto em execução, bem como as autorizações de realização das obras de restauro do CONPRES P e do CONDEPHAT.

Citem-se. Intimem-se. Oficiem-se.

São Paulo, 23 de abril de 2009


ELIZABETH LEÃO

Juíza Federal

Anexo 3 – Notícia sobre Termo de Compromisso - site do Ministério Público Federal

MPF/SP: construtora vai compensar danos arqueológico ao Sítio Itaim —... http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-amb...

MPF Procuradoria
Ministério Público Federal Gerol da
República

NOTÍCIAS

MPF/SP: construtora vai compensar danos arqueológico ao Sítio Itaim

Imprimir

26/11/2010

Primeira obra prevista no acordo entre o MPF/SP, Brookfield Incorporações, Maragogipe, Iphan e USP é a construção da nova sede do Museu de Arqueologia da USP, seguindo projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha

O Ministério Público Federal em São Paulo (MPF/SP), a Brookfield Incorporações, a Maragogipe Investimentos e Participações, a Universidade de São Paulo e o Iphan assinaram esta semana, em São Paulo, um termo de compromisso e ajustamento de conduta visando a reparação do dano ao patrimônio histórico constatado no sítio arqueológico da Casa Bandeirista do Itaim, no bairro do Itaim Bibi, em São Paulo, onde está sendo construído um edifício pelas empreendedoras.

Ao final do período acordado, que se estende até dezembro de 2015, São Paulo ganhará o Parque de Museus, que incluirá uma nova sede para o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo, cuja previsão de inauguração é janeiro de 2013, e também o Museu de Zoologia, um edifício de exposições temporárias, uma praça coberta e uma passarela suspensa de interligação, conforme concebido no projeto de autoria do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.

Numa das maiores iniciativas pela preservação do patrimônio arqueológico nacional já registradas, as partes assinaram o novo acordo, agora extrajudicial, que prevê o resgate do material histórico encontrado no restante do Sítio Itaim, no qual foram recuperados diversos objetos dos séculos XVI a XIX, bem como compensar os danos causados pela perda sofrida no referido sítio.

"O acordo é uma boa solução, pois é mais rápido que uma disputa judicial e devolve à sociedade conhecimento arqueológico relativo ao sítio danificado. A cidade ganha agora um espaço de conhecimento onde todo o acervo a respeito estará disponível para a população. No novo MAE, deverá ser exposto material resgatado no local. Hoje, a mais rica coleção arqueológica do Brasil não tem um espaço expositivo digno de seu acervo", disse a procuradora da República Ana Cristina Bandeira Lins, responsável pelo acordo.

"Essa ação trará uma grande ganho para os cidadãos da cidade de São Paulo e ainda teremos a oportunidade de colaborar com a preservação da história brasileira, contribuindo com o desenvolvimento sustentável e a cultura nacional", destaca Alessandro Vedrossi, diretor executivo da Unidade São Paulo da Brookfield Incorporações.

Prazos e medidas - As medidas compensatórias começam já em dezembro deste ano, quando as empresas e a USP apresentarão o cronograma de elaboração dos projetos executivos das obras do Parque dos Museus. Tais projetos devem ser concluídos até 30 de junho de 2011.

A Brookfield Incorporações e a Maragogipe deverão fazer o projeto executivo de engenharia do complexo, bem como realizar obras de estrutura de concreto, esquadrias externas e impermeabilização da cobertura do MAE-USP, e parte da estrutura de concreto da passarela de ligação da nova sede do museu à avenida professor Lineu Prestes, na Cidade Universitária, além de realizar uma festa de inauguração e divulgação do museu.

As duas empresas deverão também patrocinar a edição de 2000 exemplares de um livro de mesa de, no mínimo, 300 páginas, sobre o patrimônio arqueológico bandeirante, paulista e brasileiro.

A USP, maior beneficiária do acordo, deverá, como contrapartida, construir o restante do complexo Parque dos Museus até 2015. A Universidade ficará responsável também pelo acabamento, mobiliário, mudança e manutenção do MAE na nova sede, além da execução de exposição inaugural do MAE.

Procuradoria da República no Estado de S. Paulo
Assessoria de Comunicação
11-3269-5068
ascom@prsp.mpf.gov.br
www.twitter.com/mpf_sp

SAF Sul Quadra 4 Conjunto C - Brasília/DF - CEP 70050-900 - PABX: (61)3105-5100 - Problemas no site: [clique aqui](#).